



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NA PARAÍBA:**  
o caso da Usina Santa Maria

Caterine Soffiati Cabral

**Orientadora:** Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA/PB

2022

CATERINE SOFFIATI CABRAL

**MODERNIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NA PARAÍBA:**  
o caso da Usina Santa Maria

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA 2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C117m Cabral, Caterine Soffiati.

Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba  
: o caso da Usina Santa Maria / Caterine Soffiati  
Cabral. - João Pessoa, 2022.

164 f. : il.

Orientação: Patrícia Alves Ramiro.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Agroindústria açucareira - Brejo paraibano. 2.  
Usina Santa Maria - Expansão territorial. 3. Usina  
Santa Maria - Modernização. I. Ramiro, Patrícia Alves.  
II. Título.

UFPB/BC

CDU 631.145(043)

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A dissertação intitulada *Modernização da agroindústria açucareira na Paraíba: o caso da Usina Santa Maria*, de autoria de Caterine Soffiati Cabral, sob orientação da Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro, apresentada em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia, foi aprovada em 21/09/2022, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



---

Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro  
Orientadora (PPGS/UFPB)



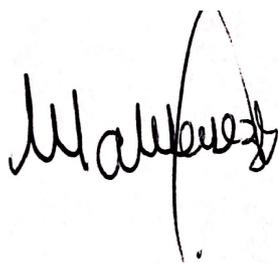
---

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos  
Examinador Interno (PPGS/UFPB)



---

Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia Júnior  
Examinador Externo (Centro Européen de Sociologie et de Science Politique/EHESS)



---

Profa. Dra. Marilda Aparecida de Menezes  
Examinadora Externa (PPGCS/UNICAMP)

Ao João Evangelista,

por contar as histórias que viveu e ouviu na usina  
as quais algumas estão escritas aqui  
contribuindo para que elas não se percam no tempo  
atendendo ao seu pedido

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação provém do projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI”, coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro, com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). A dissertação foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). A todas essas instituições que permitiram a realização da presente pesquisa, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus professores do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB), em especial ao Roberto Veras e Marina Moguillansky, e aos queridos professores Emília Moreira e Ivan Targino do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UFPB). Sou grata aos meus colegas de turma do mestrado de 2020, pela parceria nesse árduo processo do mestrado em tempos pandêmicos, em especial à Luciana França e Idayane Gonçalves, que me acompanham nessa trajetória acadêmica desde a graduação.

Aos membros do grupo de pesquisa “Identidade e Memória das Classes Populares Rurais e Urbanas”, que diferente de outros espaços acadêmicos, me proporcionaram um ambiente acolhedor e instigador, meus agradecimentos. Em especial aos meus queridos companheiros de pesquisa de longa data, Ana Vitória Batista, Rosana Frutuoso e Rony Frutuoso, e às novas companheiras de pesquisa, Vilma Pires, Denise Kamada e Marina Prado, que já conquistaram meu carinho e admiração.

Agradeço ao Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) pelo apoio com o Acervo Documental da Usina Santa Maria, e agradeço principalmente à professora Julianne Teixeira por toda sua generosidade e disposição para familiarizar os cientistas sociais com o mundo dos arquivos, e por ter participado da minha banca de defesa do projeto de mestrado. Agradeço ao meu amigo geógrafo Lucas Araújo que me ensinou pacientemente a utilizar o software para a produção de mapas utilizados nessa dissertação. Agradeço aos funcionários do Fórum de Areia que possibilitaram o nosso acesso ao processo de falência da Usina Santa Maria.

Aos entrevistados pela pesquisa, meus sinceros agradecimentos. Ao Geraldo Trajano por além de contar um pouco da sua história também nos permitiu acessar o seu acervo fotográfico da Usina Santa Maria. À Edna e Elson que abriram as portas do seu lar para me receber. À Ana Bonifácio Lins que gentilmente se dispôs a compartilhar a história e

fotografias de sua família. Ao João Evangelista que aceitou ser entrevistado diversas vezes, em entrevistas que duraram horas, sempre se dispondo a contar cada detalhe das histórias que viveu e ouviu da Usina Santa Maria, e por demonstrar constantemente a empolgação com os resultados da pesquisa.

Sou grata ao professor Sérgio Botton Barcellos por aceitar participar da minha banca de qualificação e defesa. Agradeço à professora Marilda Menezes por sua visita ao Acervo da Usina Santa Maria, no ano de 2019, que me fez ter a certeza que todo o esforço na organização do acervo valeria a pena, e por me dar o privilégio de participar da minha banca de defesa. Agradeço ao professor Afrânio Garcia Jr., por contribuir grandemente com o desenvolvimento da pesquisa, e por toda a gentileza e carinho nesse processo, e por me presentear com a sua participação na minha banca de qualificação e defesa, participação extremamente valiosa, afinal, sua pesquisa é a minha inspiração.

Agradeço, talvez essa palavra seja insuficiente nesse caso, à minha fiel companheira nessa trajetória, minha orientadora Patrícia Alves Ramiro, a qual me apresentou ao mundo da pesquisa científica e ao mundo acadêmico dos afetos, e me fez acreditar, não só acreditar, mas me deu todas as oportunidades possíveis, que foram e são indispensáveis em cada passo dessa trajetória. Obrigada por toda a dedicação, carinho e cuidado, que me fazem ter a certeza que a melhor escolha da minha vida acadêmica foi ter aceitado em 2017 trilhar um caminho ao seu lado.

À minha família, principalmente a minha mãe Mariza Tardelli e minhas irmãs Amanda Soffiati e Beatriz Soffiati, que mesmo a quilômetros de distância sempre arrumam um jeito de estarem presentes, e comemoram como ninguém cada uma das minhas conquistas. Ao meu pai Josafá Cabral pelo apoio nessa trajetória. Ao meu companheiro, Manuel Lacerda, que respondeu incansavelmente todas as minhas dúvidas jurídicas da pesquisa, e além disso me apoia diariamente nesse caminho, mesmo sendo o mais atingido por tal escolha, tendo que conviver em alguns momentos com o meu distanciamento, principalmente na reta final da escrita da dissertação. Obrigada por toda paciência, amor e cuidado, que permitiram a escrita de cada página dessa dissertação.

## RESUMO

A partir de 1890 se inicia no Nordeste brasileiro a substituição dos engenhos tradicionais por fábricas modernas de açúcar, as usinas. Em 1931 no município de Areia, localizado na região do Brejo paraibano, foi construída a Usina Santa Maria, tendo como primeiro proprietário o Francisco de Assis P. de Mello e sua família que comandou a usina até 1952, quando foi vendida para o Solon Lira Lins que permaneceu na usina até sua falência ocorrida nos anos 90. A presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral compreender quais os significados das práticas desses dois usineiros, com ênfase no período de modernização e expansão territorial da usina, ocorridos através dos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e principalmente após o Programa Nacional do Alcool (Proálcool). Para tal analisamos as genealogias dessas famílias e suas condições sociais e reconstruímos parte da história da Usina Santa Maria, através de pesquisa de campo e pesquisa arquivística junto ao Acervo Documental da Usina Santa Maria. Os resultados preliminares da pesquisa apontam para a importância do papel do Estado no processo de modernização da usina, e a presença de descompassos entre o *habitus* do usineiro e as exigências da estrutura econômica.

**Palavras-chave:** Usina Santa Maria, agroindústria açucareira, Brejo paraibano.

## **ABSTRACT**

From 1890 onwards, the replacement of traditional mills by modern sugar factories, the mills, began in the Brazilian Northeast. In 1931, in the municipality of Areia, located in the Brejo region of Paraíba, the Usina Santa Maria was built, having as its first owner Francisco de Assis P. de Mello and his family who commanded the plant until 1952, when it was sold to Solon Lira. Lins, who remained at the plant until its bankruptcy in the 1990s. The present master's dissertation has the general objective of understanding the meanings of the practices of these two mill owners, with emphasis on the period of modernization and territorial expansion of the plant, which took place through the programs of the Instituto of Sugar and Alcohol (IAA) and especially after the National Alcohol Program (Proálcool). To this end, we analyzed the genealogies of these families and their social conditions and reconstructed part of the history of Usina Santa Maria, through field research and archival research with the Documental Collection of Usina Santa Maria. The preliminary results of the research point to the importance of the role of the State in the process of modernization of the plant, and the presence of mismatches between the plant owner's habitus and the requirements of the economic structure.

**Keywords:** Santa Maria Plant, sugar agroindustry, Brejo Paraibano.

## LISTA DE FIGURAS

|             | Página  |
|-------------|---|
| Figura 1.1  | Número das pessoas ligadas direta e indiretamente à lavoura, indústria e comércio da cana e seus derivados, em 1939..... 30 |
| Figura 1.2  | Rios Mamanguape e Paraíba ..... 37  |
| Figura 1.3  | Distribuição espacial das usinas paraibanas em 1939 ..... 39  |
| Figura 1.4  | Maiores estados produtores de açúcar no Brasil, em 1935..... 41   |
| Figura 1.5  | Árvore genealógica do usineiro Francisco de Assis Pereira de Mello.. 42   |
| Figura 1.6  | Produtores de açúcar em Serraria, em 1921..... 43   |
| Figura 1.7  | Família Pereira de Mello em João Pessoa..... 43   |
| Figura 1.8  | Família Pereira Mello na capital ..... 44   |
| Figura 1.9  | Francisco de Assis ocupando vaga no Congresso de Letras em Areia..... 44  |
| Figura 1.10 | Parte da matéria do jornal sobre a praga do café na propriedade do Francisco de Assis ..... 45                              |
| Figura 1.11 | Francisco de Assis Filho, diplomado em medicina..... 45   |
| Figura 1.12 | Nilo de Assis aprovado na Escola de Agronomia em Areia ..... 46   |
| Figura 1.13 | Colação de grau do Saulo de Assis na Escola de Agronomia, em Areia ..... 47   |
| Figura 1.14 | José de Assis como estudante de Engenharia Química, em Pernambuco ..... 48  |
| Figura 1.15 | Nota de falecimento do José de Assis ..... 49   |
| Figura 1.16 | Matéria sobre o acidente de Nabuco de Assis ..... 50  |
| Figura 1.17 | Árvore genealógica do usineiro Solon Lyra Lins ..... 51   |
| Figura 1.18 | Casamento de Pedro Bonifácio e Maria Selma Correia, em 1965 ..... 52  |
| Figura 1.19 | Solon Lins Filho como técnico em administração ..... 53   |
| Figura 1.20 | Ficha de registro de empregado do Eduardo Meneses, neto do Solon Lins ..... 54  |

|             |   |    |
|-------------|---|----|
| Figura 1.21 | Solon Lins como vice-diretor da Associação Rural de Pilões .....                          | 55 |
| Figura 1.22 | Solon Lins como homenageado no carnaval pessoense .....                                   | 56 |
| Figura 1.23 | Roteiro do bloco Camisa Listada .....   | 56 |
| Figura 1.24 | Versos “como receber o Camisa Listada” .....  | 57 |
| Figura 1.25 | Solon Lins como produtor de amoreira .....  | 58 |
| Figura 1.26 | Solon Lins como produtor de engenho rapadureiro .....                                     | 58 |
| Figura 1.27 | Solon Lins como proprietário de bomba de gasolina em João Pessoa.                         | 59 |
| Figura 1.28 | Propaganda Studebaker tendo o Solon Lins como revendedor autorizado .....                 | 59 |
| Figura 1.29 | Solon Lins em almoço festivo dos revendedores da Studebaker em Recife .....               | 60 |
| Figura 1.30 | Solon Lins no aeroporto de Recife para receber o ex-governador da Paraíba .....           | 61 |
| Figura 1.31 | Presidente do IAA visitando a Usina Santa Maria em 1958 .....                             | 62 |
| Figura 1.32 | Processo da Usina Santa Maria entre as pautas da reunião da SUDENE .....                  | 62 |
| Figura 1.33 | Cadastro da Usina Santa Maria no Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933 .....           | 64 |
| Figura 1.34 | Usinas paraibanas cadastradas no IAA em 1935 .....  | 65 |
| Figura 1.35 | Cadastro da Usina Santa Maria no IAA em 1937 .....  | 66 |
| Figura 1.36 | Cadastro da Usina Santa Maria no IAA em 1938 .....  | 66 |
| Figura 1.37 | Verso da Ficha de Registro de Empregado número 02 .....                                   | 68 |
| Figura 1.38 | Transferência da inscrição da Usina Santa Maria .....                                     | 68 |
| Figura 1.39 | Constituição da Sociedade Anônima Usina Santa Maria .....                                 | 69 |
| Figura 1.40 | Acionistas da Usina Santa Maria, em 1964 .....  | 70 |
| Figura 1.41 | Ficha de registro de empregado do Gumercindo Sobrinho .....                               | 71 |
| Figura 1.42 | Acionistas da Usina Santa Maria, em 1983 .....  | 71 |
| Figura 1.43 | Municípios com propriedades produtivas da Usina Santa Maria e Solon Lyra Lins .....       | 73 |
| Figura 1.44 | Assentamentos rurais de reforma agrária em terras da Usina Santa Maria e Solon Lins ..... | 75 |

|             |  |     |
|-------------|--|-----|
| Figura 2.1  | Benfeitorias do conjunto industrial da Usina Santa Maria .....   | 83  |
| Figura 2.2  | Desenho das Vilas operárias da Usina Santa Maria .....   | 84  |
| Figura 2.3  | Vila do escritório no presente .....   | 85  |
| Figura 2.4  | Modelo de tombador de cana hilo usado pela usina .....   | 86  |
| Figura 2.5  | Modelo de desfibrador de cana usado pela usina .....   | 86  |
| Figura 2.6  | Moendas de usina .....   | 87  |
| Figura 2.7  | Forno rotativo .....   | 87  |
| Figura 2.8  | Modelo de filtro rotativo usado pela usina .....   | 88  |
| Figura 2.9  | Secador de açúcar rotativo .....   | 89  |
| Figura 2.10 | Modelo de sacarímetro usado pela usina .....   | 89  |
| Figura 2.11 | Interior da Usina Santa Maria, vista das quatro caldeiras deterioradas em 1999 .....                                 | 90  |
| Figura 2.12 | Solicitação de crédito para reequipamento, em 1950.....  | 91  |
| Figura 2.13 | Abertura do crédito especial para reequipamento, em 1950.....  | 92  |
| Figura 2.14 | Parque industrial da Usina Santa Maria no período da família Pereira de Mello .....                                  | 93  |
| Figura 2.15 | Candidatura para recebimento de equipamento agrícola, em 1953....  | 94  |
| Figura 2.16 | Parque industrial da Usina Santa Maria em 1959.....  | 95  |
| Figura 2.17 | Ata da 103ª da Comissão Executiva do IAA, sessão ordinária, realizada em 4 de setembro de 1963 .....                 | 96  |
| Figura 2.18 | Trecho resolução da Comissão Nacional do Álcool de 20 de janeiro de 1976 .....                                       | 97  |
| Figura 2.19 | Trecho resolução da Comissão Nacional do Álcool de 20 de agosto de 1976 .....  | 98  |
| Figura 2.20 | Trecho do documento que descreve os imóveis da Usina Santa Maria oferecidos em hipoteca vinculada ao Proálcool ..... | 98  |
| Figura 2.21 | Usina Santa Maria no auge de sua produção, após o Proálcool .....  | 100 |
| Figura 2.22 | Destilaria anexa Santa Maria, em agosto de 1978 .....  | 101 |
| Figura 2.23 | Destilaria de álcool da Usina Santa Maria.....   | 101 |
| Figura 2.24 | Usina Santa Maria e seu açude .....  | 102 |

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Figura 2.25 | Caminhão que pertencia à Usina Santa Maria .....  | 103 |
| Figura 2.26 | Parte do inventário dos animais da Usina Santa Maria .....  | 104 |
| Figura 2.27 | Chaminé de alvenaria da Usina Santa Maria .....   | 109 |
| Figura 2.28 | Descrição do ato de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1953.....  | 110 |
| Figura 2.29 | Descrição do ato de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1960 .....   | 111 |
| Figura 2.30 | Descrição dos atos de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1960 .....   | 112 |
| Figura 2.31 | A Usina Santa Maria recebeu sementes do IAA em 1965 .....   | 114 |
| Figura 2.32 | Documento do PLANALSUCAR preenchido pela Usina Santa Maria .....  | 115 |
| Figura 3.1  | Parte da escritura do imóvel Cantinhos .....  | 122 |
| Figura 3.2  | Certidão do imóvel Ipueira .....  | 123 |
| Figura 3.3  | Ficha de registro de empregado na propriedade Ipueira, em Mulungu.....  | 125 |
| Figura 3.4  | Certidão do imóvel Mercês .....   | 126 |
| Figura 3.5  | Quantidade de hectares adquiridos por ano, durante a década de 70...  | 131 |
| Figura 3.6  | Trecho da escritura pública de compra e venda da propriedade Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, em 1971 ..... | 135 |
| Figura 3.7  | Trecho da escritura pública de compra e venda da propriedade Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, em 1978 ..... | 135 |
| Figura 3.8  | Descrição das benfeitorias do Engenho Barra do Coaty .....  | 140 |
| Figura 4.1  | Matéria de Jornal com José Américo de Almeida e Francisco de Assis .....  | 152 |
| Figura 4.2  | Usina Santa Maria em apoio a Aliança Republicana .....  | 154 |
| Figura 4.3  | Matéria sobre as eleições em Remigia e Areia em 1950 .....  | 155 |

## LISTA DE TABELAS

|   | Página |
|---|--------|
| Tabela 1.1 Produção de açúcar das usinas paraibanas em sacos de 60 quilos, por safra .....                              | 40     |
| Tabela 1.2 Nome das propriedades no passado e no presente .....   | 76     |
| Tabela 2.1 Produção de açúcar das usinas do Brejo Paraibano, em sacos de 60 quilos .....                                | 81     |
| Tabela 2.2 Produção de álcool hidratado das usinas do Brejo paraibano em litros .....                                   | 82     |
| Tabela 2.3 Patrimônio ativo permanente imobilizado da Usina Santa Maria, em cruzeiros .....                             | 99     |
| Tabela 2.4 Produção de açúcar cristal da Usina Santa Maria e procedência da cana moída, por safra, de 1931 a 1993 ..... | 106    |
| Tabela 2.5 Produção de álcool hidratado da Usina Santa Maria, por ano, de 1955 a 1965 .....                             | 118    |
| Tabela 2.6 Produção de álcool hidratado e anidro da Usina Santa Maria, em litros, após o Proálcool .....                | 119    |
| Tabela 3.1 Propriedades da Usina Santa Maria e Solon Lins com registro de hipoteca .....                                | 137    |
| Tabela 3.2 Propriedades da Usina Santa Maria com registro de penhor agrícola..  | 138    |
| Tabela 3.3 Contratos de arrendamento da usina como arrendatária .....   | 143    |
| Tabela 3.4 Propriedades da usina/Solon Lins arrendadas .....  | 148    |

## LISTA DE SIGLAS

|             |  |
|-------------|--|
| AGROENGE    | Agropecuária e Engenharia Ltda   |
| ASPLAN      | Associação de Plantadores de Cana da Paraíba   |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| CONTAG      | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura                                 |
| IAA         | Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool   |
| INCRA       | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                                    |
| PLANALSUCAR | Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar                                    |
| PROÁLCOOL   | Programa Nacional do Alcool  |
| PROTERRA    | Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste |
| PPGS        | Programa de Pós Graduação em Sociologia  |
| SUDENE      | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  |
| UFPB        | Universidade Federal da Paraíba  |
| UNICA       | União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia                                      |

## SUMÁRIO

|   | Página |
|---|--------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 17     |
| <b>CAPÍTULO 1: A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE</b> .....   | 24     |
| 1.1 A <i>plantation</i> canavieira e a formação socioeconômica do Nordeste .....                            | 24     |
| 1.2 A agroindústria açucareira na Paraíba .....   | 33     |
| 1.2.1 Ocupação e povoamento das regiões canavieiras: Zona da Mata e Brejo paraibano .....                   | 33     |
| 1.2.2 As usinas paraibanas .....  | 36     |
| 1.3 Panorama histórico da Usina Santa Maria: da construção à desapropriação de suas terras .....            | 41     |
| 1.3.1 Origens, famílias e condições sociais dos usineiros .....   | 41     |
| 1.3.2 A Usina Santa Maria .....   | 62     |
| <b>CAPÍTULO 2: AS PRÁTICAS DOS USINEIROS NA ACUMULAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL</b> .....                   | 78     |
| 2.1 A produção da Usina Santa Maria, em relação à produção nacional, estadual e regional .....              | 79     |
| 2.1.1 A expansão do parque industrial da Usina Santa Maria .....  | 82     |
| 2.2 A produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria .....  | 105    |
| 2.2.1 A produção de açúcar na usina: de 1931 a 1993 .....   | 105    |
| 2.2.2 A produção de álcool na Usina Santa Maria: de 1955 a 1993 .....                                       | 117    |
| <b>CAPÍTULO 3: A EXPANSÃO TERRITORIAL E A ACUMULAÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO DA USINA SANTA MARIA</b> ..... | 121    |
| 3.1 O início da expansão territorial da Usina Santa Maria .....   | 122    |
| 3.2 O auge da expansão territorial: anos 1970 .....   | 129    |
| 3.3 A redução na compra de terras e intensificação dos arrendamentos: anos 1980..                           | 140    |
| 3.3.1 Os contratos de arrendamento rural .....  | 142    |

|   |            |
|---|------------|
| <b>CAPÍTULO 4: CONCLUSÕES E CONTINUIDADES DA PESQUISA .....</b> | <b>149</b> |
| 4.1 Das possibilidades futuras de pesquisa .....                | 151        |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>                         | <b>161</b> |

## INTRODUÇÃO

Durante o período inicial do Brasil republicano, foram realizados os esforços que efetivaram as instalações das modernas fábricas de açúcar, em substituição aos tradicionais engenhos, que durante séculos marcaram a paisagem do Nordeste. Multiplicando-se, cada vez mais, o número de usinas, tendo a região Nordeste registrado, em 1910, o total de 130 usinas (ANDRADE, 1986).

Nesse contexto de expansão das usinas, o Nordeste vivenciou um processo de transformação social, no qual os senhores-de-engenho, que ficavam no topo da hierarquia social, foram rebaixados pela chegada de uma nova categoria: o usineiro. Definido por alguns como um homem empreendedor, moderno e possuidor de comportamentos e mentalidades mais afinadas com a capital, sendo o oposto do seu antecessor (AZEVEDO, 1948) ou como um tipo de senhor de engenho mais forte (GARCIA JR., 1989).

Tais frequentes oposições, tradicional *versus* moderno, engenho *versus* usina, passam a ideia de que a chegada de uma nova ordem econômica significava a ruptura definitiva com as práticas realizadas no passado, dando a falsa impressão, para alguns menos atentos às situações contextualizadas espacialmente e historicamente, que estariam organizadas em uma escala evolutiva. Todavia, como mostrou Pierre Bourdieu em suas etnografias na Argélia ao abordar o difícil processo de adaptação dos indivíduos e suas famílias obrigados a se adaptarem à economia capitalista imposta pelos franceses<sup>1</sup>, “[...] por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes a estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducadas, coexistem na sociedade global e, por vezes, nos mesmos indivíduos” (BOURDIEU, 2021, p.40).

Caminhando nesse sentido, essa pesquisa teve por objetivo geral a compreensão das transformações materiais e mentais necessárias para consolidação da posição de usineiro, valendo-se do caso empírico da usina Santa Maria, instalada no município de Areia, na região do Brejo no estado da Paraíba no ano de 1931 e falida em 1992. Dando ênfase às reflexões acerca das disposições dos indivíduos em relação a nova ordem econômica imposta pela modernização do setor sucroalcooleiro, a partir da criação do Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1935 e do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) em 1975,

---

<sup>1</sup> Bourdieu mostra que as práticas desses indivíduos muitas vezes não poderiam ser compreendidas se fossem analisadas somente pelo viés econômico. Por exemplo, o autor ao analisar os trabalhadores ambulantes que passam quase o dia todo andando pelas ruas na esperança de vender uma mercadoria, mostrou que tal prática se relaciona com essa necessidade capitalista de se obter renda em dinheiro, mas, ao mesmo tempo, ela também diz respeito a moral camponesa do passado, na qual a ociosidade era vista como uma falta de moral.

buscamos, em outras palavras, compreender quais os significados das práticas de dois usineiros, fração da elite agrária que estavam à frente da parte mais moderna do setor sucroalcooleiro nordestino, que foram proprietários da referida usina. O primeiro usineiro, Francisco de Assis Pereira de Mello, possuía ascendência, tanto paterna, como materna, de senhores-de-engenho da região e, posteriormente, em 1952, Solon Lyra Lins, um senhor-de-engenho do município de Pilões, adquire a usina e a controla até seu período de falência.

Para compreender tais significados das práticas desses usineiros, a pesquisa envolveu a análise das genealogias e condições sociais dos usineiros, além de suas práticas para acumulação do patrimônio industrial e fundiário da Usina Santa Maria. Reconstruímos, nesse trabalho, parte importante do histórico da usina durante seus pouco mais de sessenta anos de funcionamento, dando ênfase ao período de seu auge produtivo e de expansão territorial, ocorridos após o Proálcool relacionando-o com o cenário vivenciado de maneira mais ampla pelo setor sucroalcooleiro em consonância com as regras ditadas pelos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em cada período, destacando o papel desse instituto na expansão e modernização da Santa Maria, que sobreviveu basicamente enquanto o instituto perdurou.

A escolha da análise da Usina Santa Maria como *locus* privilegiado de pesquisa, se dá, basicamente, por duas razões: a primeira é que por estar localizada no Brejo paraibano, a usina ocupava um lugar duplamente periférico, tanto em relação a produção nacional e regional, quanto dentro do próprio estado se observada em relação à Zona da Mata paraibana. Tal especificidade, nos permite compreender os significados de uma usina fora da região tradicionalmente canavieira do estado, a Zona da Mata, o que é enriquecedor para avanço da produção sociológica sobre o setor. E segundo, a minha trajetória acadêmica desde a graduação, mais especificamente desde 2017, quando participo do projeto de pesquisa que me introduziu no campo<sup>2</sup>, intitulado de “Reconfigurações sociais no espaço social do Brejo paraibano no século XXI”<sup>3</sup> vêm guiando, através da prática coletiva e compartilhada com outros(as) pesquisadores(as), a delimitação de meu tema de pesquisa.

---

<sup>2</sup> A participação no projeto de pesquisa me possibilitou aprender na prática o fazer científico, meu primeiro contato com o campo, e minha primeira pesquisa de campo na trajetória acadêmica, ocorreu em agosto de 2017, ao acompanhar e observar pesquisadores experientes Afrânio Garcia Jr., Marie-France G. Parpet, Marilda Menezes e Patrícia A. Ramiro no fazer científico. Posteriormente outras pesquisas de campo foram realizadas ao longo da graduação, e meu trabalho de conclusão de curso (TCC) foi sobre o assentamento União, um dos assentamentos formado após a desapropriação das terras da Usina Santa Maria.

<sup>3</sup> Projeto coordenado pela profa. dra. Patrícia Ramiro, que tem como objetivo: compreender as novas configurações sociais desta região decorrentes das transformações abruptas vivenciadas, devido ao encerramento da produção sucroalcooleira, no início da década de 1990, após decreto de falência da usina Santa Maria. Sobre o projeto, conferir: Ramiro (2021).

Antes de adentrar na metodologia adotada, faz-se necessário avisar ao leitor(a) da situação excepcional vivida durante a realização desse mestrado. Ingressei no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) em março de 2019 e, no dia 11 do mesmo mês, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Sars Covid 19. Após cinco dias, a Universidade Federal da Paraíba decretou a paralisação das atividades presenciais<sup>4</sup>. Esse contexto pandêmico trouxe impactos na minha vida pessoal<sup>5</sup>, acadêmica<sup>6</sup> e, obviamente, na própria pesquisa que teve que ser repensada.

Foi através da execução do projeto mais amplo acima citado que, em 2019, tivemos acesso à milhares de documentos da usina que estavam abandonados em seu escritório. Tal local, foi a leilão no ano 2004 em ação do Ministério do Trabalho. O atual proprietário da antiga sede da usina, filho de ex-eletricista da usina, foi o responsável pela doação de tais documentos, tendo mantido tais documentos guardados durante todos esses anos, pois, os antigos funcionários da usina procuravam o local em busca dos seus documentos pessoais para fins de direitos previdenciários. Atualmente, os documentos estão no Arquivo Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a guarda do projeto de pesquisa, formando o Acervo Documental da Usina Santa Maria<sup>7</sup>, que está em fase de higienização, digitalização, catalogação e tabulação. Diante do contexto de isolamento social, a maior parte dessa pesquisa tem como fonte parte desses documentos do acervo, em especial, aqueles que estavam previamente digitalizados, além de jornais e revistas disponíveis online.

A pesquisa de campo, que durante muito tempo pareceu impossível de se realizar, ocorreu apenas em maio e abril de 2022, quando as contaminações do vírus diminuíram e boa parte da população brasileira estava vacinada. A pesquisa de campo ocorreu de forma coletiva (WEBER, 1988; FRANCH, 2009), no município de Areia, inclusive com idas às ruínas do parque industrial da Usina Santa Maria, o qual possui atualmente apenas um galpão inteiro, quando tivemos a oportunidade de entrar e dimensionar as estruturas do setor de produção do açúcar. No campo realizamos entrevistas, que foram gravadas, com ex-trabalhadores da usina,

---

<sup>4</sup> Tive a oportunidade de ir em apenas uma aula presencial durante o mestrado, a aula do professor Roberto Veras, sendo que o professor já sinalizava a incerteza da continuidade da disciplina devido a Sars Covid - 19.

<sup>5</sup> As dificuldades do isolamento social, e conseqüentemente a distância dos afetos, o adoecimento do próprio corpo, tanto pelo vírus, como das conseqüências de horas usando o notebook. As preocupações constantes com a saúde e vida das pessoas queridas, e a dor do luto daqueles não resistiram ao vírus e não pudemos sequer nos despedir.

<sup>6</sup> Os desafios da adaptação às aulas no modelo remoto, a dificuldade de ter acesso aos livros pois todas as bibliotecas estavam paralisadas, o atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos pelo programa e o drama de continuar produzindo enquanto o mundo estava um caos.

<sup>7</sup> O Acervo Documental da Usina Santa Maria faz parte da minha trajetória acadêmica, atuo no acervo desde a coleta dos documentos no antigo escritório da usina, que ocorreu em abril de 2019, e no árduo processo de organização, higienização e digitalização dos documentos, que ocorre com o apoio de diversos estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPB. Para mais informações sobre o acervo ver Ramiro e Soffiati (2020).

sendo um do escritório, um chefe de campo e um trabalhador rural, que atualmente é um dos proprietários do que sobrou do parque industrial da usina. Este último possui em sua casa um acervo fotográfico da usina, estando algumas fotos presentes nessa dissertação<sup>8</sup>. Apenas uma entrevista ocorreu por ligação telefônica, sendo a entrevistada a sobrinha de Solon Lins, e sua filha que contribuiu grandemente com a pesquisa através de conversas no Whatsapp. Tanto na pesquisa de campo, como na pesquisa com os arquivos, o uso do caderno de campo foi essencial.

A pesquisa de campo também nos permitiu acessar o processo de falência da Usina Santa Maria, que se encontra no fórum do município de Areia. Processo que contém mais de seis mil páginas, sendo utilizados nessa pesquisa principalmente os documentos referentes à produção e patrimônio da usina, como o diário de cana da usina e os balanços patrimoniais, e documentos pessoais, como certidão de óbito do usineiro, Solon Lins, e de seus filhos.

A pesquisa arquivística, ou como alguns autores das ciências sociais vêm denominando tal prática, a etnografia de arquivo (CUNHA,2004; COSTA,2010; SORÁ,2015) ocorreu nesse Acervo Documental da Usina Santa Maria. Segundo estimativa documental, há cerca de dez mil documentos, envolvendo desde a produção até o setor de recursos humanos. Os documentos utilizados para a construção dessa dissertação, foram principalmente os referentes às propriedades, como escrituras públicas de compra e venda de propriedades, escrituras de arrendamentos rurais e certidões de propriedades, sendo aproximadamente 182 documentos sobre propriedades, distribuídos em cerca de 579 páginas. Considerando a quantidade de documentos referentes a propriedades foi realizada a tabulação de dados, quando os principais dados para a pesquisa foram anotados, como: o nome da propriedade, município em que estava localizada, nome do vendedor e comprador da propriedade, data da venda da propriedade, data do documento (escritura ou certidão), valor da propriedade, benfeitorias existentes na propriedade etc. Além dos documentos de propriedades, a pesquisa também utilizou outras tipologias documentais, algumas referentes ao setor de produção e algumas fichas de registro de empregados<sup>9</sup>. Sendo a análise documental um processo solitário, com horas constantes em frente ao notebook.

---

<sup>8</sup> Além das fotos, o entrevistado possuía também dois sofás e uma grande mesa de madeira com dezesseis cadeiras que pertenciam ao usineiro, Solon Lyra Lins.

<sup>9</sup> O acervo possui cerca de sete mil fichas de registro de empregados, que estão em fase de higienização, digitalização e tabulação.

A documentação doada é extremamente importante e fundamental<sup>10</sup> para termos acesso a informações que são desconhecidas até então, ressaltando que, essas informações provavelmente seriam de difícil acesso ao pesquisador durante o período de pleno funcionamento da usina, pois, como alertou Lopes (1976), a usina de açúcar trata o pesquisador com a mesma hostilidade que trata os seus operários, e também pelo fato de ser um acervo que retrata parte do patrimônio de uma elite agrária, um patrimônio difícil de mensurar afinal a elite vive em um certo “segredo estatístico” (MENESES, 2020).

Todavia, com o acesso a essa riqueza documental e a informações inéditas, facilmente os pesquisadores podem acabar caindo em um certo encantamento documental, se distanciando do olhar crítico exigido ao utilizar essas fontes. Desse modo, cabe aos pesquisadores uma vigilância constante e a intenção de problematizar essas fontes (SORÁ, 2015). Trabalhar com documentos exige dos pesquisadores uma postura metodológica que lhes permitam observar além do visível e legível, buscando suas entrelinhas (COSTA, 2010), afinal, os documentos são produzidos, organizados e acumulados não de maneira natural, mas a partir da ação humana (HEYMANN, 1997), o que nos permite entendê-los do ponto de vista sociológico como um espaço social, ou seja, “como um fato produzido pela ação humana e definido a partir das práticas e dos interesses específicos daqueles que podemos chamar de guardiões do arquivo e da memória de um âmbito social” (SORÁ, 2015, p. 17).

Nesse sentido, os documentos do acervo da usina utilizados nessa dissertação, que foram majoritariamente produzidos em cartórios, como certidões e escrituras de propriedades, ao se tornarem fonte de pesquisa, não possuem mais a sua finalidade original de certificar/comprovar algo, mas assim como a pesquisa de campo, nos auxiliam na construção do diálogo entre os dados e a teoria, afinal, como destacou Giumbelli (2002), o trabalho de campo e as outras técnicas, como o uso de documentos, não se opõem, pelo contrário, se complementam.

---

<sup>10</sup> A documentação também é extremamente importante para os ex-trabalhadores da usina. Na viagem em Areia, quando entrei em uma loja para comprar lembrancinhas a dona do estabelecimento perguntou o que fazíamos na cidade, e eu comentei sobre a pesquisa com a Usina Santa Maria, e ela disse que o marido dela trabalhou lá, e como desabafo contou que mesmo ele tendo trabalhado na usina durante anos, desde criança, não conseguiu se aposentar até hoje por falta de documentos, nisso ela pega o único documento que ele tem, uma rescisão de contrato (documento que existem aos montes no Acervo Documental da Usina Santa Maria). Ao ver o documento contei pra ela a história do Acervo Documental da Usina Santa Maria e expliquei que trabalhava no acervo e que poderia procurar algum documento do seu marido, ela ficou emocionada e disse “você vir aqui hoje foi obra de Deus”. Diante de sua comoção compreendi a importância desses documentos para as pessoas de carne e osso, afinal eles podem servir para o acesso a aposentadoria, mudando o destino dessas famílias. Por essa razão, o projeto visa que após a estruturação do acervo da usina, o mesmo retorne para Areia, e o público tenha acesso aos documentos, inclusive seus próprios documentos.

Além dos documentos da usina, a pesquisa também se debruçou em matérias dos principais jornais pernambucanos e paraibanos, principalmente para obter dados sobre as famílias dos usineiros. A pesquisa documental também ocorreu nas revistas *Brasil Açucareiro* e *Anuário Açucareiro*<sup>11</sup>, que iniciaram suas publicações no ano de 1935 e eram organizados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e publicavam artigos técnicos, estatísticos e estudos científicos do setor açucareiro (VIAN; CORRENTE, 2007)<sup>12</sup>.

Reconstruir o histórico da Usina Santa Maria, não é relevante somente para a análise do caso individual desta usina, mas também para compreender a estrutura da agroindústria açucareira no estado da Paraíba e no Brasil. Assim, o caso da Usina Santa Maria nos permite também aprofundar os conhecimentos sobre parte importante do papel de destaque que as *plantations* tiveram para a formação da sociedade brasileira, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social, cultural (FREYRE, 2004) e político (LEAL, 1975).

Além disso, esta pesquisa contribui com a estruturação do acervo da Usina Santa Maria, o qual, após a organização deste material poderá ser declarado como um acervo privado de interesse público e social<sup>13</sup>, e permitirá que a sociedade civil tenha acesso a parte da história dos trabalhadores rurais e dos operários do açúcar no Brasil.

Nessa dissertação, o leitor verá que o primeiro capítulo é uma tentativa de contextualizar sobre as origens da *plantation* canavieira no Nordeste e o processo de modernização com o advento das usinas, com destaque para a Paraíba, e a apresentação das duas regiões canavieiras do estado, a Zona da Mata e o Brejo paraibano. O capítulo engloba também a história da Usina Santa Maria de maneira breve, desde sua criação até sua falência, e conta também com uma seção específica para retratar as genealogias e condições sociais das famílias dos dois usineiros, Francisco de Assis Pereira de Mello e Solon Lyra Lins.

A divisão do capítulo dois e três se dá a partir dos meios de produção (MARX, 2013), sendo o segundo capítulo destinado ao parque industrial da usina, local da transformação da matéria prima em produto, contendo dados acerca da produção de açúcar e álcool da usina, e

---

<sup>11</sup> As edições do *Anuário Açucareiro* de 1935 a 1967 podem ser acessadas no site da biblioteca digital Seade (através do link:

<https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=8&busca=10&listarConteudo=Cole%C3%A7%C3%B5es%20C2%BB%20Anu%C3%A1rio%20A%C3%A7ucareiro>). Já as edições do *Brasil Açucareiro* de 1935 a 1979, podem ser acessadas no site da Hemeroteca Digital Brasileira (através do link <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/listarPublicacao.php?lista=0&opcao=8&busca=10&listarConteudo=Cole%C3%A7%C3%B5es%20C2%BB%20Anu%C3%A1rio%20A%C3%A7ucareiro>).

<sup>12</sup> Cabe destacar que essa parte da pesquisa arquivística ocorreu de forma *online*, através principalmente do acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional, visto o contexto pandêmico vivenciado durante o período da pesquisa.

<sup>13</sup> Segundo a Lei 8.159/91, no artigo 12 “Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”.

uma tentativa de retratar a expansão do parque industrial ao longo dos anos e o papel do Estado nesse processo.

O terceiro capítulo aborda a propriedade privada da terra acumulada pelos usineiros, com uma análise de aquisição de terras por décadas e como o processo de expansão territorial modifica as posições dos indivíduos no espaço social.

Por fim, o último capítulo apresenta as principais descobertas desta etapa da pesquisa, ciente de que o tema ainda será capaz de gerar maiores aprofundamentos. Por este motivo, além das considerações finais, aponta, desde já, para possíveis caminhos futuros que permitem a sua continuidade.

## CAPÍTULO 1

### A AGROINDÚSTRIA AÇUCAREIRA NO NORDESTE

#### 1.1 A plantation canavieira e a formação socioeconômica do Nordeste

Como nos lembra o sociólogo Gilberto Freyre (2013, n.p.) “durante o período decisivo da formação brasileira, a história do Brasil foi a história do açúcar; e no Brasil, a história do açúcar, onde atingiu maior importância econômica e maior interesse humano foi nessas manchas de terra de massapê [a região Nordeste]”.

Os primórdios da produção açucareira no Brasil ocorreram no período inicial da colonização, em um cenário duplamente favorecido, primeiro pelas vantagens do comércio do açúcar no mercado mundial e segundo pelas características climáticas, hidrográficas e edáficas, propícias à lavoura canavieira. De acordo com o autor, "a produção açucareira supõe a presença, no próprio estabelecimento rural, de um equipamento de fabricar o produto, chamado engenho, nome que, com o tempo, passaria a designar a propriedade canavieira em geral" (MELO, 1975, p.30). Desde 1526 o açúcar brasileiro era comercializado em Portugal, sendo o primeiro engenho construído em Pernambuco (CARLI, 1937).

O economista Celso Furtado (2005) destaca que a instalação de um engenho exigia um grande investimento de capital, e que o governo português concedeu favores especiais para introduzi-los, como, por exemplo, a isenção de tributos. Melo (1975) destaca que o valor vultoso necessário para instalar um engenho não estava ao alcance econômico de pequenas famílias e a forma de exploração da cana-de-açúcar e a mão de obra utilizada evidenciam o caráter capitalista do complexo agroindustrial canavieiro.

Segundo Furtado (2005) a mão de obra utilizada no período de introdução da lavoura canavieira inicialmente provinha dos indígenas nativos capturados e posteriormente, no período de expansão, pelos escravos africanos. O autor estimou que no final do século XVI existiam cerca de 120 engenhos e aproximadamente quinze mil escravos africanos ligados diretamente ao trabalho nas indústrias de açúcar, existindo também uma pequena parcela de trabalhadores assalariados.

Melo (1975) detalha que, além do caráter agroindustrial, a produção de açúcar possuía uma feição comercial, visto que a produção era destinada a comercialização no mercado internacional. Furtado (2005) especula que em um ano de produção açucareira favorável, a exportação desse produto chegava a representar 60% da renda líquida gerada na colônia.

Com todos os interesses da colônia voltados para a produção açucareira, a mesma foi sendo estruturada e ampliada, gerando na estrutura agrária a formação dos latifúndios monocultores. Esse tipo de exploração deu origem ao sistema de *plantation* no Brasil, caracterizado pelas grandes lavouras canavieiras, produção com destino ao mercado internacional e utilização de mão de obra escrava (MELO, 1975). Para o geógrafo Waibel (1958) a principal diferença entre a *plantation* e as plantações dos nativos, consiste em:

Uma plantage não é um empreendimento puramente agrícola, mas ainda industrial; não produz apenas produtos agrícolas, beneficia-os tornando-os armazenáveis e aptos a serem exportados. E isto ela se vê obrigada a fazer porque não produz, conforme o caso dos nativos, para o próprio consumo e sim para o mercado externo ( p.37).

Como nos lembra Gilberto Freyre (2004) em sua clássica obra “*Casa Grande e Senzala*”, o sistema da *plantation* canavieira não pode ser reduzido somente à esfera produtiva, ele representa todo um sistema econômico, político e social, diretamente relacionados com a formação da sociedade brasileira.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamílias, culto dos mortos etc); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 2004, n.p.).

Freyre descreve o funcionamento do sistema engenho no período do Brasil escravocrata, mas devemos pontuar que a abolição da escravidão não afetou a estrutura socioeconômica das plantations canavieiras, pois os engenhos que durante séculos foram sustentados pelo uso do trabalho escravo, foram preparados para não mais necessitar da escravidão (MELO, 1975; FURTADO, 2005). De acordo com Peter Eisenberg (1977), que analisou o processo de modernização na agroindústria açucareira pernambucana de 1840 a 1910, a conversão da mão de obra escrava para o trabalho livre ofereceu vantagens aos senhores de terras, sendo transferindo os custos da crise econômica para os trabalhadores, em más condições de trabalho e escassez de pagamento. Eisenberg (1977) acrescenta que o governo não realizou qualquer tentativa de auxiliar os ex-escravos, e desse modo os libertos das plantações canavieiras nordestinas permaneceram na mesma situação anterior.

Melo (1975) explica que com a abolição da escravidão, parte da classe trabalhadora escrava, principalmente a ligada à parte agrícola, compôs a categoria de *moradores*, ao lado de

ex-trabalhadores da massa obreira servil ou assalariados. De acordo com Melo (1975), os *moradores* podem se dividir em diversas categorias não tão rígidas, em *morador* não vinculado, *morador de cambão*, *morador foreiro* ou *morador de condição*, este último era o mais vinculado a grande lavoura canavieira.<sup>14</sup>

De acordo com Garcia Jr. (1989) o senhor-de-engenho residia no próprio engenho, mas diferente dos trabalhadores não participava diretamente dos trabalhos nas lavouras ou na parte de fabricação do açúcar, “a atividade do senhor-de-engenho era o exercício do comando: tomando decisões, dando ordens e verificando se eram cumpridas” (p.38). Tal comando foi descrito por Freyre (2004) como:

[...] mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho. Gosto que tanto se encontra, refinado em um senso grave de autoridade e de dever, em um D. Vital, como abrutalhado em rude autoritarismo em um Floriano Peixoto (n.p.).

Melo (1975) descreve que ao lado do autoritarismo autocrático, o senhor-de-engenho também realizava um assistencialismo paternalista, definido por Garcia Jr. (1989) como uma relação de dominação personalizada entre senhor e morador, na qual o senhor fornecia aos moradores os meios necessários para sua existência social e em troca os moradores deveriam sempre estar prontos a executar suas ordens, como forma de retribuição de uma dívida que jamais poderia ser paga. Garcia Jr. (1989) complementa que o uso da violência física fazia parte desse sistema de dominação, podendo o senhor punir os corpos dos seus subordinados para se fazer obedecer, sendo comum o uso de armas de fogo ou de capangas pelo senhor.

Tal sistema entrará em crise com o processo de modernização do setor, principalmente com o advento das usinas, mas como ressaltou Andrade (1986) devemos lembrar a capacidade de resistência dos engenhos, que mesmo com “menores capitais, técnicas mais atrasadas, baixa produtividade e pondo no comércio um produto de qualidade inferior, o banguê resistiu como pôde ao surto usineiro, [...] só no fim da década de 1951-1960 veio praticamente a extinguir-se” (p.114).

Na tentativa de modernizar o sistema dos engenhos banguês (tradicionais), Perruci (1978) relata que foram criados os chamados “engenhos centrais”, cujo foco era a modernização apenas da parte industrial, criando, assim, uma separação entre a parte agrícola e a parte fabril. É necessário pontuar que a produção açucareira do Brasil utilizava métodos arcaicos em relação aos instrumentos de trabalho e na preparação do solo.

---

<sup>14</sup> Para análise sociológica da categoria *morador*, conferir, entre outros, Palmeira (1977) e Heredia (2013).

Tais engenhos centrais surgiram no Brasil a partir de 1875 majoritariamente construídos a partir de capitais estrangeiros, sobretudo dos ingleses e franceses (PERRUCCI, 1978). Algumas limitações impostas aos engenhos centrais incluíam: "proibição de plantar cana, obrigação de construir vias férreas para facilitar o transporte de matéria-prima da plantação à fábrica, proibição de utilizar a mão-de-obra escrava, implantação da fábrica em lugares previamente designados pelo governo" (PERRUCCI, 1978, p.120).

De acordo com Perruci (1978), com a separação da parte agrícola da parte industrial, os antigos engenhos foram reduzidos a apenas uma plantação de cana, o que gerou consequências. Se, por um lado, o senhor de engenho continua a possuir grandes propriedades e não necessita mais de esforços no setor de produção e transporte, por outro lado, se altera a posição dos antigos senhores-de-engenho na hierarquia social, tornando-os mero plantadores de cana.

Perruci (1978) destaca que "como a produção industrial depende do fornecimento de cana e como este fornecimento pelas plantações é sempre incerto, os engenhos centrais são todos, antes mesmo de funcionar, condenados à falência" (p.115). Além disso, o autor pontua que outra razão para a falência dos engenhos centrais foi que as máquinas importadas eram usadas ou ultrapassadas. Desse modo, a sobrevivência dos engenhos centrais durou apenas cerca de quinze anos.

Após o fracasso dos engenhos centrais, a nova forma de modernizar a produção de açúcar do nordeste, foi a criação das usinas que, diferente dos engenhos centrais, unem novamente a parte agrícola à parte industrial. No estado de Pernambuco, por exemplo, em 1890, começam as ações oficiais a favor das usinas, que geraram a implementação no final do século XIX das primeiras usinas do país (PERRUCCI, 1978; ANDRADE, 1986, EISENBERG, 1977).

Destaca-se que a implementação das usinas no Nordeste ocorreu devido aos empréstimos concedidos pelo governo, sendo que "em certos momentos, a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto nada lhe custando" (PERRUCCI, 1978, p.125). Muitas das dívidas dos usineiros com o governo não eram pagas e, mesmo assim, o Estado não realizava nenhum tipo de intervenção para cobrá-las, o que demonstrava uma estreita relação entre o Estado e o sistema usineiro. Andrade (1986) pontua que além dos generosos empréstimos concedidos aos industriais, de 1890 a 1900 ocorreu a elevação no preço do açúcar, fato que impulsionou a construção das usinas, chegando em 1910 a existir no Nordeste cento e trinta usinas.

A partir da década de 1930, mais especificamente após o Decreto n. 22.789, de

01/06/1933, do Governo Federal, que criou o Instituto Nacional do Açúcar e do Alcool (IAA), o setor açucareiro foi minuciosamente regulado pelo instituto com o encargo de dirigir e controlar a produção de açúcar e álcool em todo o território nacional (SZMRECSÁNYI, 1979), o que difere este período de tudo que havia ocorrido previamente no setor. Após o IAA, de acordo com o Anuário Açucareiro, em 1935, das 341 usinas com turbina e vácuo existentes no Brasil, 225 estavam no Nordeste, distribuídas da seguinte maneira: Maranhão 3, Piauí 1, Ceará 2, Rio Grande do Norte 4, Paraíba 9, Pernambuco 71, Alagoas 27, Sergipe 91 e Bahia 17, no Sudeste existiam, 2 no Espírito Santo, 32 no Rio de Janeiro, 24 em Minas Gerais e 36 em São Paulo.

Andrade (1986) explica que as usinas foram implementadas ou por antigos senhores de engenho ou pela transformação dos antigos engenhos centrais em usinas, como foi o caso da usina paraibana São João, destinada a funcionar nas terras do antigo engenho central São João, construído em 1888. À frente desse empreendimento moderno estava uma nova categoria social, o *usineiro*, definido por alguns autores como um tipo social de empreendedor que nada tem a ver com o antigo senhor de engenho, sendo um homem mais ligado à cultura urbana, tanto em suas práticas como mentalidades (AZEVEDO, 1948 apud MELO, 1975).

Por outro lado, Garcia Jr. (1989) evidenciou que os usineiros se desenvolveram apoiados na mesma relação social dos engenhos, no trabalho sujeito. Ao mesmo tempo o autor alertou que tal evidência não pode servir de justificativa para o usineiro e o senhor-de-engenho serem vistos como o mesmo personagem social, pois nesse processo de transformação social do mundo dos engenhos para usina, ao mesmo tempo que há heterogeneidade, também há diferenciação, na qual “as usinas se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas, mas apoiadas na mesma relação social da morada, do trabalho sujeito. Rigorosamente os usineiros se desenvolveram como senhores-de-engenho mais fortes” (GARCIA JR., 1989, p.214), que se assemelha, nesse aspecto, com a definição de Andrade (1986), ao dizer que a usina é “quase sempre de proprietário mais rico, às vezes possuidor de vários engenhos, mais esclarecido, e de espírito empreendedor” (p.91).

A chegada da usina gerou transformações na estrutura social e fundiária, intensificando o processo de concentração fundiária, a usina tinha interesse em adquirir cada vez mais terras, chegando algumas usinas a controlarem áreas enormes, “superiores a 35.000 hectares em cada uma delas, reunindo sob o seu domínio mais de cinquenta antigos bangüês” (ANDRADE, 1986, p.94).

A necessidade das usinas por áreas cada vez maiores intensificou a concorrência de

terras entre engenhos e usinas, e a chegada do usineiro gerou transformações na hierarquia social, pois “a usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do banguzeiro” (ANDRADE, 1986, p. 100). Ressalta-se que um senhor-de-engenho tornar-se um mero fornecedor de cana para a usina significava, com o passar do tempo, conhecer uma queda na hierarquia social e a perda de seus poderes sociais, políticos e econômicos, pois agora o senhor-de-engenho é escanteado do polo regional mais moderno, a usina (GARCIA JR., 1989; PERRUCCI, 1978).

Andrade (1986) detalha que os fornecedores de cana estavam sujeitos às usinas:

Realmente, o fornecedor está na dependência do usineiro, como o lavrador estava na do senhor-de-engenho, uma vez que até 1930 não tinha o usineiro a obrigação de moer a cana do fornecedor, ficando este com o fornecimento mais cedo ou mais tarde, dependente do usineiro. Também as balanças das usinas não podiam ser fiscalizadas pelos fornecedores, que ficavam assim à mercê dos usineiros (p.118).

Destaca-se que o senhor-de-engenho, personagem que comandava a produção açucareira, ao ser rebaixado, não aceitou passivamente a situação. Caio Prado Júnior (1981) evidenciou que o fornecedor no Nordeste do país era uma classe numerosa e politicamente forte, e ainda com prestígio social, o que possibilitou que eles enfrentassem os usineiros, e conseguissem aprovações de leis a seu favor. De acordo com Szmrecsányi (1979) tal contexto fez com que o IAA assumisse mais uma atribuição, a de controlar as transações entre usinas e seus fornecedores de cana, definindo uma quota obrigatória de cana que a usina deveria receber do fornecedor e que o preço da cana deveria ser fixado pelo governo, de acordo com a Lei n. 178 de 1936.

Andrade (1986) pontua que os fornecedores são os responsáveis por grande parte da cana moída nas usinas em todo o Nordeste, por exemplo, em Alagoas, na safra de 1958/59 cerca de 58% da cana moída provinha dos fornecedores. De acordo com Andrade (1986), os fornecedores podem ser classificados em várias categorias, o fornecedor proprietário que cultivava sua própria terra, podendo fornecer para mais de uma usina, e o fornecedor rendeiro, fornecedores que alugam engenhos da usina para plantar, e só podem vender para a usina proprietária da terra, pagando cerca de 15% ou 20% da renda da produção ao usineiro. Mas não podemos esquecer que “a tendência das grandes usinas, porém, é cultivar terras próprias, eliminando os fornecedores. Querem, além do lucro industrial, o agrícola.” (ANDRADE, 1986, p. 101).

A mão de obra do setor açucareiro, de acordo com o *Anuário Açucareiro* de 1939, ocupava cerca de um milhão e quinhentos mil brasileiros, o que representava aproximadamente 3,48% da população, como vemos:

**Figura 1.1** - Número das pessoas ligadas direta e indiretamente à lavoura, indústria e comércio da cana e seus derivados, em 1939

| A T I V I D A D E S                 | T R A B A L H A D O R E S |           |          | Operarios<br>especializados | Diversas<br>atividades | Inativos | TOTAL     |
|-------------------------------------|---------------------------|-----------|----------|-----------------------------|------------------------|----------|-----------|
|                                     | Lavoura                   | Industria | Comercio |                             |                        |          |           |
| Nas usinas. . . . .                 | 98.405                    | 25.140    | 8.060    | 2.584                       | 450                    | 62.050   | 196.689   |
| Lavrador fornecedor. . . . .        | 415.363                   | —         | —        | —                           | —                      | 178.012  | 593.375   |
| Engenhos. . . . .                   | 331.404                   | 85.721    | —        | —                           | —                      | 178.767  | 595.892   |
| Refinarias. . . . .                 | —                         | 2.158     | 206      | —                           | —                      | 7.092    | 9.456     |
| Distilarias. . . . .                | —                         | 236       | —        | 32                          | —                      | 804      | 1.072     |
| Alambiques. . . . .                 | 17.028                    | 8.514     | —        | —                           | —                      | 17.028   | 42.570    |
| Transportes. . . . .                | —                         | —         | 4.362    | —                           | —                      | 13.086   | 17.448    |
| Casas comerciais. . . . .           | —                         | —         | 11.012   | —                           | —                      | 33.788   | 44.800    |
| Repartições especializadas. . . . . | —                         | —         | —        | 1.043                       | —                      | 3.129    | 4.172     |
|                                     | 862.200                   | 121.769   | 23.640   | 3.659                       | 450                    | 493.756  | 1.505.474 |

Inativos — Refere-se às pessoas que não têm atividade direta na lavoura, industria e comercio.

Fonte: *Anuário Açucareiro*, 1939.

A maior parte dos trabalhadores estavam vinculados à lavoura canavieira, representando cerca de 57,27% dos trabalhadores ligados ao setor sucroalcooleiro, seguidos dos trabalhadores industriais que representavam cerca de 8,08% e os do comércio 1,57%. De acordo com Andrade (1986), os trabalhadores da lavoura canavieira eram em sua maioria assalariados, sendo a maior parte dos assalariados agrícolas representada por três categorias: *morador*, *corumba* (migrantes sazonais na época do corte da cana) e os de fora das propriedades que nela realizam trabalho eventual. Andrade (1986) descreve que os *moradores* são aqueles trabalhadores que moram no próprio engenho onde trabalham, já os de fora residem normalmente nas cidades próximas ou em pequenas propriedades e os *corumbas* são aqueles que residem no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, o trajeto sendo a pé, em lombo de equinos ou de caminhão.

Em sua importante obra “*O Vapor do Diabo*”, o antropólogo José Sérgio Leite Lopes ressalta que o fato da quantidade dos trabalhadores industriais ser menor, quando comparada aos do setor agrícola, não minimiza sua relevância na produção açucareira. Os operários do açúcar, devido às variedades de trabalho na usina, na safra e entressafra, podem ser divididos

entre os operários fixos, aqueles que trabalham o ano todo na usina, e os sazonais, que trabalham somente uma parte do ano. Além disso, os operários podem ser classificados em diversas categorias, visto a complexidade da fabricação açucareira, que necessita de diferentes seções (moenda, purificação, fabricação etc.) e oficinas (mecânica, elétrica, fundição, serraria, carpintaria, olaria, comunicação, construção, reparos etc.).

A diversidade das relações trabalhistas na lavoura canavieira nordestina, além da divisão em trabalhadores fixos/sazonais e agrícola/industrial, tornou-se mais complexa com o voto do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, estendendo os direitos trabalhistas ao campo, ocasião em que a mão de obra, de acordo com os estudos da antropóloga Lygia Sigaud (1979, 1980) conheceu a diferenciação entre *fichados* e *clandestinos*. Os *fichados* compreendem os trabalhadores que possuem carteira de trabalho assinada, uma ficha de cadastro, e, portanto, acesso aos direitos impostos pelas leis, em contraposição, os *clandestinos* não possuem carteira de trabalho assinada e acesso às leis trabalhistas, sendo na maioria das vezes vinculados a um *empreiteiro* que passa a mediar a relação com o dono do canavial (SIGAUD, 1979).

Dentre a diversidade de possibilidades de categorias dos trabalhadores ligados ao setor açucareiro, o que é unânime na literatura são as formas de exploração, de maneiras mais intensas ou mais brandas, a que estão sujeitos. Como destacado por Andrade (1986), o processo de concentração fundiária, intensificado pelas usinas, se tornou um dos graves problemas do Nordeste, tornando a região açucareira palco de grandes tensões sociais entre proprietários e assalariados (ANDRADE, 1986).

Vale relembrar que as Ligas Camponesas, movimento que surgiu em Pernambuco, em 1955, entre foreiros do Engenho Galiléia. De acordo com Francisco Julião (2009), deputado estadual e advogado, os camponeses ameaçados de expulsão dos lotes do engenho que ocupavam, aceitaram se organizar coletivamente e criaram uma sociedade para entre outras atividades fundar uma escola no engenho formar um fundo para a aquisição de caixõezinhos para as crianças que naquela região morriam em quantidades assustadoras. O senhor do engenho Galiléia, por associar esta nova sociedade com o comunismo, não aceitou sua criação e tentou promover o despejo aos camponeses, que organizaram a luta para permanecer na terra, mobilização que se alastrou pelo Nordeste. A antropóloga Beatriz Heredia (2013) destaca que os *foreiros*, pequenos produtores que vivem em partes de terras das fazendas ou engenhos, contra o pagamento do foro (prestação anual), foram os principais atores das Ligas por se verem ameaçados de expulsão das terras que ocupavam. Esta mobilização, em sua grande maioria em regiões periféricas da Zona da Mata, vai atingir o território ocupado

com canaviais de engenhos e usinas com a organização de sindicatos de trabalhadores rurais por grupos católicos e comunistas, que se implantaram sobretudo após a vigência do Estatuto do Trabalhador rural de 1963 (CAMARGO, 1973; JULIÃO, 1962).

Com o golpe de estado de 1964 houve dura repressão às Ligas e sindicatos mas a luta pelos direitos trabalhistas organizada por sindicatos de trabalhadores rurais persistiu, organizados também a nível de federações estaduais e de confederação nacional (CONTAG). A mobilização contra a ditadura em finais dos anos 70, inclusive com a irrupção das greves operárias do ABC, repercutiu na Zona da Mata pernambucana, propiciando a *Greve nos Engenhos* em 1979. De acordo com Sigaud (1980), o salário dos trabalhadores dos engenhos era insuficiente para alimentar suas famílias e havia descumprimento sistemático de obrigações legais. Nesse contexto, cerca de vinte mil trabalhadores, de setenta e quatro engenhos, paralisaram suas atividades durante uma semana, tendo por reivindicações o aumento salarial e outras obrigações patronais como a concessão de dois ha de terra para culturas alimentares. A autora chama a atenção que as reivindicações aprovadas implicavam sobretudo no cumprimento de leis já existentes, pois, através da estratégia de ignorar o cumprimento de legislações trabalhistas e mesmo de dispositivos do Estatuto da Lavoura Canavieira, os patrões haviam intensificado a exploração do trabalho aumentando suas formas de acumulação.

Os motivos que geraram a formação das Ligas Camponesas, desembocando em mobilizações maciças como a *Greve dos Engenhos* a partir de 1979, evidenciam as condições de miséria vivenciadas pelos trabalhadores do setor açucareiro, condições estas descritas pelo sociólogo francês Robert Linhart (1981), que registrou seu abalo ao conhecer a realidade da Zona da Mata de Pernambuco em 1979, como relatou em seu primeiro contato com os trabalhadores rurais:

E você vai compreendendo, à medida que falam, que eles estão com fome, que as mulheres deles estão com fome, que os filhos estão com fome. E se você tiver no bolso o equivalente a duzentos francos franceses, que gastará durante o dia em gasolina, restaurante e outras pequenas despesas, ficará sabendo que esta é a soma de que vai dispor uma das famílias deles, que tem cinco, oito, dez pessoas para viver (viver?) durante um mês. (LINHART, 1981, p.11)

Além dos desgastes nos corpos dos trabalhadores, a lavoura canavieira também deixou suas marcas na terra, como detalhou Freyre (2013), “o canavial desvirginou todo esse mato grosso do modo mais cru: pela queimada. A fogo é que foram se abrindo no mato virgem os claros por onde se estendeu o canavial civilizador, mas ao mesmo tempo

devastador” (n.p.), e nas águas dos rios, que foram degradados principalmente pelas usinas (ANDRADE,1997).

As consequências sociais do sistema usina foram apresentadas por Petrucci (1978):

Na realidade, o espírito capitalista e expansionista mais visível do grupo dos usineiros torna-o mais potente e mais ganancioso. Se é verdade que alguns problemas técnicos, como os métodos de produção do açúcar e os transportes, foram em parte resolvidos pelas usinas, elas não contribuíram em nada- antes agravaram- para uma solução das antigas tendências reacionárias do sistema econômico regional, a exemplo da exploração latifundiária, da concentração fundiária, do nível de renda muito baixo da população rural (p.127).

Eisenberg (1977) pontua que a modernização das regiões açucareiras do Nordeste, com o advento das usinas, não contribuiu para uma melhoria econômica e social da maioria da população , servindo apenas os ajustes realizados para “absorver o impacto de mercados externos desfavoráveis sobre a classe dos produtores de açúcar e para preservar a economia e a estrutura tradicional” (p.251). O título de seu livro sobre a emergência de usinas é eloquente: *Modernização sem mudança*.

A partir da discussão do processo de implementação das *plantations* canavieiras e de seu processo de modernização no Nordeste no século XX, bem como suas consequências econômicas, sociais e ambientais, analisaremos adiante com maior profundidade o caso paraibano.

## **1.2 A agroindústria açucareira na Paraíba**

### **1.2.1 Ocupação e povoamento das regiões canavieiras: Zona da Mata e Brejo paraibano**

Antes de entrarmos nas usinas paraibanas é necessário entender um pouco do processo de ocupação e povoamento das duas regiões canavieiras da Paraíba: a Zona da Mata e o Brejo paraibano.

O processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata está diretamente relacionado com a produção açucareira, região à qual, segundo Celso Mariz (1978) foram concedidas as primeiras sesmarias da capitania tendo como destino a produção de açúcar (apud MOREIRA, 1990). O início da colonização canavieira na Paraíba começou nas margens do rio Tibiri, com a instalação Engenho Real, em 1587, onde atualmente é o município de Santa Rita (ANDRADE,1958; MOREIRA, 1990). Como nos lembra Osório de Andrade (1997), “jamais participou tranquilamente o baixo-Paraíba da constância e da continuidade com que se fez a história da agroindústria do açúcar nas várzeas de massapê da costa sul de Pernambuco” (p.81). Segundo o autor, a produção da Paraíba, que naquele período era restrita a Zona da

Mata, enfrentou diversas problemáticas entre elas as secas, as cheias, a dependência de Pernambuco e o algodão.

Na região o algodão e a cana concorreram pelas mesmas terras, “chegando em certos casos a compor um hibridismo tal que desfigurou por completo, quando não abortou, a fisionomia cultural da paisagem açucareira” (OSÓRIO DE ANDRADE, 1997, p.82). O autor complementa que os senhores-de-engenho se tornaram também lavradores de algodão, chegando o município de Cruz do Espírito Santo em plena crise do algodão a ter 14 engenhos que esmagavam canas e descaroçavam algodão e 12 engenhos que esmagavam cana, mas plantavam somente algodão.

Outro fato que evidencia a economia açucareira paraibana como inferior à de Pernambuco é o uso da mão de obra de africanos escravizados. Segundo o historiador Almeida Prado (1941), Pernambuco usou largamente tal mão de obra que custava mais caro que os indígenas escravizados, utilizados majoritariamente na agroindústria paraibana colonial (apud ANDRADE, 1997).

A produção açucareira paraibana ocupava um local inferior em relação a Pernambuco, e o poder econômico dos senhores-de-engenho paraibanos não poderia ser comparado com os do estado vizinho. De acordo com José Américo de Almeida (1937) a casa-grande dos engenho paraibanos:

[...] infunde a respeitabilidade de um lar austero, pela intransigência da honra e pelo rigor do pátrio poder. As comunicações da família com a cidade contam-se pelas principais festas religiosas. A ambição do senhor rural é ter um filho ordenado padre ou titulado. Para satisfazer essa vaidade é capaz de todos os sacrifícios (p.447).

Segundo Osório de Andrade (1997) Teria sido a partir de 1850, que a economia açucareira paraibana reagiu, tendo, em 1852, o presidente Sá e Albuquerque iniciado a substituição dos arados de pau por arados de ferro e os estudos sobre as rodas d'água. Para se ter uma ideia desse atraso, em Pernambuco, o engenho a vapor foi introduzido por volta de 1819 e, na Paraíba, apenas a partir de 1888 com a construção do Engenho central São João, terras que atualmente fazem parte do município de Santa Rita, região da Zona da Mata.

Em contrapartida, o processo de ocupação e povoamento do Brejo paraibano, pertencente à mesorregião do Agreste, também foi influenciado pela produção açucareira, através da separação do gado da lavoura canavieira na região do litoral, que contribuiu para a ocupação do interior do Nordeste (MOREIRA, TARGINO, 1996; FURTADO, 2005).

Horácio de Almeida (1980), em sua obra “*Brejo de Areia*”, descreve a região do Brejo paraibano como de solo fértil propícios à agricultura com a presença de chuvas constantes e

bem distribuídas, tornando a região possuidora de água abundante, diferente de outras partes do Agreste. O Brejo paraibano também se diferencia por ser uma região de altitude, situada na região da serra da Borborema, sendo o município de Areia localizado a 622 metros de altitude (ALMEIDA, 1980; MELO, 2012; ANDRADE, 1997).

Tais condições tornaram a região própria para a atividade agrícola e, de acordo com Almeida (1980), o Brejo se tornou o celeiro do Sertão, escoando sua produção de aguardente, rapadura, café, fumo e cereais. Moreira (1990) explica que apesar do primeiro momento da ocupação ser realizado pelas agriculturas de subsistência, somente a partir do século XIX com a expansão da cultura algodoeira é que o povoamento foi efetivado na região, chegando o município de Areia a ser o principal produtor de algodão do estado em 1862.

A cultura da cana-de-açúcar ocorria na região como cultura secundária junto de outras culturas, mas com o declínio do algodão ocorreu a expansão dos canaviais na região e a quantidade de engenhos, substituindo uma produção anteriormente destinada ao açúcar mascavo para consumo próprio por rapadura e aguardente (MOREIRA, 1990). De acordo com José Américo de Almeida (2012) em 1909 o município de Areia possuía 102 engenhos de rapadura.

Importante pontuar que os senhores-de-engenho do Brejo paraibano, embora pertencentes à aristocracia rural, não possuíam a mesma importância que os senhores do litoral, que produziam açúcar em larga escala para exportação, enquanto os brejeiros produziam rapadura e aguardente para o mercado local (MOREIRA, 1990). Em relação ao senhor-de-engenho do Brejo, Almeida (1980) conta que, “o senhor de engenho quase não se distinguia dos cabras do eito, face ao grotesco de sua postura. Andava descalço, camisa por fora das calças aos berros com a cabroeira, já acostumada aos destampatórios intempestivos daquela saudação diária” (p.150). O autor complementa que apesar de rústico, o senhor-de-engenho brejeiro não desprezava a educação, quando as condições permitiam pelo menos um filho “havia de tirar o pé da lama para se encaminhar aos estudos, de preferência no seminário em Olinda. Não foram poucos os que seguiram para as faculdades do Recife e do Rio de Janeiro, alguns até para a Europa” (ALMEIDA, *ibidem*, p.150 e 151).

Horácio de Almeida (1980) evidencia que o Brejo vivenciou diversos ciclos agrícolas, sendo que a cana-de-açúcar esteve presente como lavoura principal ou secundária. Foi após a crise do café iniciada em 1921 que a região retornou para a lavoura canavieira, ao mesmo tempo em que surgia uma nova cultura, a do agave, que concorreu com a cana na região. De acordo com Correia de Andrade (1997), no Brejo paraibano:

A agave é ai, uma constante nas vertentes mais altas. Essa cultura adquiriu grande importância na década de 35- 45. Essa planta conquistou sobretudo as terras destinadas à lavoura de subsistência e disputou à cana de açúcar as que haviam sido do café. Seus lucros, devido às facilidades de exportação, eram tais, que reduzindo a da cana que atravessava, então séria crise. Até a zona de influência da Usina Santa Maria, que enfrentava então fase de difícil situação econômica foi invadida pela agave (p.40).

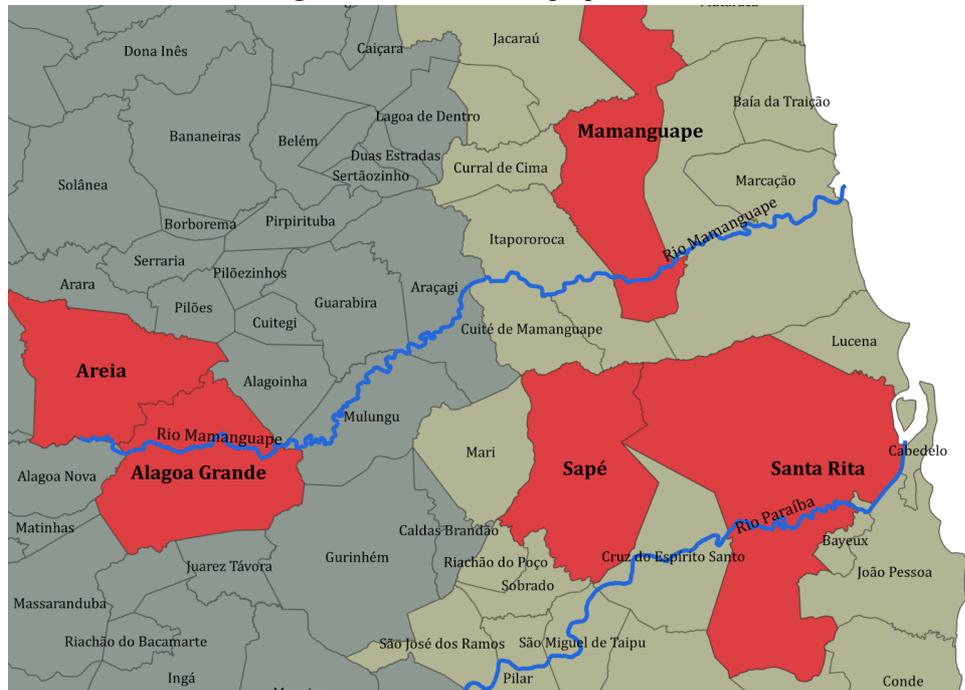
Porém o autor complementa que em meados dos anos 1950 o auge do agave passou, o que gerou o retorno das plantações de açúcar, sendo o agave utilizado por muitos agricultores como adubo para as plantações de cana, mas mesmo em declínio o agave era a segunda cultura de maior importância regional.

Considerando o que foi apresentado até aqui, é notório a relevância da lavoura canavieira na história paraibana nos processos de ocupação e povoamento das regiões do litoral e Brejo, ainda que de menor relevância no cenário regional. Passaremos a seguir para compreensão do processo de modernização da agroindústria açucareira paraibana, através do advento das usinas.

### **1.2.2 As usinas paraibanas**

Nos anos 1950, os geógrafos Manuel Correia de Andrade e Gilberto Osório de Andrade, acompanhados de um grupo de pesquisadores, realizaram expedições no agro nordestino compreendidas nesse âmbito as usinas nordestinas. Cientes de que a água é fundamental para o funcionamento de uma usina, e que o transporte do açúcar utilizou largamente as vias fluviais, os pesquisadores dividiram as expedições de acordo com os principais rios açucareiros do Nordeste, entre eles, o rio Mamanguape e o rio Paraíba do Norte, ambos passando pelo território paraibano, como vemos:

**Figura 1.2 - Rios Mamanguape e Paraíba**



- Rios Mamanguape e Paraíba
- Municípios com usinas
- Zona da Mata
- Agreste

Dados: IBGE  
Elaboração: Catherine Soffiati

O vale do rio Paraíba do Norte foi pesquisado em 1958, principalmente a região do baixo-Paraíba, que atravessa os municípios de Itabaiana, Pilar, Cruz do Espírito Santo, Santa Rita e João Pessoa. De acordo com os autores, foi nessa região, especificamente onde atualmente é o município de Santa Rita, em 1586, que foi concedida a primeira sesmaria na capitania para ser povoada e destinada a um engenho, marcando o início da colonização do açúcar na Paraíba. Não por acaso nessa mesma região é instalada a primeira usina do estado, a Usina Santa Rita, construída em 1910, anteriormente nomeada de Usina Cumbe, tendo como produção anual nos anos 1950 o total de 60.000 sacos de açúcar e 400.000 litros de álcool hidratado.

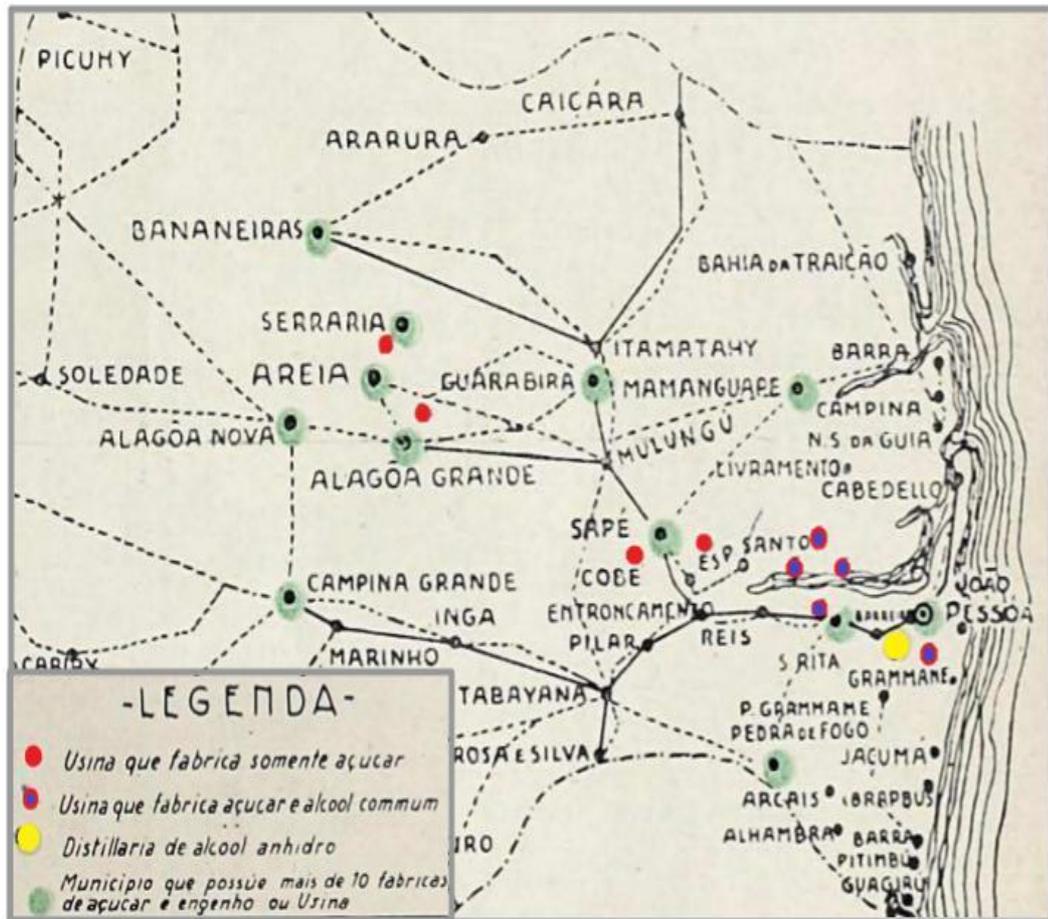
A Usina Santa Helena, anteriormente conhecida como Usina Bonfim, foi construída em 1917, nas terras do antigo engenho Paudarco, terras atualmente localizadas em Sapé, produzindo cerca de 250.000 sacos de açúcar e 1.700 litros de álcool hidratado no período da pesquisa (ANDRADE, 1997). Em 1928, foi construída a Usina Santana, fundada com o nome São Gonçalo, em terras que pertenciam ao engenho Velho, produzindo anualmente cerca de 50.000 sacos de açúcar e 250.000 litros de álcool hidratado (ANDRADE, 1997).

A usina São João foi fundada em 1930, nas terras que pertenciam ao Engenho Central São João, construído em 1888, que foi comprado em 1914 por “João Úrsulo Ribeiro Coutinho e seus irmãos: família de antigos criadores de gado no Agreste, em cujas mãos está inteiro, hoje, o parque açucareiro do baixo-Paraíba” (ANDRADE, 1997, p.115). Segundo os autores, a usina São João é a de maior capacidade, produzindo aproximadamente 1.700 litros de álcool anidro anualmente, a única a produzir esse tipo de álcool na Paraíba no período.

Em 1957, os pesquisadores realizaram a expedição no Vale do Rio Mamanguape, onde visitaram quatro usinas, a primeira usina pesquisada foi a Monte Alegre, construída em 1940 pela família Fernandes, nas terras do antigo engenho Guarita, no município de Mamanguape, sendo a usina com o melhor aparelhamento industrial no vale do Mamanguape, produzindo na safra de 1955/56 cerca de 78.900 sacos de açúcar de 60 quilos. A segunda visita ocorreu na usina São Francisco, que foi construída em 1948, no município de Pirpirituba, pertencente à família Ribeiro Coutinho, que no período da pesquisa do Andrade (1997) não moeu cana, pois estava inativa.

Segundo Correia de Andrade (1997), a Tanques foi a primeira usina do vale do Mamanguape, construída em 1929, pertencente à família Veloso Borges, nas terras do antigo Engenho Tanques, em Alagoa Grande, na região do Brejo paraibano, produzindo durante a pesquisa o total de 53.000 sacos de açúcar. Logo em seguida, foi construída a Usina Santa Maria, em 1931, com a junção de três engenhos: Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, que na safra de 1955/56 produziu 52.000 sacos de açúcar e 200.000 litros de álcool hidratado (CORREIA DE ANDRADE,1997). As usinas e regiões açucareiras apresentadas podem ser visualizadas no mapa abaixo:

Figura 1.3 - Distribuição espacial das usinas paraibanas em 1939



Fonte: *Anuário Açucareiro* 1939, desenhista: Eduardo S. Torres. Edições em 2022: Caterine Soffiati

Como identificado no mapa, em 1939 existiam na Zona da Mata usinas que fabricavam tanto açúcar como álcool hidratado, e uma destilaria de álcool anidro, por outro lado, as usinas do Brejo paraibano no período fabricavam apenas açúcar.

De acordo com as pesquisas do Correia de Andrade (1997) e Osório de Andrade (1997), são perceptíveis as diferenças entre as usinas da Zona da Mata e do Brejo paraibano. Segundo os autores, na Zona da Mata as usinas possuíam um maquinário mais moderno, parte dos profissionais eram experientes e especializados, na lavoura se cultivava canas mais resistentes a pragas, sendo a maior parte da lavoura mecanizada utilizando somente a enxada nos canaviais das encostas, pouca utilização de animais ou caminhões para o transporte da cana, que era realizado principalmente por linha férrea, tendo algumas usinas ferroviárias particulares como a São João e a Santa Helena. O açúcar produzido na Zona da Mata era comercializado tanto no mercado local, como exportado para os centros comerciais de João Pessoa e Campina Grande, e para outros estados brasileiros, como Ceará, Maranhão, Pará e Rio Grande do Norte.

Por outro lado, de acordo com Andrade (1997) e Osório de Andrade (1997), as usinas do Brejo paraibano, a Usina Santa Maria e a Tanques, não possuíam um maquinário moderno, portanto tinham uma pequena capacidade produtiva e também não possuíam trabalhadores especializados como um químico ou um agrônomo. Os autores complementam que a topografia acidentada da região dificultava a lavoura mecanizada, sendo utilizados principalmente muares e caminhões para o transporte da cana, que era comercializada no mercado local e em Campina Grande.

Tais diferenças também são perceptíveis na produção de açúcar das regiões, sendo as usinas da Zona da Mata as que registram a maior capacidade produtiva na Paraíba, como vemos:

**Tabela 1.1** - Produção de açúcar das usinas paraibanas em sacos de 60 quilos, por safra

| Região             | Usinas        | Safras  |         |         |         |
|--------------------|---------------|---------|---------|---------|---------|
|                    |               | 1934/35 | 1944/45 | 1954/55 | 1964/65 |
| Zona da<br>Mata    | Santana       | 9.564   | 32.316  | 34.413  | 49.051  |
|                    | Santa Helena  | --      | 112.561 | 114.087 | 241.509 |
|                    | Santa Rita    | 22.468  | 65.329  | 51.482  | 86.340  |
|                    | São Gonçalo   | 7.021   | --      | --      | --      |
|                    | São João      | 67.895  | 202.768 | 194.602 | 262.747 |
| Brejo<br>paraibano | Monte Alegre  | --      | 17.415  | 42.175  | 52.270  |
|                    | Tanques       | 2.885   | 10.835  | 24.386  | 79.937  |
|                    | Santa Maria   | 7.180   | 14.882  | 16.000  | 94.420  |
| Guarabira          | São Francisco | --      | --      | 16.000  | --      |
| Total              |               | 117.013 | 456.106 | 493.145 | 866.274 |

Fonte: *Anuário Açucareiro* 1940,1948,1955 e 1967.

De acordo com os dados temos que, na safra de 1934/35 o açúcar produzido no Brejo paraibano representava apenas cerca 8,60% do açúcar paraibano, valor que subiu na safra de 1964/65 para, aproximadamente, 20,13%. Assim, temos a região da Zona da Mata como principal produtora, produzindo em média 88,55% do açúcar na Paraíba.

Em relação à produção nacional, a produção de açúcar das usinas paraibanas no período inicial do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) era muito inferior do que os maiores estados produtores do Brasil, como vemos na figura abaixo:

Figura 1.4 - Maiores estados produtores de açúcar no Brasil, em 1935

| OS OITO ESTADOS DO BRASIL MAIORES PRODUCTORES DE AÇUCAR |   |                          |   |
|---|---|--------------------------|---|
| Instituto do Açúcar e do Alcool                         |   | Secção de Estatística    |   |
|   | Produção de Usinas<br>no quinquênio de 1929/30<br>a 1933/34<br>Em sac. de 60 kls. | Em toneladas<br>métricas | Porcentagem<br>sobre o total<br>do Brasil |
| Pernambuco .....  | 18.089.810  | 1.083.389                | 39,3 %                                    |
| Rio de Janeiro .....                                    | 8.406.484   | 504.389                  | 18,3 %                                    |
| São Paulo .....   | 7.290.417   | 437.425                  | 15,8 %                                    |
| Alagoas .....   | 5.091.777   | 305.507                  | 11,1 %                                    |
| Bahia .....   | 2.622.952   | 157.377                  | 5,7 %                                     |
| Sergipe .....   | 2.357.902   | 141.474                  | 5,1 %                                     |
| Minas Geraes .....                                      | 866.474   | 51.988                   | 1,9 %                                     |
| Parahiba .....  | 776.759   | 46.606                   | 1,7 %                                     |
| Demais Estados .....                                    | 509.929   | 30.596                   | 1,1 %                                     |
| Totaes .....  | 46.012.504  | 2.760.751                |   |

Fonte: *Anuário Açucareiro* 1935.

A Paraíba produzia cerca de 1,7% do açúcar total do Brasil em 1935. Em publicação do *Anuário Açucareiro* em 1938, considerando o quinquênio de 1932/33 a 1936/37, a Paraíba permanece na mesma posição, pela ordem sendo o oitavo estado produtor de açúcar do Brasil. De acordo com o *Anuário Açucareiro*, na safra de 1939/40 as usinas paraibanas produziram cerca de 2,26% do açúcar brasileiro e, no ano de 1965, produziram cerca de 1,17% do açúcar nacional e 4,47% do açúcar nordestino. Dados que evidenciam a posição de inferioridade e de periferia da produção açucareira paraibana no nível regional e nacional.

Tendo as usinas na Paraíba ocupado um lugar bem inferior em relação à produção das usinas brasileiras, e o Brejo ocupado um lugar inferior no território paraibano, compreenderemos assim quais os significados da modernização açucareira nesta região duplamente periférica, através da análise de caso da Usina Santa Maria.

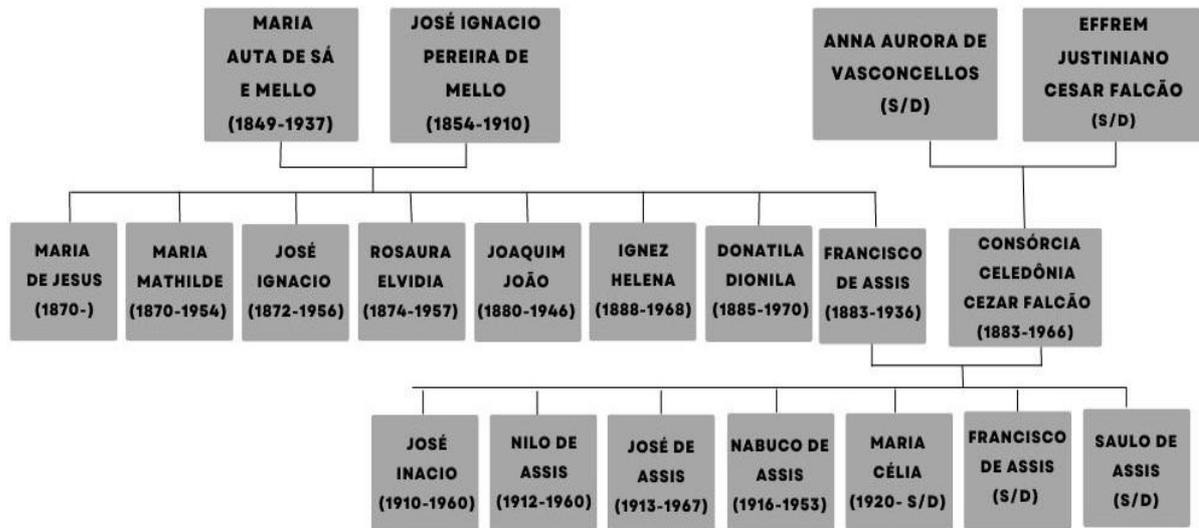
### 1.3 Panorama histórico da Usina Santa Maria: da construção à desapropriação de suas terras

#### 1.3.1 Origens, famílias e condições sociais dos usineiros

Em agosto de 1882, no município de Serraria, nasceu Francisco de Assis Pereira de

Mello, que meio século depois seria o responsável pela construção da Usina Santa Maria. Francisco de Assis nasceu em uma família de proprietários de terras na região, fato confirmado pela pesquisa documental junto ao Acervo da Usina Santa Maria, quando detectamos que algumas propriedades possuíam como proprietários anteriores parentes do Francisco de Assis.

**Figura 1.5** - Árvore genealógica do usineiro Francisco de Assis Pereira de Mello



Fonte: site *Family Search* e pesquisa de campo.

O casal composto por Maria Auta de Sá (1849-1937) (filha de Sebastião Guedes Alcoforado e Maria Umbelina de Sá e Mello), e José Ignacio Pereira de Mello (1854-1910), ambos possuidores de engenho na região de acordo com a revista de levantamento industrial do Brasil, *Almanak Laemmert*. Juntos tiveram oito filhos, entre eles Francisco de Assis Pereira de Melo, que se casou, em 17 de novembro de 1908, com Consórcia Celedônia Cesar Falcão (1883-1966), filha de Effrem Justiniano Cesar Falcão e Anna Aurora de Vasconcellos. Dessa união nasceram sete filhos. A família Cesar Falcão possuía uma relação com a política do município de Areia desde o século XIX. Segundo dados da Câmara dos vereadores do município, o segundo Conselho Municipal em 1895 tinha como presidente o major Effrem Justiniano Cesar Falcão, pai da esposa de Francisco de Assis. A família Pereira de Mello também possuía ligações políticas em Areia, tendo como membro do sexto conselho municipal em 1909, José Ignacio Pereira de Mello Filho. Posteriormente, em 1952, temos o registro do Nabuco de Assis Pereira de Mello, filho do primeiro proprietário da usina Santa Maria, como prefeito de Areia. Além de proprietários de terras, a família era possuidora de engenhos produtores de açúcar na região, como vemos:

Figura 1.6 - Produtores de açúcar em Serraria, em 1921

| Assucar (Fabrica de):                  |   |
|--|---|
| Antonio José de Albuquerque Mello.     | José Duarte dos Santos.                 |
| Antonio Bento Duarte dos Santos.       | José Pereira Góes.                      |
| Antonio Bento Duarte dos Santos Filho. | José H. Telxeira Lyra.                  |
| Antonio G. Alcaforado.                 | José R. Moreno.                         |
| Ananias da Costa Baracuhy.             | Manoel A. C. das Neves.                 |
| Alfredo de Miranda Henriques.          | Manoel Maria da Silva Coutinho.         |
| Benjamin Sobrinho.                     | Manoel Filgueira de Menezes.            |
| Bernardo Marinho de Souza.             | Maria Auta de Sá e Mello.               |
| Celso Cirne.                           | Maria Bezerra da Cunha.                 |
| Benjamin Figueira de Menezes Lyra.     | Maria Augusta Espinola de Mello.        |
| D. Filgueiras de Menezes.              | Manoel Bezerra da Cunha (Viuva de).     |
| Elvidio Duarte dos Santos Lima.        | Manoel H. da Costa Lyra.                |
| Felix José de Lima.                    | Dr. Nuno Guedes Pereira.                |
| Francisco Xavier Pereira da Cunha.     | Oscar Guedes Pereira.                   |
| Francisco Lins C. de Lima.             | Pedro de Miranda Henriques.             |
| Francisco Duarte dos Santos.           | D. Olympia Bezerra da Cunha.            |
| J. Filgueira de Menezes.               | Pedro Jacome.                           |
| João Ignacio Pereira de Mello.         | Viuva de Belizario da Costa Lyra.       |
|  | Viuva de José Ignacio Pereira de Mello. |

Fonte: *Almanak Laemmert*, 1921.

Desse modo, é notória a relação da família Pereira de Mello com a produção açucareira, pois eram possuidores de engenhos. A família era dotada de prestígio social, como podemos verificar por sua aparição nos principais jornais paraibanos da época, nas colunas sobre viajantes e acontecimentos da cidade.

Figura 1.7 - Família Pereira de Melo em João Pessoa

|  |   |
|--|---|
| <p>Visitaram-nos hontem os srs. José Ignacio Pereira de Mello Filho e Francisco de Assis Ferreira de Mello, conceituados agricultores no municipio de Areia.</p> <p>Os estimaveis cavalheiros regressaram hontem mesmo para aquelle municipio.</p> | <p><b>VIAJANTES</b> — Regressaram no trem do horario de hontem para o municipio de Areia, os srs. coronéis Aureliano Camello de Albuquerque e Francisco de Assis Pereira de Mello, proprietario e agricultores naquella região.</p> |
|--|---|

Fonte: *O Norte* (PB), 1908 e 1921.

Figura 1.8 - Família Pereira Mello na capital

Vindo do seu engenho «Quaty», em Areia, encontra-se nesta capital o sr. Francisco de Assis Pereira Mello, em companhia do seu filho, o preparatoriano José de Assis.

Fonte: *O Jornal*, 1923.

Figura 1.9 - Francisco de Assis ocupando vaga no Congresso de Letras em Areia

|  |  |
|--|--|
| <p><b>Municipios</b></p> <hr/> <p><b>NOTAS DE AREIA</b><br/>26-11-08</p> <p><b>Congresso de Letras</b></p> <p>Teve lugar no dia 22 do corrente, pelas 7 1/2 da noite, a posse da nova directoria d'esta brilhante corporação.</p> <p>O elegante recinto da sociedade achava-se luxuosamente ornamentado e repleto de Exmas. familias e dignos cavalheiros.</p> | <p>o prestimoso conterraneo Antonio Francisco Borges.</p> <p>Deixaram tambem de fazer parte do Congresso de Letras, os illustres Srs. Cel. Antonio Pereira dos Anjos e Academico João Minervino de Almeida. Para estas tres vagas, foram eleitos o Dr. Paulo Hypacio da Silva, Celso Coelho Ribeiro dos Santos e <u>Francisco de Assis Pereira de Mello</u>, que foram empossados a 14 de Junho do corrente anno.</p> <p>Taes foram as modificações que se operaram entre os illustres membros d'esta proveitosa asso-</p> |
|--|--|

Fonte: *O Norte* (PB), 1908.

Como pudemos observar, a família Pereira de Melo gozava de prestígio social, tanto no Brejo como na capital, antes da implementação da Usina Santa Maria. O criador da Santa Maria possuía ascendência de senhores-de-engenho tanto da família materna como paterna. Além da produção canavieira, Francisco de Assis também foi produtor de café, mas com a crise do setor, causada por um parasita conhecido popularmente como vermelho, realizou a substituição do café pela cana, como vemos:

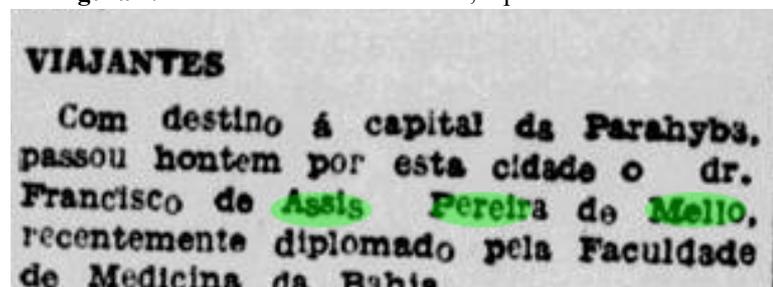
**Figura 1.10** - Parte da matéria do jornal sobre a praga do café, na propriedade do Francisco de Assis



Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), 1928.

No dia doze de dezembro de 1936, de acordo com certidão de óbito, Francisco de Assis faleceu de causas naturais, deixando a usina e suas propriedades para seus descendentes. Ficaram como os responsáveis pela usina os filhos Nabuco de Assis (1917-1953), Nilo de Assis (1913-1960), Francisco de Assis<sup>15</sup> e Saulo de Assis<sup>16</sup>, na época Nabuco com 23 anos e Nilo com 19 anos. A pesquisa não detectou o ano de nascimento do Francisco de Assis, mas supomos que ele era mais velho do que o Nabuco de Assis, pois em 1934 o mesmo já estava com o diploma de medicina, pela Faculdade de Medicina da Bahia, como vemos:

**Figura 1.11** - Francisco de Assis Filho, diplomado em medicina



Fonte: *Diario de Pernambuco*, 1934.

Enquanto os outros filhos do Francisco de Assis ainda eram estudantes. No ano de 1936 temos o registro do Nilo de Assis aprovado no curso médio da Escola de Agronomia do Estado da Paraíba, em Areia, como identificado na figura TAL. E em 1935, o registro do José

<sup>15</sup> Ano de nascimento e morte não detectados pela pesquisa.

<sup>16</sup> Ano de nascimento e morte não detectados pela pesquisa.

de Assis estudando na Universidade de Pernambuco, o curso de química industrial, na figura TAL. E na figura TAL vemos que em 1949 ocorreu a colação de grau do Saulo de Assis, no curso de engenharia agrônômica na Escola de Agronomia do Nordeste, em Areia.

**Figura 1.12** -Nilo de Assis aprovado na Escola de Agronomia em Areia

| VIDA ESCOLAR  |     |
|---|-----|
| Escola de Agronomia do Estado da Parahyba — Areia   |     |
| Relação dos alumnos aprovados no exame de admissão ao Curso Medio, realizado no dia 23 do corrente: |     |
| Paulo Rollemberg  | 0   |
| Antonio Alfredo Pessoa Guimarães  | 7,5 |
| Pedro da Rocha Campos   | 7,2 |
| Annibal Rocha   | 7,1 |
| Luis Gonzaga Bezerra Cavalcanti   | 6,0 |
| Newton Banks  | 7,5 |
| Daniel Berard   | 7,7 |
| José Mesquita de Almeida  | 7,1 |
| Manoel Villela  | 6,1 |
| Octavio Symphronio  | 8,2 |
| Waldir Lins Marques   | 6,7 |
| Nestor Magalhães Pinto  | 6,0 |
| Braz Perazzo  | 7,1 |
| Benedicto Augusto Lima  | 6,0 |
| Guilherme Freire Guedes   | 6,2 |
| Nivaldo Alves Barbosa   | 7,3 |
| Milton Stella Gonçalves Guerra  | 6,5 |
| Antonio da Luz Aquino   | 6,0 |
| Nilo de Assis Pereira Mello   | 6,0 |

Fonte: *Diário da Manhã* (PE), 1936.

Figura 1.13 - Colação de grau do Saulo de Assis na Escola de Agronomia, em Areia

**Colação de grau na  
Escola de Agronomia  
do Nordeste**

Efetuar-se-á hoje, em Areia, na Paraíba, a solenidade da colação de grau dos agrônomos e técnicos de 1949, pela Escola de Agronomia do Nordeste.

Pela manhã, na matriz local, haverá missa e bênção dos anéis, seguindo-se, às 10 horas, o plantio de uma árvore simbólica.

O ato de colação de grau será solene, às 20 horas, e um baile oferecido aos paraninfos pelos concluintes encerrará as solenidades.

É a seguinte a turma de engenheiros agrônomos: Manuel Felix da Silva, orador; Batista Benito, Gabriel Calzavara, Carlos Alberto Moreira de Melo, Eudo Correia de Queiroz, Francisco Antonio das Chagas, Meinardo Cabral de Vasconcelos, Niedja Melo do Nascimento, Nivaldo de Miranda Montenegro, Paulo Martins de Abreu e Saulo Assis Pereira de Melo.

A turma de técnicos agrícolas é constituída dos concluintes Estevão Ribeiro Filho, orador; Alfredo Varela Sobrinho, Djalma Pereira Lemos, José Hamilton Rodrigues e Wilson Gadelha de Queiroga.

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 1949.

Figura 1.14 - José de Assis como estudante de Engenharia Química, em Pernambuco

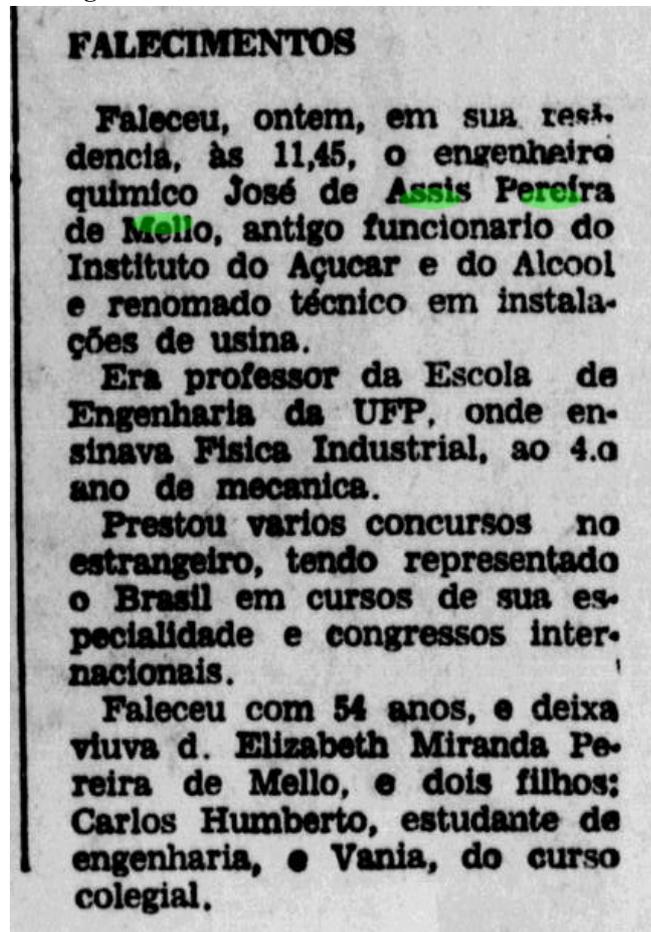


Fonte: *Diario de Pernambuco*, 1935.

Assim temos que, os filhos<sup>17</sup> Francisco de Assis, José de Assis e Saulo de Assis possuíam diploma de nível superior, e o Nilo de Assis do nível médio e técnico. Sendo que alguns filhos estudaram em outros estados como Bahia e Pernambuco, e alguns estudaram em Areia. O José de Assis se tornou professor universitário e renomado técnico de instalação de usinas, como vemos:

<sup>17</sup> Não foram encontradas informações acerca da escolaridade de Nabuco de Assis, José Inácio e Maria Célia.

Figura 1.15 - Nota de falecimento do José de Assis



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 1967.

Na edição do jornal *O Norte* de 1952, os irmãos Saulo e Nabuco aparecem como rede de apoio ao governador José Américo em seu retorno ao poder estadual da Paraíba. Nilo e Nabuco aparecem como pioneiros da aviação em Areia, sendo Nilo o vice-presidente do aeroclube da Paraíba, em 1954, quando foi fundado. Nabuco de Assis se tornou prefeito de Areia e durante seu mandato, em 14 de abril de 1953, faleceu quando pilotava um avião “teco-teco” que, ao pousar em João Pessoa, colidiu com avião da Força Aérea Brasileira. A notícia exibida abaixo relata a decisão do processo da família de Nabuco contra a União:

Figura 1.16 - Matéria sobre o acidente de Nabuco de Assis

tares americanos. Para do dia 24 as 2 horas zedia do dia 25 do corrente.

## RECONHECIDA A CULPA DO PILÔTO DA FAB

porém negada a obrigação de indenizar as famílias das vítimas

JOAO PESSOA, 22 (Asp.), Cristina Azevedo Pereira de Melo por si e seus filhos e Eulina Faria Ramos, por si e seus filhos, intentaram no fóro desta capital uma ação a fim de serem indenizadas pela morte de seus maridos e pais Nabuco de Assis Pereira de Melo e Heronides da Silva Ramos, respectivamente, vítimas de um acidente de aviação provocado pela colisão do aparelho "teco-teco", pilotado pelo primeiro e tendo como passageiro o segundo, com um avião da Força Aérea Brasileira, pilotado pelo 2.º ten. av. Ariovaldo Correia Pinto, o qual também morreu em consequência do desastre.

O fato ocorreu quando as duas aeronaves tentavam aterrissar no campo de Imbiribeira, nesta cidade, no dia 14 de abril de 1953, o que se deu por culpa exclusiva do piloto da FAB que fez chocar seu aparelho com o "teco-teco", de modo desastroso e com desobediência completa às regras do tráfego aéreo.

Por isso, com fundamento no artigo 159, do Código Civil, os autores, por intermédio de seu advogado intentaram a demanda pedindo uma indenização do governo federal.

A União, pelo seu procurador contestou a ação, reconhecendo todavia a culpa do piloto da FAB, conforme laudos periciais da Base Aérea de Natal, pelo evento porém negou sua obrigação de indenizar as famílias das vítimas.

Adiantou o representante da União, que mesmo assim fôsse as indenizações pretendidas eram exageradas e possíveis de redução.

Conclusa a instrução do prefeito, foi o processo à julgamento do juiz de Direito da Primeira Vara, que proferiu uma sentença longamente fundamentada, finalizando pela procedência da ação. Termina o magistrado dizendo:

"Julgo procedente a ação, para condenar, como condeno a Ré (União) a pagar a viúva e filhos de Nabuco de Assis a quantia que aplicada em títulos da dívida pública federal, a juros legais, possa constituir a renda mensal de 3.825 cruzeiros e 60 centavos, tomando-se por base o limite de 60 anos para a vida provável da vítima e a viúva e filhos de Heronides Ramos, nas mesmas condições a quantia mensal de Cr\$ 3.383,20. Em ambos os casos, as prestações vencidas até a data da liquidação, serão pagas independentemente da conversão acima, contando-se os juros de mora a partir da decisão. Ainda responde a União pelas despesas de luto, funeral, feitas pelas viúvas e filhos das vítimas, e o pagamento dos honorários do advogado que é fixado em 20%. Recorro da presente sentença ao Egrégio Tribunal de Recursos, que melhor decidirá".

## NOTÍCIAS AERONÁU

PARIS, 23 (SFI) — O "Exército" do Ar Suéco e a Royal Air Force, da Inglaterra, convidaram um destacamento de alunos da Escola do Ar, da França, a visitar seus países.

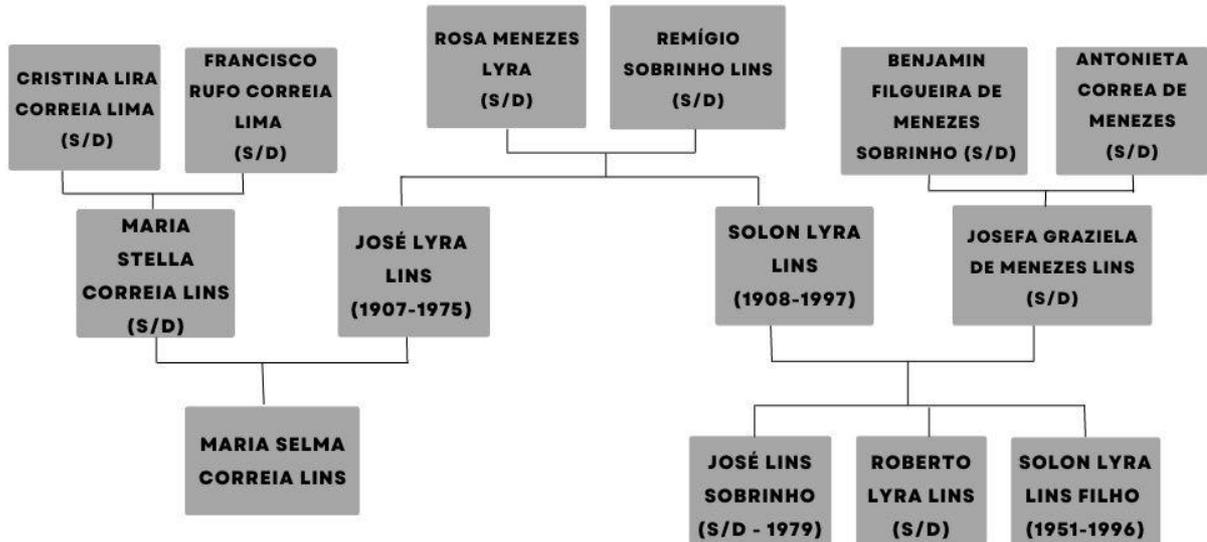
Esse convite se situa no quadro das permutas organizadas desde alguns anos entre a Escola de Salon-de-Provence e suas similares em diversos países da Europa Ocidental. A viagem dos alunos-aviadores à Suécia se realizará ainda esta semana, seguindo para Estocolmo e devendo visitar especialmente a Escola do Ar sueca, em Frosen um grupo de 65 alunos. A seguir, possivelmente ainda este mês, seguirão para a Grã-Bretanha 30 alunos e 5 oficiais aviadores, que serão recebidos na Royal College de Cranwell.

Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), 1955.

Baseado nos dados de produção da Usina Santa Maria, disponíveis no *Anuário Açucareiro*, a produção da usina não atingiu grandes proporções sob o comando desta família. Em 1952, a família Pereira de Mello vendeu a usina para o Solon Lyra Lins, proprietário de

engenho em Pilões.

**Figura 1.17** - Árvore genealógica do usineiro Solon Lyra Lins



Fonte: Pesquisa de campo e certidão de óbito do Solon Lyra Lins.

O casal Rosa Menezes Lyra e Remígio Sobrinho Lins, provenientes do município de Barra de Santa Rosa no Curimataú, tiveram dois filhos nascidos no Engenho Cantinho, em Serraria (atualmente município de Pilões), o primeiro, José Lyra Lins e, o segundo, Solon Lyra Lins. De acordo com a entrevistada Selma Lins<sup>18</sup>, Remígio Sobrinho Lins faleceu por motivo de doença desconhecida. Nesse contexto, Rosa Menezes criou seus filhos com a ajuda de seu irmão Pedro Belizário, que teve apenas um filho, Manoel Lyra, que se formou em direito e se tornou juiz em Recife.

A entrevistada acrescenta que tanto José Lins como Solon Lins estudaram em Recife, no Colégio Batista, mesmo colégio que estudou Gilberto Freyre, estudando até o nível médio, e posteriormente retornaram para a região de Pilões. O primogênito, José Lyra Lins nasceu no dia vinte e quatro de julho de 1907, casou-se com Maria Stella Correia Lins, que era filha de Cristina Lira Correia Lima (filha de Anna de Menezes da Costa Lyra e Manoel Hermogenes da Costa Lira) e Francisco Rufo Correia (filho de Francisco Rufo Correia e Rosa Amaral da Costa Baracury), família proprietária do engenho Poções (LIMA,2012). A entrevistada Selma Lins, conta que seu avô Francisco Rufo foi prefeito de Serraria.

José Lyra Lins e Maria Stella Correia tiveram uma filha, Maria Selma Correia Lins, que nasceu em João Pessoa, e também realizou seus estudos na capital, na escola Nossa

<sup>18</sup> Única sobrinha do Solon Lins, nascida no engenho Pinturas, em Pilões. Entrevista realizada em julho de 2022.

Senhora de Lourdes (Lourdinias), mas residia em Pilões, no engenho Pinturas que tinha como proprietário o seu pai. José Lyra Lins foi proprietário do engenho Poções, e ficou conhecido por ser prefeito de Pilões nos anos 60, especificamente de 1959 a 1963. Em 1965, a filha de José Lins, Maria Selma Correia, casou-se com Pedro Bonifácio de Araújo (filho de Nautília Bonifácio de Araújo e Manuel Benevenuto de Araújo, provenientes de Araruna), também de família proprietária de terras, e juntos tiveram cinco filhos. Pedro Bonifácio de Araújo também foi prefeito de Pilões, com um mandato de 1973 a 1976, sua filha Ana Bonifácio <sup>19</sup> evidencia que o pai também foi várias vezes vereador de Pilões, sendo inclusive o mais votado até hoje.

**Figura 1.18** - Casamento de Pedro Bonifácio e Maria Selma Correia, em 1965



Fonte: Acervo pessoal Ana Bonifacio.

Na foto acima está Maria Selma, vestida de noiva, atrás dela está Pedro Gondim de gravata e paletó preto, que nesse período era o governador da Paraíba, ao lado dele está José Lyra Lins. A presença do governador do estado no casamento revela a relação de proximidade dele com a família Lyra Lins.

O segundo filho, Solon Lyra Lins, nasceu no dia oito de agosto de 1908, no município de Pilões. Casou-se com Josefa Graziela de Menezes, filha de Benjamin Filgueira de Menezes

---

<sup>19</sup> Filha de Selma Lins e Pedro Bonifacio. Entrevista realizada em julho de 2022.

Sobrinho e Antonieta Correia de Menezes, sendo seu pai juiz de paz, e de família de delegados, capitalistas e proprietários de engenho no município de acordo com o levantamento do *Almanak Laemmert* de 1917.

Solon Lins e Josefa Menezes tiveram três filhos, José de Menezes Lyra Lins conhecido como José Lins Sobrinho, Roberto Lyra Lins e Solon Lyra Lins Filho, que, de acordo com a entrevistada Selma Lins, todos estudaram em João Pessoa, mas não se lembrava até que grau eles estudaram. O filho primogênito de Solon Lins, José Sobrinho, assumiu a usina na década de 70 e seguiu os passos do tio, sendo também prefeito de Pilões, com um mandato de 1963 a 1968.

O Solon Lins Filho obteve a formação em nível técnico de administração, como identificado na parte de um documento sobre os acionistas da usina, como vemos:

**Figura 1.19** - Solon Lins Filho como técnico em administração

Os acionistas enumerados na ordem 1, 2, 3, 4 e 5, são todos brasileiros, casados, industriais, residentes e domiciliados nesta Capital. O acionista Solon Lyra Lins Filho, brasileiro, solteiro, industrial, técnico em Administração.

Fonte: Processo de falência da Usina Santa Maria.

José Lins Sobrinho se casou com sua prima legítima Vera Lucia Serpa de Menezes, filha de José Edgar Correa de Menezes<sup>20</sup> e Maria Dulce Serpa de Menezes<sup>21</sup>, e juntos tiveram três filhos: Roberto Lins Sobrinho (falecido), Karla de Menezes Lins e Eduardo de Menezes Lins, o neto do Solon Lins que mais atuou na usina, sendo admitido em 1978, aos 14 anos de idade.

<sup>20</sup> Edgar Menezes era industrial, e proprietário do avião “Pilões” (em 1953), e da concessionária Studebaker, de acordo com jornal “O Norte”.

<sup>21</sup> Temos o registro da Maria Dulce Serpa de Menezes (ficha número 140) trabalhando na usina, admitida em 1971, aos 51 anos de idade, com grau de instrução primária para o cargo de auxiliar de escritório.

Figura 1.20 - Ficha de registro de empregado do Eduardo Meneses, neto do Solon Lins

000552 REGISTRO DE EMPREGADOS

N.º de ordem N.º de matrícula

USINA SANTA MARIA S/A.

Empregador Endereço

Nome **EDUARDO DE MENEZES LINS**

FILIAÇÃO { Pai José Lins Sobrinho  
Mae Vera Lúcia Serpa de Menezes Lins

CARTEIRAS { Profissional n.º 30.140 série 625  
Identidade n.º origem  
Instituto CPE 745.374.140 mat. n.º  
Reservista n.º Categoria  
Sindicato mat. n.º

7.º D. R. T. P.B.  
Reg. Sob 4531  
Em 18/03/76  
Autenticação

Estado civil Solteiro Instrução Ginásial Incompleto Idade 14 anos

Data do nascimento 08 / 02 / 64 Nacionalidade Brasileiro

Local do nascimento João Pessoa Estado da Paraíba.

Residência Distrito Santa Maria, s/nº.-Areia-PB. Data da admissão 02 / 05 / 78

Quando estrangeiro { Data em que chegou / / É naturalizado?  
N.º cart. { É casado com brasileira? Tem filhos brasileiros?

Categoria ou ocupação habitual Auxiliar de Escritório Salário Cr\$ 1.111,20 por mês

Para trabalhar das 07 às 17 horas, com intervalo de 02 horas, para refeição e descanso semanal no Domingo, num total de 48 horas semanais.

Forma de pagamento Mensal. Nomes dos beneficiários Seus Pais.

Estou de pleno acordo com as declarações acima, que exprimem a verdade.

Data da saída USINA SANTA MARIA S, A.

(a.) *[Assinatura]* em Representador Diretor Secretário

(a.) *[Assinatura]* empregado

Mod. 106 - papelaria ASA-SUL - 42-8730 - DF

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

A admissão do neto do Solon Lins para trabalhar como auxiliar de escritório da usina, ainda menor de idade em plena fase escolar, pode ser um indício da ausência de intenção escolar por parte da família.

Os três filhos de Solon Lins e Josefa Graziela faleceram precocemente, de acordo com o entrevistado João Evangelista<sup>22</sup>, Roberto Lins foi assassinado em meados de 1960. De acordo com certidões de óbito, o filho José Lins Sobrinho faleceu em decorrência de um acidente de carro em João Pessoa, no dia vinte e quatro de janeiro de 1979, e Solon Filho faleceu em 1996, em decorrência de uma hemorragia estomacal, aos 45 anos de idade. Ambos os filhos faleceram antes do pai, Solon Lyra Lins, que faleceu em 1997 de causas naturais, aos 89 anos de idade.

<sup>22</sup> João Evangelista nasceu em 1952, trabalhou no escritório da Usina Santa Maria, dos seus 19 aos 23 anos, mas desde a infância frequentava a usina porque seu pai era dono do barracão, o que significava uma proximidade com o usineiro. João explica que sempre gostou de conversar com as pessoas mais velhas, com isso aprendeu muito sobre a história da usina. Entrevista realizada em maio de 2022 por Caterine Soffiati e Patrícia Ramiro.

Durante sua vida, Solon Lins foi uma figura de destaque na região brejeira, de acordo com o jornal “*O Norte*” de 1953, durante uma festividade de inauguração de uma agência de automóveis e lavagens de carro em Solânea. Entre os convidados de destaque estava Solon Lins, ao lado de vereadores, engenheiros, empresários e advogados. Solon Lins também foi membro da Associação Rural de Pilões, ocupando o cargo de vice-presidente, como vemos a seguir:

Figura 1.21 - Solon Lins como vice-diretor da Associação Rural de Pilões

**Movimento associativo rural no Est. da Paraíba**

Continuando o programa da FARPA de cobrir o Estado de Associações Rurais continuaram esta semana os encarregados da Fundação de Associações Rurais a sua peregrinação pelos municípios de: Pilar, Umbuzeiro, Pilões, Pirpirituba, João Pessoa, cujas diretorias ficaram assim constituídas:

**PILAR** — Presidente — Caié Correia de Ajujo; Vice-presidente — Frutuoso Dantas; Primeiro secretário — Jorge Ribeiro; Segundo secretário — José Lins; Primeiro tesoureiro — Severino de Paiva; Segundo tesoureiro — Antônio Vieira; Comissão fiscal — Francisco Cavalcanti; Agnaldo Veloso Bor-

— José Leal de Melo; Waldemir Donato da Costa; Luiz Ataíde da Silva. Suplentes — José Leopoldino do Rêgo; Uriol de Andrade Lima; Carlos de Brito Lira.

**PILÕES** — Presidente Severino Correia de Meneses; Vice-presidente — Solon Lira Lins; Primeiro secretário — João Lira Xavier da Cunha; Segundo secretário — Agenor Alves da Fonseca; Primeiro tesoureiro — Osias Baracuh; Segundo tesoureiro — Luiz Meneses. Comissão fiscal — Hermes Lira; José Lira; Plantão Pinto. Suplentes — José Pimentel; Carlos Barreto; Hugo Cunha.

Fonte: *O Norte* (PB), 1954.

O prestígio social de Solon Lins não era restrito ao brejo, seu nome também foi vinculado a matérias de jornais na capital. Em 1953, o usineiro foi homenageado no bloco carnavalesco “Camisa Listada”, líder do carnaval pessoense naquele ano, como demonstrado a seguir:

Figura 1.22 - Solon Lins como homenageado no carnaval pessoense

**CARNAVAL DE 1953**

★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★ ★

**"CAMISA LISTADA"**

|   |   |   |
|---|---|---|
| <p>Reunidos, ontem, em sua sede de verão, em Tambaú, os responsáveis «técnicos» pelo «Camisa Listada» deliberaram que o Senhor Antonio Xavante, seria o orador oficial dos listados, pelo menos, neste carnaval.</p> <p>Engulindo a corda «qui nem cacimbão», o dito cujo tomou logo da palavra e enchendo os</p> | <p>Assim, serão homenageados os seguintes senhores: Solon Lins, Edgar Menezes, José Lins, Sindulfo Arruda, Francisco Barreto, Francisco Cavalcanti, Corálio Hortêncio Ramos e o comandante Boris Markenson.</p> <p>Serão distribuídos valiosos brindes com o auditório, destacando-se um permanente do REX a senhorita que melhor cantar a marcha dos «zebrados»,</p> | <p>Os ensaios internos da Truça foram mesmo de abofar. A turma está bem treinada e promete fazer uma boa exibição, para isso foi contratada uma famosa orquestra. Está marcada a sua saída no domingo e terça-feira, pela manhã, percorrendo as ruas da cidade.</p> <p><b>NO C. CARNAVALESCO MIXTO TROVADORES</b></p> |
|---|---|---|

Fonte: *O Norte* (PB), 1953.

A matéria acima elucidada os senhores homenageados pelo bloco carnavalesco Camisa Listada, em 1953, que possuía o seguinte roteiro, para o desfile de sua orquestra e de seus homenageados:

Figura 1.23 - Roteiro do bloco Camisa Listada

**DOMINGO:**

Governador José Américo de Almeida, 9,00 horas; Corálio Hortencio Ramos, 9,45; Edgar Menezes, 10,00 horas; José Lins, 11,15 hs. Diogenes Chianca, .. 12,00 horas; Francisco Cavalcante, 13,00 horas.

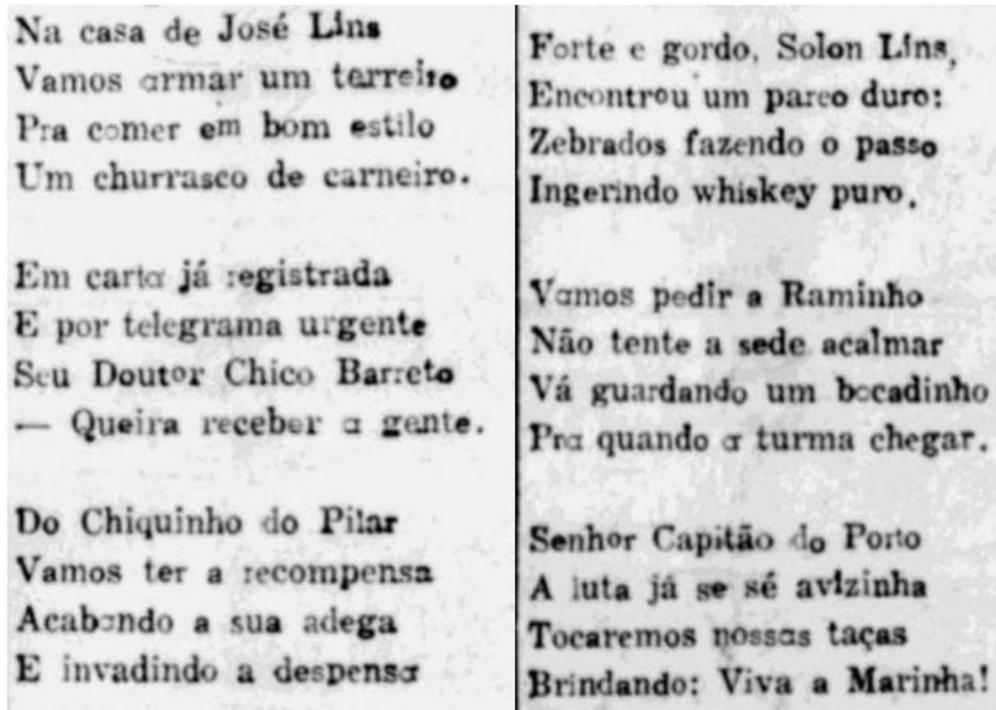
**TERÇA-FEIRA:** — Dr. Pedro Cordeiro, 9,00 horas; Arialdo Petrucci, 9,30 horas; **Solon Lins**, 10,00; Francisco Barreto, 11,00; Sindulfo Arruda, 12,00 horas; Dr. Espiridião Gabinio de Carvalho Junior, 13,00 horas e Dante Grisi, 14,00 horas.

Fonte: *O Norte* (PB), 1953

A matéria no jornal além de evidenciar o prestígio social do Solon Lins e de seus familiares, Edgar Menezes e José Lins na capital, também contribui para compreendermos as

alianças políticas, tendo o usineiro desfilado no mesmo bloco carnavalesco do José Américo de Almeida, governador paraibano no período inicial dos anos 50. O bloco de carnaval “Camisa Listada”, realizou uma entrevista na Rádio Tabajara, onde foi citado o seguinte verso sobre os homenageados do bloco:

Figura 1.24 - Versos “como receber o Camisa Listada”



Fonte: *O Norte* (PB), 1953.

Por outro lado, as disposições necessárias dos usineiros para concorrer aos créditos concedidos pelo Estado são relacionadas a um personagem ligado à capital, com relações sociais além da esfera municipal e estadual, um tipo empreendedor, características distintas de um senhores-de-engenho. No caso do usineiro Solon Lins, mesmo tendo nascido em engenho, sua trajetória não foi restrita a esse mundo social, nas matérias dos jornais podemos identificar o Solon Lins antes de ser proprietário da usina como um aventureiro no mundo dos negócios.

Figura 1.25 - Solon Lins como produtor de amoreira

**JOAO PESSOA**

**Intensifica-se o plantio da amoreira e a cultura do bicho da seda, no Estado**

JOAO PESSOA, junho (Do correspondente) — Não podiam ser mais lisongeiras as noticias vindas do interior do Estado, com relação ao incremento que vem tomando o plantio de amoreira e o interesse dos proprietarios rurais na criação dos bichos da seda.

No municipio de Serraria, com mudas fornecidas pelo sr. Daniel Cunha, foram plantadas ultimamente perto de cem mil mudas de amoreiras, sendo os seguintes os agricultores que tomaram essa providencia:

Srs. Benjamim Lira — 10.000; Severino Corrêa, 10.000; Cunha Filho 10.000; Carlos Lyra, 10.000; Afonso Paiva, 10.000; **Solon Lins**, 5.000; Braulio Cunha, 4.000; José Aprigio 3.000; Aprigio Pereira, 3.000; Oliveira Telesphoro, 3.000; João Pereira, 3.000; Joaquim Salustiano, 2.000; Antonio Pedrosa, 2.000; Palmyra Cunha, 2.000 e Gaspar de M. Lyra, 6.000.

O director do Instituto Serico viajará para aquella localidade, devendo se encontrar com o sr. Daniel Cunha representante do Instituto, em Cuité na fazenda do sr. Norberto Paiva onde será feita a entrega dos bichinhos destinados aos criadores da zona.

Fonte: *O Jornal* (RJ), 1934.

Figura 1.26 - Solon Lins como produtor de engenho rapadureiro

**ESTADO DA PARAÍBA :**

6.471/41 — Joaquim Torres Vilar — Taperoá — Cancelamento de inscrição — Deferido, em 18/3/48.  
6.816/44 — **Solon Lira** Lins — Serraria — Inscrição de engenho rapadureiro — Deferido, em 18/3/48.

Fonte: *Brasil Açucareiro*, 1948.

Solon Lins aparece entre os agricultores que adotaram o cultivo inovador na região da amoreira, em 1934, que de acordo com Horácio de Almeida (1980) começou a ser cultivada no Brejo em decorrência da crise do café, mas apesar das grandes esperanças dos produtores a produção não deu os resultados econômicos esperados. Posteriormente em 1948, Solon Lins aparece como proprietário de engenho rapadureiro, evidenciando sua atuação na região.

Além dos negócios no Brejo paraibano o Solon Lins possuía uma empresa na capital

intitulada de Solon Lins e Cia, que atuava no ramo de automóveis e gasolina, como vemos:

Figura 1.27 - Solon Lins como proprietário de bomba de gasolina em João Pessoa

**CONVITE**

O Procurador da Fazenda Municipal convida os senhores proprietários das bombas de gasolina existentes nesta Capital abaixo discriminados, a comparecerem ao Departamento Legal da Prefeitura Municipal, dentro de oito dias, afim de tratarem de assunto de seu interesse.

Ernesto S. & Filho, **Solon Lins & Cia.**, Ernesto de Lima, Gualberto R. Costa, Luiz F. de França, R. França & Cia.,

Figura: *O Norte* (PB), 1953.

Figura 1.28 - Propaganda Studebaker, tendo o Solon Lins como revendedor autorizado

**STUDEBAKER**

O CAMINHÃO CONSTRUÍDO PARA DURAR MUITOS ANOS!



Apresenta as admiráveis características que tornam de verdade **STUDEBAKER** a escolha apropriada para os seus serviços e para a mais rápida de qualquer transporte.

PARA OS SERVIÇOS RÁPIDOS DE ENTREGA OBTENHA O MÁXIMO DE CARGA COM UM MÍNIMO DE DESPESAS

Visite o revendedor Studebaker de sua cidade e escolha o tipo que mais lhe convier

Distribuidor exclusivo para o Norte do Brasil:

**IBRAHIM NEJAIM**

Edifício Ibrahim Recife - Pernambuco

Estabelecimentos autorizados:

- \* RIO DE JANEIRO: Guerra de Andrade
- \* SÃO PAULO: Martins & Pichler
- \* CARACAS: Almeida & Wanderley
- \* NACIÃO: Torres & Cia. Ltda.
- \* CAMPINA GRANDE: S. C. Lima & Cia.
- \* JOÃO PESSOA: **Solon Lins & Cia.**
- \* RECIFE: J. Torres & Cia.
- \* FORTALEZA: José Augusto de Sá e Cia.

Importadora de Automóveis e Peças Ltda.

Obj. Norte Brasileira

Fonte: *Diário de Pernambuco*, 1952.

Solon Lins junto com seu cunhado Edgar Menezes era proprietário da concessionária Studebaker em João Pessoa, uma marca de automóveis fundada nos Estados Unidos. Em decorrência de suas atividades Solon Lins era acostumado com reuniões e viagens de negócios.

Figura 1.29 - Solon Lins em almoço festivo dos revendedores da Studebaker em Recife

## Serão lançados no Recife, na próxima semana, os Studebaker 1951



O sr. Ibrahim Nejaim, distribuidor para o norte do Brasil dos famosos carros Studebaker, reuniu, ontem, num almoço festivo, no Restaurante Leite, todos os revendedores Studebaker da circunscrição, em regosijo pela chegada, nesta capital, dos automóveis Studebaker 1951, lançados no Recife, em primeira mão no Brasil.

Ao ágape compareceram, além do homenageante, os srs. José Roque de Macedo, de Fortaleza, Cicero Torres, da firma Torres & Cia. Ltda. de Maceló, Francisco Guerra de Andrade, de Guerra de Andrade, do Recife, Afonso Agra, de A. C. Agra & Cia. de Camp. Grande, José Edgar de Menezes e Solon Lins, de Solon Lins & Cia. de João Pessoa, e Edmilson Oliveira, de J. Oliveira & Cia. de Natal, Adete Leite do Nascimento, alto funcionário da firma Ibrahim Nejaim, e Carlos Leite Maia, pela Organização Norte Brasileira Publicidade.

Por motivo de doença, fez-se representar no almoço, pelo sr. Adete Leite, o sr. Michel Nejaim, revendedor também na capital pernambucana.

Agradecendo a homenagem que era prestada aos revendedores Studebaker, falou o sr. Cicero Torres, que se referiu ao êxito da firma Ibrahim Nejaim, lançando novamente em primeira mão no Brasil o carro Studebaker. Também usaram da palavra os srs. Adete Leite e Carlos Leite Maia, este apresentando os planos publicitários Studebaker para todo o norte do Brasil.

O sr. Ibrahim Nejaim por fim agradeceu a presença dos srs. colaboradores, ali presentes, congratulando-se com a vitória da Studebaker e o justo orgulho de todos em lançar o modelo 1951, no Recife, com prioridade em todo o país.

— Na foto, o sr. Cicero Torres quando falava, agradecendo a homenagem aos seus companheiros da rede de revendedores Studebaker.

Fonte: *Jornal Pequeno* (PE), 1950.

Figura 1.30 - Solon Lins no aeroporto de Recife para receber o ex-governador da Paraíba



Fonte: *Diário de Pernambuco*, 1951.

Até aqui constatamos que as disposições dos usineiros permitiram a entrada na disputa por diversos créditos concedidos pelo Estado, ressaltando que para concorrer aos créditos era necessário um conjunto de disposições, conhecer os créditos ofertados, preencher formulários burocráticos, elaborar propostas, fazer parte do jogo político o que ambos os usineiros proprietários da Santa Maria em tempos distintos fizeram, como ilustrado no capítulo 1, e no jogo político dos industriais como vemos nas matérias de jornal a seguir:

Figura 1.31 - Presidente do IAA visitando a Usina Santa Maria em 1958

**GOMES MARANHÃO NA PARAIBA**

Chegou, em avião *ua Panair* do Brasil, quinta-feira última a esta capital o jornalista Manoel Gomes Maranhão, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool que veio a este Estado tratar de assuntos ligados á administração alcooleira e açucareira da Paraíba.

O desembarque do ilustre homem publico deu-se no aeroporto de Santa Rita, onde foi recebido por grande numero de usineiros, jornalistas e pessoas ligadas á administração do IAA neste Estado.

O sr. Gomes Maranhão visitou os serviços de construção do ambulatorio dos Plantadores e Fornecedores de Cana e a **usina Santa Maria** no municipio de Areia

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 1958.

Figura 1.32 - Processo da Usina Santa Maria entre as pautas da reunião da SUDENE

## Créditos Da Aliança, Art. 34 E Isenções: SUDENE Debaterá

O Conselho Diretor da SUDENE vai promover, hoje, sua 24a. reunião mensal, num ambiente de grande expectativa em vista da situação do abastecimento do Nordeste que, segundo as autoridades, é das mais graves dos últimos tempos.

O economista Celso Furtado está sendo esperado da Alemanha na madrugada de hoje, a bordo do DC-8 da "Panair". No entanto, é possível que não chegue a tempo de presidir a reunião, pois está sendo solicitado a fazer conferência m Heidelberg.

Na pauta dos trabalhos da reunião de hoje, figuram a concessão de isenção parcial de imposto de renda para 80 indústrias, além de outros favores fiscais e tributárias para empresas que querem se estabelecer na região. Será novamente debatido o Art. 34, com esclarecimentos do sr. Scipione Mandina, diretor do Imposto de Renda.

**GOVERNADORES**

Já se encontram no Recife, para participar da reunião da SUDENE, os governadores Pedro Gondim (Paraíba), Juraci Magalhães (Bahia), Luiz Cavalcanti (Alagoas), Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte; Parisal Barroso (Ceará) e Chagas Ribeiro, do Piauí.

O sr. Pedro Gondim disse que solicitará da SUDENE a abertura, urgente, de frente de serviço no interior paraibano, na região do Cariri Velho, onde a seca atin-

giu proporções de calamidade pública. Ele e os demais governadores pretendem abordar problemas relativos aos recursos da "Aliança para o Progresso", conforme acôrdo firmado entre o Brasil e Estados Unidos.

**PAUTA**

Estão na pauta os seguintes processos:

Produtos do Coqueiro de Pernambuco Ltda., Pernambuco; Matadouro Frigoríficos S.A. — MAFRISA, Bahia; Sociedade Agrícola Engenho Liberdade Ltda., Pernambuco; Fernando Maranhão, Pernambuco; Cia. Usina Cinco Rios, Bahia; Exportadora de Algodão Maranhense Ltda., Ceará; João Athayde Filho, Alagoas; Artefatos de Borracha OR S.A., Pernambuco; Ceará Industrial S. A., Ceará; Usina 13 de Maio S.A., Pernambuco; Leontino de Souza Rolim, Ceará; Refrescos do Recife S.A., Pernambuco; Exportadora de Sal Canoim Ltda., Ceará; Cia. José Gomes Parentes Agro-Pecuária Industrial, Ceará; Cia. Indústrias Alimentícias de Pesqueira, Pernambuco; Arroseira Penedense Ltda., Pernambuco; F. Souto Indústria, Comércio e Navegação S.A., R. G. do Norte; César Ribeiro Indústria e Comércio S. A., Paraíba; **Solon Lira Lima**, Paraíba; Usina Tanques S. A., Paraíba; ICASA — Indústria e Comércio de Algodão S. A., Ceará; Cia. Industrial Marques — CIM, Ceará; Machado S.A. Comércio e Indústria, Ceará; Irmãos Silveira & Cia. Ltda., Ceará; Indústria Brasileira de Equipamentos — BRASQUIP, Bahia; Indústria Brasileira de Mármore S. A., Bahia; Bahiana Sisal S.A., Bahia; Barreto de Araújo & Cia. Ltda., Bahia; Sisal do Brasil S. A. — CIBRASIL, Paraíba; A. T. S. Farias Indústria e Comércio, Pernambuco; Cia. Progresso e União Fabril da Bahia, Bahia; S. A. Pernambuco Power Factory, Pernambuco; Cia. Fábrica Yolanda S.A., Pernambuco; Laboratório Edison, Bezeria S. A., Pernambuco; Fratelli Vita Indústria e Comércio S. A., Pernambuco; Machado S. A. — Comércio e Indústria, Ceará; Comercial Sebastião Correia de Melo S. A., R. G. do Norte; Cia. Agrícola e Pastoral do São Francisco S. A., Pernambuco; Irmãos Silveira & Cia. Ltda., Ceará; Indústria e Comércio do Vale do Acaraú Ltda., Ceará; Indústria Medeira e Comércio Ltda., Bahia; César Santos Pereira, Bahia; Refrigerantes da Bahia S.A., Bahia, J. Alves & Cia., Ceará; Cia. Açucareira Alagoana — Usina Urbana, Alagoas; Triunfo Agro-Industrial Ltda., Alagoas; Central Açucareira Santo Antônio S. A., Alagoas; Indústria e Comércio Djalma e Raymundo da Fonte Ltda., Pernambuco; Indústria de Implementos Agrícolas Ltda., Pernambuco; Carneiro & Cia., Ceará; J. Rufino & Cia., Ceará; Exportadora Machado Araújo Ltda., Ceará; e Cia. Açucareira de Golana, Pernambuco.

Fonte: *Diario de Pernambuco*, 1962.

Nas imagens acima temos a visita do presidente do IAA na Usina Santa Maria em 1958 e, em 1962, o registro da reunião da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para debater a concessão de isenção parcial de imposto de renda para 60 indústrias e favores fiscais, estando presente na pauta o processo da Santa Maria.

Tal descrição sobre as origens das famílias dos usineiros e suas posições ocupadas no espaço social paraibano é fundamental para melhor compreendermos o percurso da Usina Santa Maria ao longo dos seus sessenta anos de funcionamento, que serão detalhados no próximo subtópico.

### 1.3.2 A Usina Santa Maria

Em 1931, foi finalizada a construção da Usina Santa Maria a partir da junção de três engenhos que pertenciam previamente a Francisco de Assis: o Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho. Para compreender o período de construção da Usina Santa Maria, nos anos 30, é importante relembrar o contexto vivenciado no Brasil pelo setor açucareiro.

De acordo com a relevante obra do economista Tamás Szmrecsányi, intitulada “*O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*”, no início dos anos 30, o setor açucareiro nacional enfrentava um período de grande vulnerabilidade, o nível de produção de açúcar continuava a crescer, mas a comercialização não permitia a venda para o mercado externo devido à crise de 1929 em seguida ao *crash* da bolsa de Nova York, e no mercado interno o consumo estava em declínio. Nesse contexto Andrade (1986, p.95) relata que, “a crise, com a consequente queda do preço do açúcar que se iniciou em 1923 e atingiu o auge em 1930, teve suas consequências sobre a indústria estendidas até 1940, fazendo com que muitas usinas e muitos bangues fechassem as suas portas, apagassem seu fogos”. Inclusive no caso paraibano, Osório de Andrade (1997) pontua que na Zona da Mata existiam quatro usinas em 1920, que foram reduzidas a duas em 1925.

Considerando esse cenário, questionamos quais razões levaram a instalação da Usina Santa Maria em Areia, uma região periférica e serrana, em um período de dificuldades do setor açucareiro em todo o Brasil? Se procurarmos somente razões econômicas para tal indagação talvez fiquemos sem respostas. Do ponto de vista local, Horácio de Almeida (1980) explica que a região de Areia após a crise cafeeira iniciada em 1921 estava tentando novas culturas, como o fumo e a amoreira, tais tentativas fracassaram, mas “o agricultor apegado à terra, insistia em lutar contra a adversidade, de novo, os engenhos de rapadura voltaram a fumejar” (p.161). Assim podemos entender o retorno da atividade canavieira como uma

estratégia para escapar da crise na região, sendo escolhido uma cultura que já se sabia como manejar, pois como ressaltou Moreira (1990), a atividade canavieira de forma dominante ou complementar sempre esteve presente nas combinações agrícolas da região. Mas além disso, suponho que o retorno da atividade canavieira estava intrinsecamente ligado a tentativa de manter ou elevar a posição social dos grandes produtores, pois nesse período as posições no espaço social estavam sendo reordenadas, como ressaltou Almeida (1980), “o padrão dos pobres era adotado por todos, a ponto de nivelar aos mais baixos a classe dos remediadores” (p.161).

Nesse contexto de reordenamento do espaço social implementar uma usina de açúcar, deveria haver mais razões relacionadas a manter ou elevar a posição e prestígios sociais, do que aspectos meramente econômicos. Tal fato pode ser perceptível na análise da produção açucareira da usina que registrou em sua primeira safra, em 1931/1932, o total de 5.400 sacos de açúcar de 60 quilos, como vemos:

**Figura 1.33** - Cadastro da Usina Santa Maria no Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933

| <b>UZINA SANTA MARIA</b>                                 |               |
|--|---------------|
| Proprietario: Francisco de Assis.                        |               |
| Local: Areia.  |               |
| Meio de transporte: Estrada de rodagem (ramal de Areia). |               |
| Capacidade de produção diaria 100 toneladas.             |               |
| Assucar produzido de 1926-1927 a 1931-1932:              |               |
|  | <i>Saccos</i> |
| 1926-1927 . . . . .                                      | ---           |
| 1927-1928 . . . . .                                      | ---           |
| 1928-1929 . . . . .                                      | ---           |
| 1929-1930 . . . . .                                      | ---           |
| 1930-1931 . . . . .                                      | ---           |
| 1931-1932 . . . . .                                      | 5.400         |
| <b>Total . . . . .</b>                                   | <b>5.400</b>  |

Fonte: *Brasil Açucareiro*, 1933.

Destaca-se que o total de 5.400 sacos de açúcar produzidos pela usina é uma quantidade irrisória, na mesma safra a usina paraibana São João produziu 327.310 sacos, uma produção cerca de sessenta vezes superior à da Santa Maria. Vale ressaltar que o mesmo nível da produção se manteve até a safra de 1938/39, sendo produzidos em média cerca de seis mil

sacos de açúcar por safra. A baixa produtividade da Usina Santa Maria é mais um indício que sua implementação ocorreu provavelmente por motivos não econômicos.

De acordo com o entrevistado João Evangelista<sup>23</sup>, um senhor apaixonado por contar as histórias que ouviu e viveu na Usina Santa Maria, o Chico de Assis, como era conhecido o proprietário da usina, “começou a construir a usina, e quando ele estava perto de terminar a usina, ele não teve dinheiro para concluir e [botar a usina para] moer . Aí ele vai, arrenda essa usina a um grupo de ingleses”.

O grupo de ingleses que arrendou a usina aparece nos registros do IAA nos anos de 1934 a 1937, segundo o *Anuário Açucareiro* e a Revista *Brasil Açucareiro*. Como identificado a seguir:

Figura 1.34 - Usinas paraibanas cadastradas no IAA em 1935

| Instituto do Açúcar e do Alcool |                         | Secção de Estatística |   |  |          |                       |        |     |             |
|---------------------------------|-------------------------|-----------------------|---|--|----------|-----------------------|--------|-----|-------------|
| USINAS                          | NOME DO PROPRIETARIO    | MUNICIPIO             | (*) Capacidade de moendas em 24 hs. TONS. | Rendimento Industrial na safra 1934/35 |          | PRODUCTOS QUE FABRICA |        |     |             |
|                                 |                         |                       |   | %                                      | Refinado | Açúcar                | Alcool |     | Aguar dente |
| ESPIRITO SANTO                  | Adalberto Ribeiro       | Sapé                  | (x)200                                    | --                                     | --       | sim                   | --     | --  | sim         |
| STA. ALEXANDRINAC.              | Regis & Cia. Ltda.      | João Pessoa           | 200                                       | --                                     | --       | sim                   | --     | --  | sim         |
| SANT'ANNA                       | Flaviano Rib. Coutinho  | Sta. Rita             | (x)200                                    | 74,13%                                 | --       | sim                   | --     | sim | sim         |
| SANTA HELENA                    | J. Ursulo & Irmãos      | Sapé                  | 300                                       | --                                     | --       | sim                   | --     | --  | sim         |
| SÃO GONÇALO                     | A. Mello & Filhos Ltda. | Sta. Rita             | 240                                       | 84,50%                                 | --       | sim                   | --     | sim | sim         |
| SANTA RITA                      | S. A. Usina Santa Rita  | Sta. Rita             | 300                                       | 75,70%                                 | --       | sim                   | --     | sim | sim         |
| SANTA MARIA                     | S. A. White Martins     | Areia                 | 131                                       | 94,50%                                 | --       | sim                   | --     | --  | sim         |
| SÃO JOÃO                        | J. Ursulo & Irmãos      | Sta. Rita             | 600                                       | 83,40%                                 | --       | sim                   | --     | sim | --          |
| TANQUES                         | Zenaide Holmes & C. Lt. | Alagôa Grande         | 180                                       | 66,14%                                 | --       | sim                   | --     | --  | sim         |

Fonte: *Anuário Açucareiro*, 1935.

<sup>23</sup> Idem rodapé 22.

Figura 1.35 - Cadastro da Usina Santa Maria no IAA, em 1937

1 — SANTA MARIA; 2 — Francisco de Assis Pereira de Mello, sob a administração da S/A. White Martins; 3 —; 4 — James Moccock; 5 — Areia; 6 — Areia; 7 — Rodoviario; 8 — Rua do Bom Jesus, 220, Recife, Caixa Postal, 89; 9. —

Chaves: 1- nome da usina; 2- firma proprietária; 3- capital registrado; 4- nome do gerente; 5- município em que se acha a usina; 6- cidade mais próxima; 7- meios de comunicação; 8- endereço postal; 9- endereço telegráfico. Fonte: *Anuário Açucareiro*, 1937.

Segundo os documentos, a empresa White Martins aparece como proprietária ou administradora da Usina Santa Maria durante 4 anos (de 1934 a 1937). Interessante pontuar que na figura acima, a chave 8 identifica que o endereço postal da Usina Santa Maria era em Recife-PE, sendo que as outras usinas paraibanas possuíam seus endereços postais na Paraíba.

A situação é alterada em 1938, quando a empresa White Martins não aparece mais no cadastro da usina Santa Maria, e o endereço postal foi modificado para o endereço na própria usina. Nota-se a substituição do gerente James Moccock, para o Dr. José de Assis P. de Melo, que aparece nas notícias do jornal “*O Norte*” como delegado do IAA na Paraíba, na edição de 1956. Nesse mesmo período a usina aparece no nome da viúva de Francisco de Assis e seus filhos, como vemos:

Figura 1.36 - Cadastro da Usina Santa Maria no IAA, em 1938

1 — SANTA MARIA; 2 — Viuva Francisco de Assis e filhos; 3 — ; 4 — Dr. José de Assis P. de Mello; 5 — Areia; 6 — Areia; 7 — Rodoviario; 8 — Na propria usina; 9 — “Coati”.

Chaves: 1- nome da usina; 2- firma proprietária; 3- capital registrado; 4- nome do gerente; 5- município em que se acha a usina; 6- cidade mais próxima; 7- meios de comunicação; 8- endereço postal; 9- endereço telegráfico. Fonte: *Anuário Açucareiro*, 1938.

Segundo João Evangelista<sup>24</sup>, após a morte do Francisco de Assis, ocorrida em 1936, começou a ocorrer problemas entre os herdeiros de Francisco de Assis e a White Martins, e a briga foi parar na justiça, como detalha o entrevistado, “um parente deles, que era doutor Zé

<sup>24</sup> Idem rodapé 22.

Inácio, passou muito tempo advogando no Rio de Janeiro, voltou pra cá e aqui ele foi advogado e reaveu a usina do grupo inglês e entregou aos herdeiros”.

Com a usina de volta para os herdeiros de Francisco de Assis, a família Pereira de Mello administra a usina até 1952, não sendo possível continuar com a usina devido a fortes conflitos entre os familiares. Fato pontuado pelo entrevistado João Evangelista<sup>25</sup>, que conta que, “eles tomaram a usina de volta e foram funcionar, só que eles arengavam muito, aí era muita briga. Eles sem condições por muita briga não levaram, e em cinquenta e dois eles venderam a usina”. Tal situação conflituosa apareceu também na pesquisa de Afrânio Garcia Jr. (1989) quando entrevistou o senhor de engenho Seu Juju, que informou ter havido troca de tiros no pátio da usina no início dos anos 50.

O entrevistado João Evangelista<sup>26</sup> acrescenta que quando a família decide vender a usina aparecem diversos compradores interessados, mas dona Consórcia preferia que a Usina Santa Maria fosse vendida para o Solon Lyra Lins, que era um senhor de engenho da região.

Segundo João Evangelista<sup>27</sup>, “o Solon Lins não tinha o dinheiro [para comprar a usina], o Solon Lins tinha três engenhos perto, aí ele só moía num, parece que era o Cantinhos. E ele já tava rico”. Essa fala evidencia a condição do Solon Lira Lins, que era um senhor de engenho rico, de família de senhores-de-engenho, mas que não tinha dinheiro para ser usineiro, como o definiu muito bem Seu Juju na pesquisa de Garcia Jr. “senhor-de-engenho rico que passou a usineiro pobre” (1989, p.216). A condição de usineiro pobre pode ser percebida no próprio processo de compra da usina, como detalhado pelo entrevistado, que aponta como o Sr. Nilo só desocupou a residência quando recebeu o dinheiro da venda:

Aí ele [Solon] era dono da Studebaker, aí ele vendeu essa concessionária [venda de automóveis]<sup>28</sup> e pegou dinheiro pra pagar a dona Consórcia [antiga dona da usina]. E não deu pra pagar, ficou devendo um dinheiro. Quando eu cheguei na Usina, eu ainda me lembro, com dois anos de idade, três anos de idade, mas eu ainda me lembro que um dos homens ficaram lá, era seu Nilo, porque seu Nilo disse: "Eu fico esperando, mas eu espero aqui pelo dinheiro." Então ele ficou na mesma casa que hoje era a casa de seu Solon, que era uma casinha pequena, ele ficou morando lá [...] era um dos herdeiros, só saiu quando seu Solon pagou a ele.

Em relação ao ano da compra da usina, nas entrevistas temos que a usina foi comprada em 1952, dado que é confirmado na segunda ficha de registro de empregado do acervo documental da Usina Santa Maria, como vemos:

---

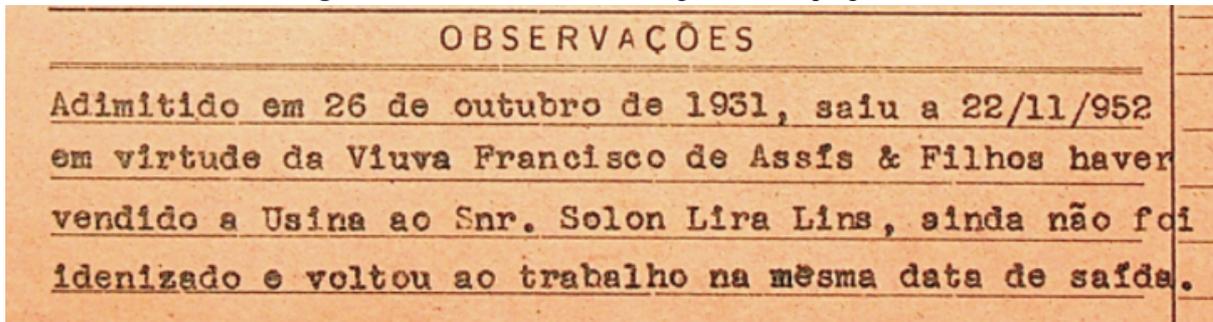
<sup>25</sup> Idem rodapé 22.

<sup>26</sup> Idem rodapé 22.

<sup>27</sup> Idem rodapé 22.

<sup>28</sup> Comercializada para seu cunhado, Edgar Menezes.

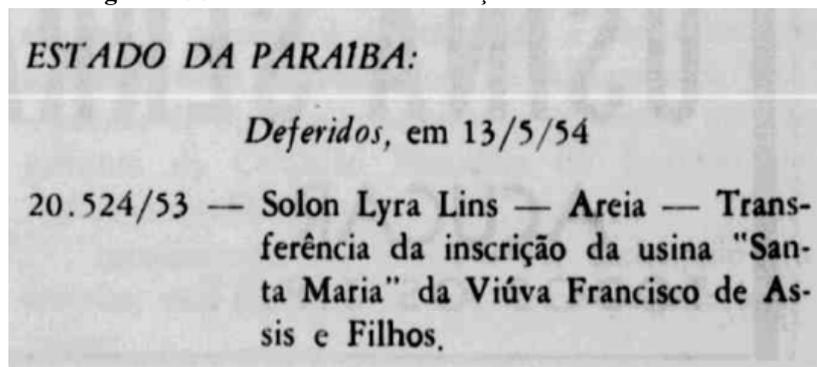
**Figura 1.37** - Verso da Ficha de Registro de Empregado número 02



Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria

Na figura acima temos o registro de um trabalhador, que ocupava o cargo de mecânico, que foi admitido em 1931 no primeiro ano de funcionamento da usina, e que em 1952 é demitido pelos antigos donos por causa da venda da usina, e no mesmo dia ele é admitido para trabalhar na usina sob o controle do Solon Lyra Lins. Desse modo, temos que na prática Solon Lyra Lins assumiu a usina em 1952, mas a inscrição da mesma no Instituto do Açúcar e do Alcool só foi transferida dois anos após para seu nome, em 1954.

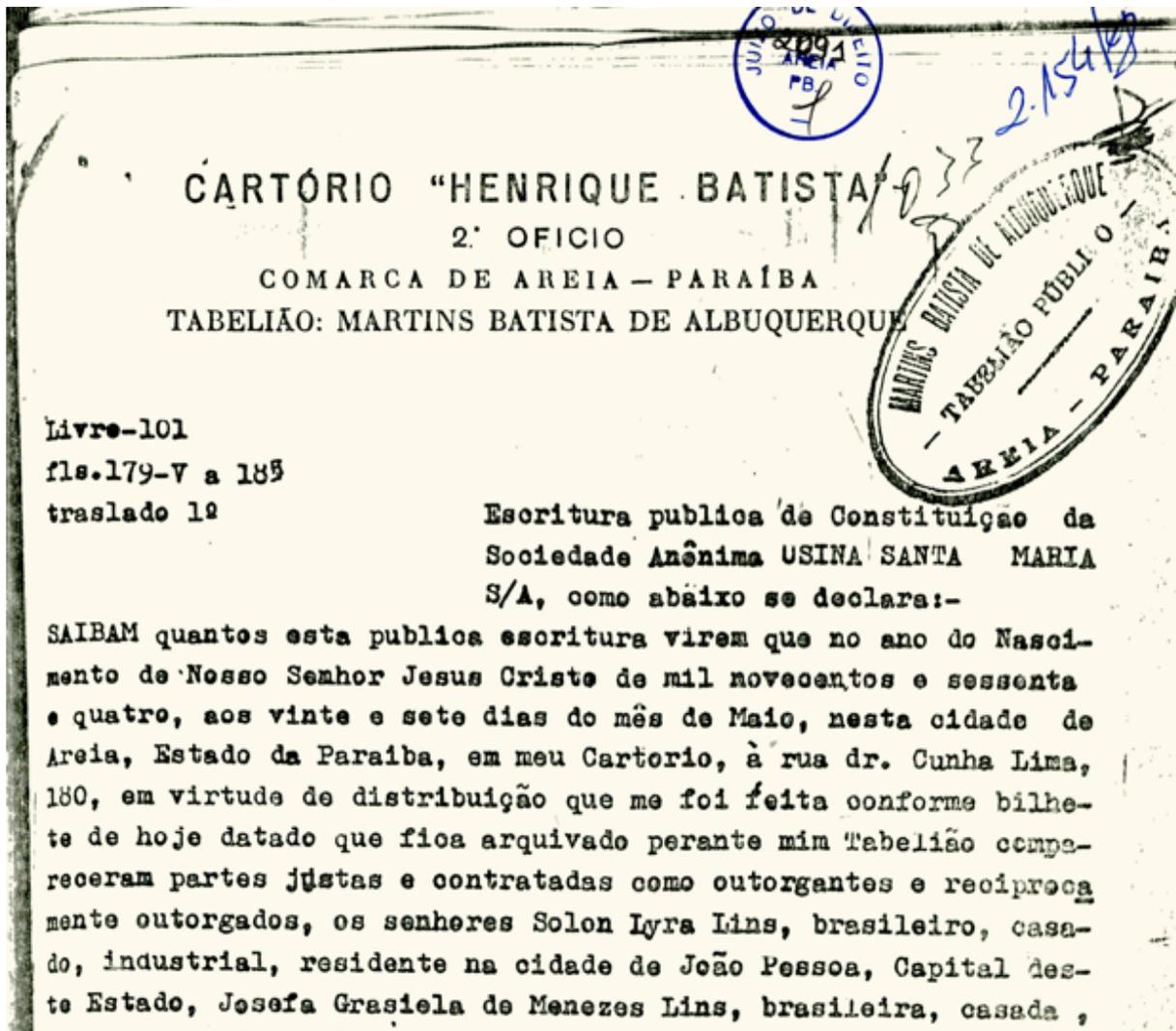
**Figura 1.38** - Transferência da inscrição da Usina Santa Maria



Fonte: *Revista Brasil Açucareiro*, 1954.

Além disso, a usina sob o controle do Solon Lins foi transformada em sociedade anônima dez anos após a consolidação da venda, como vemos a seguir:

Figura 1.39 - Constituição da Sociedade Anônima Usina Santa Maria



Fonte: Processo de falência da Usina Santa Maria, vol 7 (206).

Foi constituída a sociedade anônima Usina Santa Maria S/A, no dia vinte e sete de maio de 1964. Um marco importante para a usina, pois a formação da sociedade anônima permite a ampliação na captação de recursos através dos acionistas. A sociedade foi instituída com o capital inicial de um milhão de cruzeiros (1.000.000,00), sendo divididos em ações da seguinte maneira:

**Figura 1.40 - Acionistas da Usina Santa Maria, em 1964**

| Capital Social | - O Capital Social inicial tinha a seguinte composição: |                          |
|----------------|---|--------------------------|
|                | - Solon Lyra Lins .....                                 | Cr\$ 400.000,00          |
|                | Josefa Graziela de Menezes .....                        | Cr\$ 400.000,00          |
|                | José Lins Sobrinho ..                                   | Cr\$ 40.000,00           |
|                | Vera Lúcia Lins .....                                   | Cr\$ 40.000,00           |
|                | Gumercindo de Farias Leite Sobrinho .....               | Cr\$ 40.000,00           |
|                | Paulo Pereira Viana ..                                  | Cr\$ 40.000,00           |
|                | José Lyra Lins .....                                    | Cr\$ 40.000,00           |
|                | <b>Total</b>  | <b>Cr\$ 1.000.000,00</b> |

Fonte: Processo de falência da Usina Santa Maria.

Como vemos, na formação do capital da sociedade anônima da Usina Santa Maria, o Solon Lins e sua esposa Josefa Graziela possuíam o mesmo valor de capital na usina, cada um com 40% do capital, e o restante dos acionistas com 4%. Percebemos que a maioria dos acionistas eram da família do usineiro, sendo Josefa Graziela (esposa do Solon Lins), José Lins Sobrinho (filho do Solon Lins), Vera Lucia Lins (nora e sobrinha do Solon Lins) e José Lyra Lins (irmão Solon Lins). E outros dois acionistas sem parentesco, sendo Paulo Pereira Viana. e Gumercindo de Farias Leite Sobrinho, que era um funcionário de confiança do Solon Lins, que ocupava o cargo de chefe de escritório como vemos em sua ficha abaixo:

Figura 1.41 - Ficha de registro de empregado do Gumercindo Sobrinho

**REGISTRO DE EMPREGADOS** N.º 000343

FIRMA: USINA SANTA MARIA S/A. Rua: Fm. A REIA N.º

C. G. C. (M. F.) N.º 08.711.210/001 Inscrição Estadual N.º 1606412/2

Data do Registro: 4531 16/10/72

NOME: GUMERCINDO DE FARIAS LEITE SOBRINHO

FILIAÇÃO: Pai Gercino Leite  
Mãe Honória Pedrosa Leite

PROFISSIONAL Nº 15.280 Série 011

RESERVISTA 2ª Categoria

CA RTEIRAS: Estrangeiro  
Instituto

Sindicato a que pertence: Matrícula N.º

Estado civil Casado Grau de instrução Sim Idade 41 anos

Data do nascimento 06 / 10 / 1916 Nacionalidade Brasileiro Naturalidade Campina Grande-PB.

Lugar onde reside Campina Grande-PB. Data da admissão 02 / 01 / 1958

Função Chefe de Escritório Salário \$ 12.000,00 Forma de pagamento mensal

Quando Estrangeiro { Data que chegou / / É naturalizado? É casado com brasileira? Tem filhos brasileiros?

Teve emprego antes — Sim  Não  F. G. T. S — Optante? Sim Em 11 / 08 / 71 Retratção em / /

Banco depositário BANCO DO BRASIL S/A.

End. Rua Dr. Cunha Lima, s/nº - Areia Horário de trabalho: Das 07 às 17 horas

intervalo de 02 horas para refeição e descanso e aos sábados das 07 às 17 horas num total de 46 horas semanais — Beneficiários Esposa e filhos

Dispensado em 05 / 07 / 67

Vide verso

Liv. UNIVERSAL - João Pessoa - Campina Grande - PB.  
Liv. CONTINENTAL - Recife - PE.

Polegar Direito

ASS. DO EMPREGADO

Data 02 / 01 / 1958

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Em sua pesquisa realizada com a família dos usineiros da Zona da Mata paraibana, Matwychuck (1997) constatou que na Paraíba nenhum não parente nas usinas eram acionistas em grau significativo, o que demonstrava o interesse da continuidade do patrimônio na própria família. Fato que percebemos ao analisar as ações da Santa Maria, tanto em 1964, dos seis acionistas apenas dois não eram da família, e em 1983 dos sete acionistas da usina apenas um não era da família, como vemos:

Figura 1.42 - Acionistas da Usina Santa Maria, em 1983

| Distribuição de Ações:                  |                 |                             |
|---|-----------------|-----------------------------|
| 1 - Solon Lyra Lins .....               | - 51,050%       | - Cr\$459.450.000,00        |
| 2 - Solon Lyra Lins Filho .....         | - 46,035%       | - " 414.315.000,00          |
| 3 - Josefa Graziela de Menezes Lins ... | - 2,683%        | - " 24.147.000,00           |
| 4 - Gumercindo de Farias Leite Sobrinho | - 0,058%        | - " 522.000,00              |
| 5 - Vera Lucia Serpa de Menezes Lins .. | - 0,058%        | - " 522.000,00              |
| 6 - Espólio de José Lins Sobrinho ..... | - 0,058%        | - " 522.000,00              |
| 7 - Espólio de José Lyra Lins .....     | - 0,058%        | - " 522.000,00              |
| <b>Total:.....</b>                      | <b>100,00.0</b> | <b>- Cr\$900.000.000,00</b> |

Fonte: Processo de falência da Usina Santa Maria.

Entre os acionistas da usina em 1983 temos, Solon Lins Filho (filho do Solon Lins), Josefa Graziela (esposa do Solon Lins), Vera Lucia Serpa de Menezes (nora e sobrinha do Solon Lins), espólio de José Lins Sobrinho (filho do Solon Lins), espólio de José Lins (irmão do Solon Lins), e Gumercindo Leite. Nos dois casos os acionistas que não possuíam parentesco com o usineiro possuíam pequenas ações, em 1964 de cerca de 4% e em 1983 de menos de 1%.

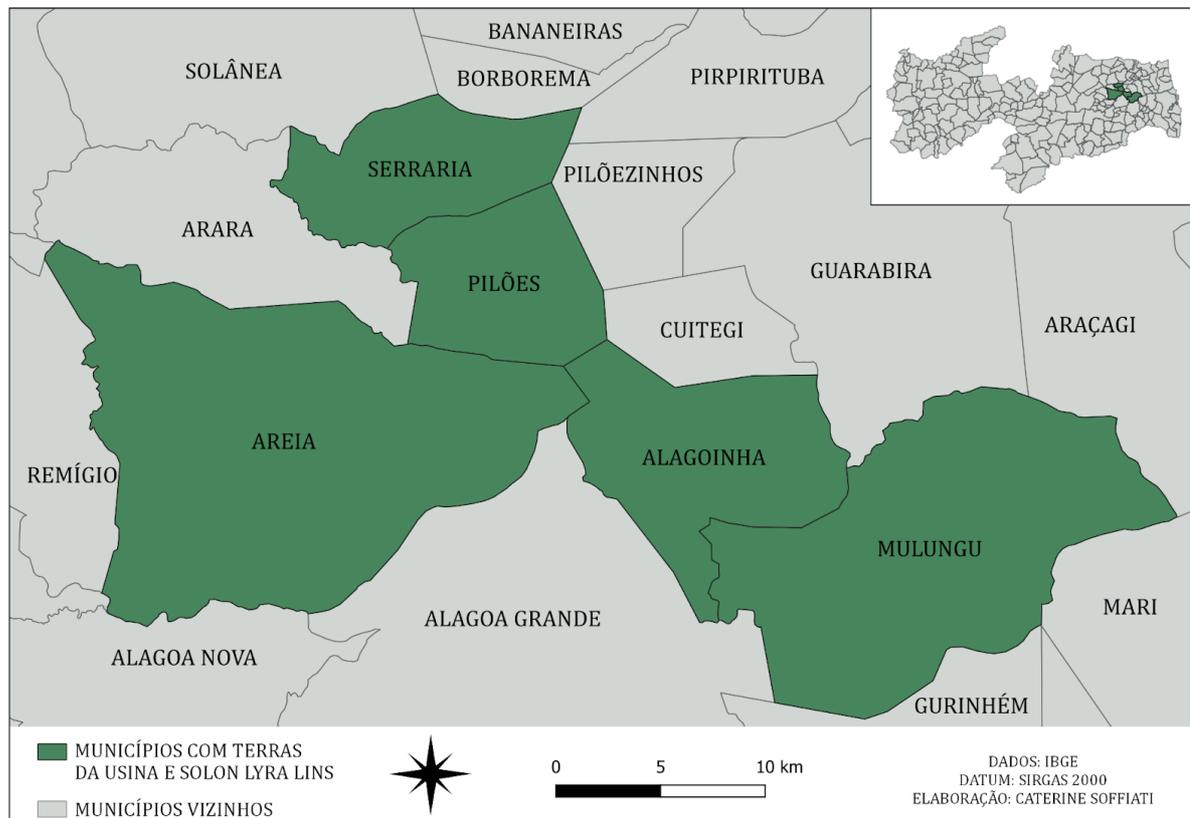
Segundo pesquisa documental, a década de 1970 foi o período no qual a usina adquiriu a maior quantidade de terras na sua história. Durante seu funcionamento, a usina chegou a possuir cerca de 5.448,05 hectares de terras próprias, distribuídas em 34 propriedades tanto em nome da usina como em nome do Solon Lins<sup>29</sup>. Ressalta-se que na literatura existente sobre a Usina Santa Maria era sabido que a mesma possuía terras nos municípios de Areia, Pilões e Serraria (MOREIRA; MALAGODI; MENEZES, 2013), no entanto, através da pesquisa arquivística foi detectado que as propriedades da usina e Solon Lins estavam distribuídas em espaço mais amplo, se concentrando nos seguintes municípios: Areia, Pilões, Alagoinha<sup>30</sup>, Serraria, Mulungu, João Pessoa e Bayeux.

---

<sup>29</sup> Cabe pontuar que nos documentos de propriedades analisados existe uma separação entre propriedades que possuíam o registro no nome da Usina Santa Maria e propriedades registradas no nome do Solon Lyra Lins. Mesmo existindo essa separação no registro, não é possível realizar uma análise somente com as propriedades da usina, visto que, as propriedades no nome do Solon Lyra Lins, em sua maioria, eram destinadas à produção de cana-de-açúcar para a usina, como explicado no capítulo 3.

<sup>30</sup> Não existe nenhum registro de propriedade da usina ou do Solon Lyra Lins em Alagoinha, mas através do georreferenciamento do INCRA é possível detectar que algumas propriedades que nas documentações apareciam somente no município de Pilões, elas ficam na divisa entre Pilões e Alagoinha.

**Figura 1.43** - Municípios com propriedades produtivas da Usina Santa Maria e Solon Lyra Lins



Como podemos visualizar no mapa, o município de Mulungu é o mais distante do município de Areia, onde se localizava a sede da usina. Os motivos de compra de terras nesse município serão pontuados no próximo capítulo. Pontua-se que o município de Bayeux, próximo à capital João Pessoa, não foi indicado no mapa por não ser uma propriedade produtiva, e sim uma casa para residência. No município de João Pessoa a usina e Solon possuíam propriedades, mas não produtivas, tendo a usina um escritório no centro da cidade, no parque Solon de Lucena número 126, e o Solon Lins uma casa na av. Almirante Tamandaré, número 950, no bairro Tambaú, de frente para o mar, local onde passaria os últimos anos de sua vida

A expansão territorial da usina acompanhou o crescimento da sua produção de açúcar e de álcool, que na década de 1980 bateu recorde de produção, sendo produzidos na safra de 1982/83 o total de 618.777 sacos de açúcar de 50 quilogramas, o que representou cerca de 0,95% do açúcar nordestino, num total de 64.880.000 sacos, e 0,34% do açúcar brasileiro, que registrou ao todo 177.140.000 sacos, de acordo com os dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA). Na safra de 1986/87 foram produzidos 12.483.000 litros de álcool na Usina Santa Maria, quantidade que representou cerca de 0,56% do álcool

nordestino e 0,11% do álcool brasileiro (UNICA).

Logo após o auge produtivo da usina, se inicia a crise do setor sucroalcooleiro intensificada no final da década de 80, que, de acordo com Szmrecsányi e Moreira (1991), ocorreu devido a diversos fatores, entre eles a redução no preço do petróleo, o que levou a redução da diferença de preço entre o álcool e a gasolina, sendo que o custo de produção do álcool era mais elevado, e ao mesmo tempo a escassez de álcool, pois os usineiros voltaram a priorizar o açúcar para exportação em decorrência da retirada do monopólio da exportação do IAA. Nesse cenário, o álcool não era tão necessário ao país, e em março de 1990, com o início da presidência de Fernando Collor, sabidamente ligado a usineiros de Alagoas, e frente a aceleração de hiperinflação, o IAA foi extinto, a exemplo de outros órgãos públicos que contribuíam para o déficit do Tesouro Nacional.

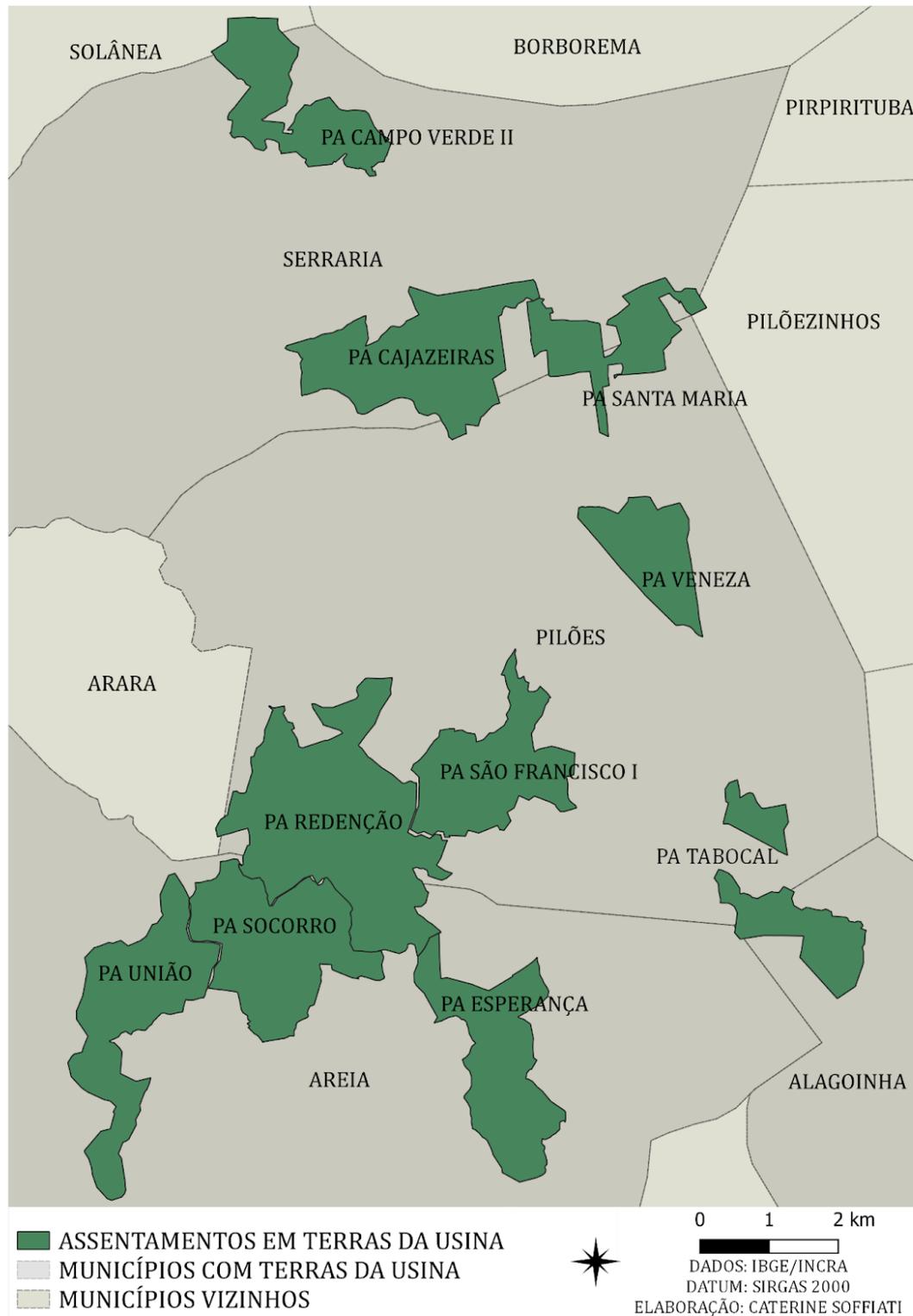
Nesse contexto de desregulamentação do setor, várias usinas faliram, entre elas a Santa Maria. Foi um longo processo de falência, iniciado no final dos anos 80, no início dos anos 90 a usina passou para o controle da empresa Agropecuária e Engenharia Ltda (AGROENGE) até a safra de 1993/1994 quando a usina paralisou definitivamente a sua atividade produtiva. De acordo com o documento de confissão de dívida da Usina Santa Maria com o Banco do Brasil em 1992, a usina possuía uma dívida que nos valores atuais girava em torno de 137 milhões de reais<sup>31</sup>. E também uma dívida de aproximadamente cinco milhões de dólares em dívidas trabalhistas (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013).

O encerramento da Usina Santa Maria acarretou uma trágica situação vivida por seus ex-trabalhadores, que se encontraram sem trabalho, muitos sem rendimentos e, em alguns casos, sem casa. Alguns trabalhadores entraram na justiça contra a usina para o pagamento dos direitos trabalhistas, mas com a demora nas decisões judiciais, a luta pelo pagamento dos direitos se transformou em luta pela permanência na terra. A partir das diversas estratégias adotadas pelos ex- trabalhadores e o envolvimento ativo de pessoas de diferentes setores da sociedade civil, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) acabou por efetuar a desapropriação das terras da Usina Santa Maria, com base na legislação existente (Estatuto da Terra, 1964), que atualmente formam dez assentamentos rurais de reforma agrária, distribuídos nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Alagoinha, como vemos na figura abaixo:

---

<sup>31</sup> A dívida da Usina Santa Maria em 1992 era de cento e treze bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e quarenta e sete mil, cento e setenta e sete e setenta e seis centavos (113.863.847.277,76) em cruzeiros.

**Figura 1.44** - Assentamentos rurais de reforma agrária em terras da Usina Santa Maria e Solon Lins



As propriedades localizadas em Mulungu, não aparecem na figura acima, porque as mesmas não foram desapropriadas, pois em 1991, segundo pesquisa arquivística, as

propriedades foram doadas para os bisnetos do Solon Lins.

Visualizar a distribuição dos assentamentos rurais no espaço físico nos permite de certa forma, ver a expansão territorial da usina, para isso, precisamos compreender que os assentamentos são criados a partir da junção de propriedades. Assim, segue abaixo uma tentativa de relacionar as antigas propriedades da usina com os assentamentos existentes hoje.

**Tabela 1.2 - Nome das propriedades no passado e no presente**

| <b>Nome das antigas propriedades</b>  | <b>Nome do projeto de assentamento</b> | <b>Município</b>   |
|---|--|--------------------|
| Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho   | Socorro                                | Areia              |
| Fazendas Reunidas (Nossa Senhora de Fátima e Grutão), Ipueirinha e Santa Helena | União                                  | Areia              |
| Barra do Coaty e Riacho de Faca   | Esperança                              | Areia              |
| Engenho Veneza  | Veneza                                 | Pilões             |
| São Francisco, Engenho São Francisco e sitio São Francisco                      | São Francisco                          | Pilões             |
| Labirinto I, Labirinto II e São Bento   | Santa Maria                            | Pilões             |
| Mercês, Cantinhos e Riacho de Faca  | Redenção                               | Pilões             |
| Tabocal e Tabocal II  | Tabocal                                | Pilões e Alagoinha |
| Cajazeiras I, Cajazeiras II, Engenho Triunfo e Mazagão                          | Cajazeiras                             | Serraria           |
| Engenho Campo Verde, Engenho Velho e Grotta                                     | Campo Verde II                         | Serraria           |

Fonte: Pesquisa de campo e arquivística.

Ressalta-se que não foram todas as propriedades do Solon Lins e da Usina Santa Maria que foram desapropriadas para fins de reforma agrária, pois algumas foram vendidas ou doadas antes do processo, e outras foram desconsideradas pelo INCRA por serem de pequenas dimensões. Esta importante mudança da estrutura de propriedade nessa região implicou na grande alteração dos cultivos efetuados sobre as terras antes dedicadas à cana-de-açúcar. Conforme analisado por Ramiro<sup>32</sup> (2022, n.p.), ao decréscimo da cana

<sup>32</sup> Texto cedido pela autora, intitulado de “O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste: perspectivas de pesquisas sobre o caso do Brejo paraibano”, apresentado na mesa redonda “transformações e permanências da “civilização do açúcar” no Brasil contemporâneo: reordenamento agrário, trabalho e meio ambiente”, no 44º Encontro Anual da ANPOCS, em 2020.

corresponde a elevação da produção de banana, cultivo conhecidamente de agricultura camponesa em todo o Brasil:

No período de cinco anos, de 1990 até 1995, a produção decresce de 721.500 para 92.000 toneladas, uma queda de 88% e em 2018 a produção cai a um décimo do volume do início dos anos 1970 [...] Por outro lado, segundo dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), a produção de cachos de bananas que era de 16.840 toneladas no brejo paraibano, cresce para 104.840 toneladas em 2018, tornando-se o principal produto das terras dos assentamentos rurais instalados na região.

Após essa apresentação do panorama histórico da Usina Santa Maria, analisaremos com maior profundidade a expansão do patrimônio produtivo da usina, do patrimônio fundiário da usina e do usineiro, apresentando todas as propriedades compradas e arrendadas pela usina, que possuem registros documentais. Confrontando-se os dados com aqueles referentes aos investimentos em edificações industriais e máquinas e equipamentos poderemos nos interrogar sobre os significados da acumulação do patrimônio feita pela usina e sua relação com as políticas públicas. Apresentaremos também o processo de modernização e aumento da produtividade do açúcar e álcool, sendo os dados analisados por décadas.

## CAPÍTULO 2

### AS PRÁTICAS DOS USINEIROS NA ACUMULAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Eisenberg (1977), ao estudar a indústria açucareira no período do Brasil imperial e da primeira república, identificou que a modernização do setor atuou sobretudo em aspectos técnicos, na utilização de equipamentos mais modernos, especialmente no uso dos motores a vapor, e não contribuindo para melhorias do ponto de vista social ou econômico. Anos depois, durante o governo militar, Palmeira (1989) destacou que o modelo de desenvolvimento adotado desde o final do XIX foi o da modernização conservadora, na qual a alteração da base técnica e a industrialização da agricultura tiveram efeitos perversos na evolução do espaço social gerando a piora na qualidade de vida de parte considerável da população rural, a concentração fundiária, o aumento das disparidades de renda e patrimônio, o crescimento do êxodo rural e aumento da exploração da força de trabalho.

Como abordado amplamente pela literatura, a expansão produtiva e a modernização das usinas de açúcar estiveram estreitamente relacionadas à atuação do Estado, sendo que o maior instrumento utilizado pelo Estado nesse processo de modernização da agricultura foi o crédito subsidiado (PALMEIRA, 1989; DELGADO, 1985). Graham *et al* (1987) verificaram que no início da década de 1970 no Brasil a utilização do crédito rural cresceu quase três vezes, e que, no final da mesma década, ao se comparar o volume de crédito concedido e o valor bruto da produção, tornou plausível a hipótese de desvio dos empréstimos para outras atividades que as declaradas aos bancos (apud PALMEIRA, 1989).

Durante a segunda metade do governo militar brasileiro, nos anos 1970, a Usina Santa Maria registrou a maior expansão do seu parque industrial e registrou seu recorde de produção de açúcar na safra de 1982/83. Deve-se lembrar que durante esse período foram desenvolvidos os principais programas do setor sucroalcooleiro durante a segunda metade do século XX, o Planalsucar e o Proálcool.

Nesse contexto de modernização da agricultura e concessão de créditos e subsídios para o setor sucroalcooleiro, esse capítulo abordará os incentivos concedidos à Usina Santa Maria e os programas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) vigentes em cada período, relacionando-os com as práticas econômicas e sociais adotadas pelo usineiro, especialmente por Solon Lins, na acumulação do patrimônio industrial.

Ressalta-se que diferente dos documentos referentes às propriedades fundiárias, os

documentos sobre o patrimônio industrial em relação à produção da Usina Santa Maria são mais escassos no Acervo Documental da Usina Santa Maria, tendo sido a maioria dos documentos referentes à produção encontrados no processo de falência, o que acaba por nos permitir acesso a dados dos últimos anos da usina de forma privilegiada, mas escassa visibilidade sobre a expansão de edificações e de aquisição de máquinas e equipamentos ao longo do tempo.

Todavia, inicialmente, faz-se necessária uma contextualização, ainda que breve, da capacidade produtiva da Usina Santa Maria em termos do parque agroindustrial existente na esfera nacional, estadual e regional. Como ressalta Tamás Szmrecsányi (1979), em seu estudo sobre os efeitos da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), desde sua criação nos anos 30, esse órgão público estabeleceu preços diferentes para a tonelada de cana e para o saco de açúcar a serem efetuados no centro-sul e no norte-nordeste, diferenças sistemáticas que ficaram vigentes até sua extinção nos anos 90. Os subsídios no preço destinavam-se a favorecer os engenhos e usinas do norte-nordeste, que apresentavam custos maiores que os produtores mais recentes do centro-sul, retardando o avanço dos produtores de São Paulo e do centro-sul, que apenas nos anos de 1950 vão predominar sobre os nordestinos. A livre concorrência entre produtores deixou de ter validade no território brasileiro e implicou ao longo da história déficits no orçamento deste organismo que repercutiam no déficit público do Tesouro Nacional. Vê-se assim que usinas com produtividade inferior às demais apenas continuavam a operar no mercado por decisão política do Estado brasileiro.

## **2.1 A produção da Usina Santa Maria, em relação à produção nacional, estadual e regional**

A Usina Santa Maria durante o comando da família Pereira de Mello, de 1931 a 1952, teve uma produção em média de 10.910 sacos de açúcar, o que representava cerca de 4% da produção paraibana. No período de 1931 a 1952 a maior quantidade de açúcar produzido pela Usina Santa Maria ocorreu na safra de 1945/1946 quando a usina produziu 21.368 sacos. Para se ter uma ideia mais clara do espaço dos produtores, na mesma safra, a Usina São João, localizada na Várzea, ou seja no litoral paraibano, foi a que produziu a maior quantidade de açúcar na Paraíba, produziu 223.342 sacos de açúcar, o que equivale a uma produção aproximadamente 10 vezes maior do que a Usina Santa Maria. Já no estado de Pernambuco, a usina que mais produziu na safra de 1945/1946 foi a Usina Catende, que produziu 350.347 sacos de açúcar, uma produção aproximadamente 16 vezes maior que a Usina Santa Maria. Se

compararmos com a produção nacional, temos que a Usina Santa Maria já na sua primeira safra em 1931/1932 produziu 5.487 sacos, uma quantidade de açúcar bem inferior à média nacional, que na mesma safra era de 29.800 sacos (SZMRECSÁNYI, 1979).

Mesmo com a usina crescendo consideravelmente sua produção durante o comando do Solon Lins, a sua produção ainda era pequena em relação ao estado da Paraíba. Na safra de 1961/62, por exemplo, produziu cerca de 8% do açúcar deste estado. Em relação a produção nacional, a Usina Santa Maria, na safra de 1961/62, teve uma produção de 76.656 sacos de açúcar, sendo que, na mesma safra, a média nacional era de 195.900 sacos de açúcar (SZMRECSÁNYI, 1979). Na safra de 1964/65 a produção da usina aumentou, chegando a produzir 94.420 sacos de 60 quilos de açúcar, tal produção representando 11 % da produção paraibana.

Nos anos 1970, a usina aumenta expressivamente sua produção, sendo produzidos na safra de 1975/76, 184.870 sacos de açúcar, cerca de 11% da produção paraibana. A produção da usina nessa safra equivalia à média de produção das usinas no Brasil na safra de 1963/64.

Nos anos 1980, a produção de açúcar da usina ganha importância na esfera estadual, na safra de 1980/81 a produção de açúcar da usina foi de 555.290 sacos, sendo a usina com a maior produção de açúcar da Paraíba, produzindo aproximadamente 21% do açúcar paraibano, na qual foram produzidos 2.632.384 sacos de 50 quilos (LIMA; ARAGÃO, 1999). Na mesma safra, a produção de álcool da Usina Santa Maria foi de 2.640.000 litros, o que representava cerca de 3,55% da produção de álcool do estado da Paraíba, que nesta safra foi 74.335.000 litros (LIMA; ARAGÃO, 1999). Esta progressão na capacidade da usina Santa Maria parece estar relacionada com os auxílios e subsídios obtidos através de programas do governo federal como o Planalsucar e o ProÁlcool.

Como vimos, a produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria em relação à produção nacional sempre ocupou um lugar de pouco destaque, embora em relação à Paraíba em poucas safras a produção do açúcar na Santa Maria foi relativamente importante. Se comparamos sua produção com a outra usina no Brejo paraibano, a Usina Santa Maria ocupa um lugar de destaque. Tudo parece ressaltar a posição periférica e marginal das usinas do Brejo paraibano.

Segundo Andrade (1997), a Usina Tanques foi construída em 1926, localizada no município de Alagoa Grande, pertencente a mesma região que a Usina Santa Maria. O autor acrescenta que a usina Tanques possuía terras férteis como a Usina Santa Maria, mas por estar localizada no Brejo baixo possuía rios temporários, que secavam no verão, diferente da Santa Maria, que possuía rio permanente.

Em relação ao aparelhamento industrial, no período pesquisado por Andrade, no ano de 1957, a Usina Tanques possuía um aparelhamento mais potente que a da Santa Maria, esmagando aproximadamente 280 a 300 toneladas de cana por dia, e a Santa Maria 250. No mesmo período, a Usina Tanques possuía uma mão de obra menor que a Santa Maria, tendo a primeira 30 trabalhadores industriais e a segunda 50.

Andrade (1997) constatou que o açúcar da usina Tanques era direcionado para os municípios de Campina Grande, Guarabira e Alagoa Grande, competindo com a Usina Santa Maria nos municípios de Campina Grande e Guarabira. Em relação a produção de açúcar das duas usinas, temos que:

**Tabela 2.1-** Produção de açúcar das usinas do Brejo Paraibano, em sacos de 60 quilos

| <b>Safra</b> | <b>Usina Santa Maria</b> | <b>Usina Tanques</b> |
|--------------|--------------------------|----------------------|
| 1934/35      | 7.180                    | 2.885                |
| 1939/40      | 15.092                   | 5.878                |
| 1944/45      | 14.882                   | 10.835               |
| 1949/50      | 11.450                   | 4.070                |
| 1954/55      | 16.000                   | 24.386               |
| 1959/60      | 34.852                   | 63.290               |
| 1964/65      | 94.420                   | 79.937               |

Fonte: *Anuário Açucareiro* (1936,1943,1948,1949, 1961 e 1967).

A Usina Santa Maria no período de 1934 a 1950 produziu em média 12.151 sacos de açúcar, já a Usina Tanques produziu 5.917, ou seja, nesse período a Usina Santa Maria teve uma produção aproximadamente 105,37% maior do que a Usina Tanques.

Nos anos 1950, verifica-se que a produção da Usina Tanques foi superior à da Usina Santa Maria, produzindo quase o dobro. Mas na década de 60, a posição se inverte novamente, e a Usina Santa Maria foi a maior produtora de açúcar no Brejo Paraibano.

De acordo com Aragão e Lima (1999), nos anos 70, especificamente na safra de 1975/76, a Usina Santa Maria produziu 184.870 sacos de açúcar e a Tanques 176.466. Já na safra de 1980/81, a Santa Maria teve uma produção de 535.290 sacos, cerca de 50% superior à produção da Tanques, que foi de 270.493 sacos de 50 quilos.

Por outro lado, no início da produção de álcool hidratado na região a Tanques ocupou um local de destaque, começando sua produção em 1953 e a Santa Maria em 1955, como vemos:

**Tabela 2.2-** Produção de álcool hidratado das usinas do Brejo paraibano em litros

| <b>Ano</b> | <b>Usina Santa Maria</b> | <b>Usina Tanques</b> |
|------------|--------------------------|----------------------|
| 1955       | 7.600                    | 43.300               |
| 1960       | 36.500                   | 154.000              |
| 1965       | 42.400                   | 272.200              |

Fonte: Anuário Açucareiro 1955, 1961 e 1967.

A produção de álcool da Tanques nos anos 50 e 60 foi superior à da Santa Maria, sendo cerca de seis vezes maior em 1965, quando a Tanques produziu 272.200 litros e a Santa Maria 42.400. A partir da década de 70 não são encontrados registros da Usina Tanques produzindo álcool, ficando sua produção restrita ao açúcar até a safra de 1995/96 quando a usina encerrou suas atividades, em decorrência de um processo de falência iniciado em 1990 (RODRIGUES,2018). Por outro lado, a Usina Santa Maria continuou a produzir álcool, inclusive construiu no final da década de 70 a sua destilaria anexa de álcool, se tornando assim a única produtora de álcool na região além de principal produtora de açúcar.

A produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria, em sua totalidade, será apresentada posteriormente, sendo necessário primeiro conhecermos o processo de expansão do seu parque industrial ao longo dos seus sessenta anos de funcionamento.

### **2.1.1 A expansão do parque industrial da Usina Santa Maria**

De acordo com Andrade (1997) a implantação da Usina Santa Maria ocorreu com a junção de três engenhos, Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, sendo que as “instalações industriais e o escritório se acham ilhados no meio do canavial que chega quase até o edifício, estão localizados no fundo do vale que serviu de sítio ao engenho Mufumbo”(p.65). O autor complementa que, “não dispõem as usinas de [rio] Mamanguape de equipamento industrial moderno [...] o maquinismo é sempre de origem alemã, exceto na Santa Maria, que é de origem inglesa, e muitas vezes consiste de máquinas aproveitadas das usinas pernambucanas” (p. 48).

As propriedades Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, de acordo com pesquisa documental, na década de 70 possuíam diversas benfeitorias que nos permitem ter uma dimensão espacial e social da usina, como vemos:

Figura 2.1- Benfeitorias do conjunto industrial da Usina Santa Maria

Denominação: "Mofumbo, Mofumbinho e Grutãozinho, anexas, formando o conjunto denominado **USINA SANTA MARIA S.A.**

Localização: Município de Areia, Estado da Paraíba

Área e confrontações: 600 ha.. Limita-se ao Norte com o eng. Mercedes, de Solon Lira Lins; ao Sul com os engenhos Gameleira e Várzea do Coaty e Ipueira do Dr. Antonio D'Avila Lins; ao Leste com o engenho "Gravatá Assa", de José Inácio de Miranda Pereira e "Merces" de Solon Lira Lins; e ao Oeste com o Engenho "Grutão e Nossa Senhora de Fátima, de Solon Lira Lins.

Título de Domínio: Escritura Pública de compra e venda, transcrita sob o nº 11.577, fls. 186/196, livro 3-T, de 29.09.64, no CRI de Areia (PB).

Benfeitorias: 01 galpão com vigas de aço coberto com ferro galvanizado, estrutura de ferro, piso de cimento, 01 prédio de carpintaria, 01 conjunto de sete depósitos/garagem, construídos em alvenaria de tijolos e telhas, 01 **predio p/escritorio**, construído em alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento, portas e janelas de madeira, **116 casas de trabalhadores, construídas em alvenaria de tijolos e telhas**, 01 casa de diretor, estilo funcional, com terraços, duas garagens, construídas de tijolo e telhas, piso de mosaico, forrada e saneada, com dependências externas; 01 casa destinada à **escola**, de alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento, 01 predio para **ambulatorio** de alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento; 03 pequenas cocheiras, piso de cimento, cobertas de telhas, com depósito.

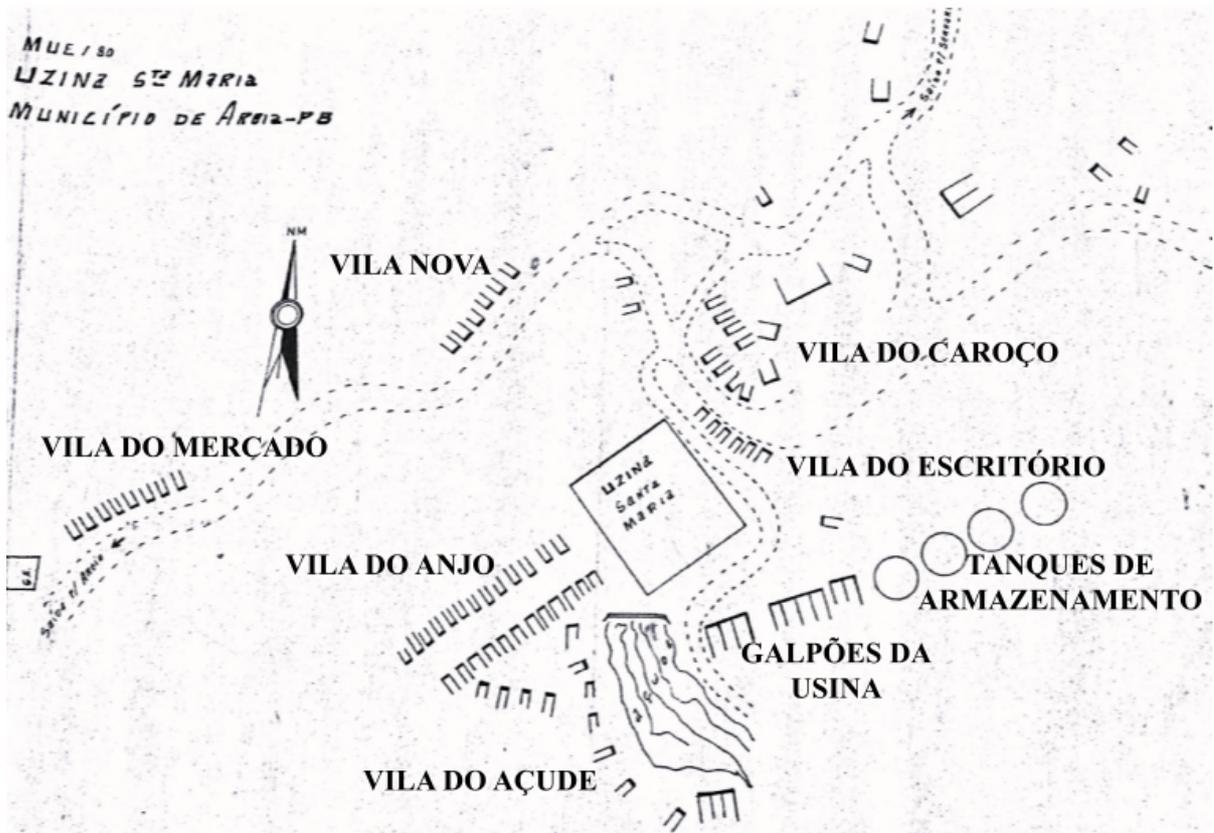
Para todos os fins de direito, o imóvel hipotecado, com todas as suas benfeitorias e maquinismos, fica avaliado pela importância total de **Cr\$ 4.200.000,00** (Quatro milhões e duzentos mil cruzeiros).....

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Na descrição das benfeitorias consta que, no conjunto industrial da Usina Santa Maria existia uma casa destinada à escola e um prédio para ambulatorio, ambos construídos de tijolos, telhas e piso de cimento. A casa do diretor, onde residia Solon Lins, possuía terraços e garagens, sendo construída de tijolos e telhas, com piso de mosaico, possuindo forro e saneamento. Enquanto a casa dos trabalhadores era construída de tijolos e telhas, sem o registro de cimento no chão, inscrevendo as hierarquias do espaço social no espaço físico.

Entre as 116 casas de trabalhadores descritas na benfeitoria, estão as casas das vilas operárias, como podemos visualizar no desenho abaixo, feito em agosto de 1979:

**Figura 2.2 - Desenho das Vilas operárias da Usina Santa Maria**



Fonte: Acervo IPHAN, autoria: João Pereira da Silva. O nome das vilas foram acrescentados segundo entrevistas com os assentados em maio de 2022.

No desenho é possível visualizarmos a Usina Santa Maria, representada por um grande retângulo, próximo ao açude, aos galpões e o tanque de armazenamento. No desenho estão representadas 6 vilas operárias da usina, a Vila do Mercado e a Vila Nova, que eram localizadas na estrada para Areia. A Vila do Escritório era a mais próxima da usina, localizada em um terreno plano, ao lado do escritório da usina. A Vila do Anjo era a vila com a maior quantidade de casas, e ficava localizada na parte de trás da usina, no alto do morro. A Vila do Açude ficava próxima a Vila do Anjo, na parte de baixo do terreno. A Vila do Carvão ficava próximo a estrada para o município de Serraria.

**Figura 2.3-** Vila do escritório no presente



Fonte: Fonte: Acervo do projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social no Brejo Paraibano no século XXI”. Autoria: Caterine Soffiati. Foto tirada em maio de 2022.

O antropólogo José Sérgio Leite, em sua importante obra “*O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*”, explica que as usinas tendem a manter vilas operárias próximas ao parque industrial, para conceder temporariamente a moradia para parte de seus operários e suas famílias, acrescentando que,

as pequenas casas dos operários, uniformes e coladas umas às outras, situam-se nos lugares mais poluídos e insalubres das vizinhanças da usina, convivendo com os efeitos dos resíduos do processo de produção do açúcar- a "borra" do caldo, seu mau cheiro e seus insetos; a fuligem proveniente do "bueiro", a chaminé da usina cuja fumaça, levada pela direção do vento, inunda a casa dos operários [...] (LOPES, 1978, p.175 e 176).

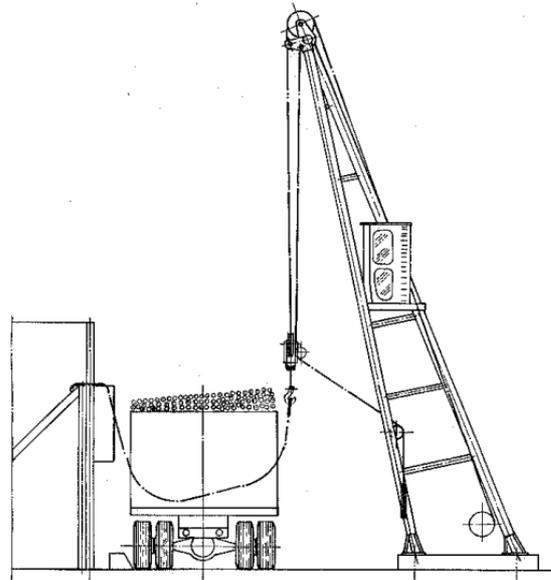
Na imagem da vila do escritório, podemos ver a construção das casas assim como descreveu Lopes (1978), umas coladas nas outras. Ressalta-se que no final da vila do escritório, era onde estava localizada a casa do usineiro Solon Lins, que possuía uma localização diferente em relação às outras casas de usineiros, de acordo com Andrade (1997) “as dificuldades do sítio- vales estreitos entre encostas muito inclinadas- assim como a tradição, fizeram com que a fábrica e a sede - casa grande e dependências - se localizassem em pontos diferentes, quase a 1 km de distância” (p.44).

A junção desses três engenhos também abrigava o parque industrial da usina, o local onde a cana passa por diversos processos até se transformar no açúcar. De acordo com o

inventário da Usina Santa Maria, presente no processo de falência, que contém dados do maquinário da usina por seção, podemos compreender o caminho percorrido pela cana dentro da usina e assim compreender o funcionamento do seu parque industrial.

De acordo com o inventário, a Santa Maria possuía um tombador de cana com capacidade de vinte toneladas e duas pontes rolantes com capacidade para dezesseis toneladas para manuseio da cana.

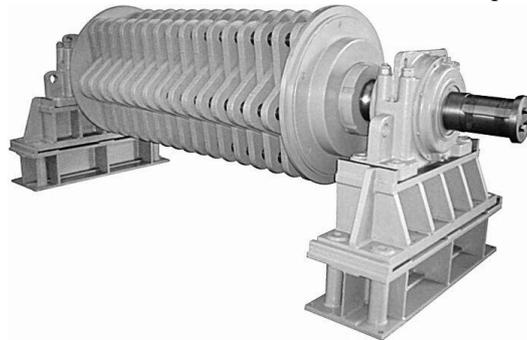
**Figura 2.4** - Modelo de tombador de cana hilo usado pela usina



Fonte: Curso de Operações de Moendas, 1999.

Esses dois equipamentos são utilizados na entrada da cana na usina, no momento de descarregar a cana dos caminhões nas esteiras rolantes. Com a entrada da cana na usina se inicia o processo de preparação e moagem da cana, onde a cana é colocada na esteira que leva até o desfibrador de cana, um equipamento utilizado para abrir a célula da cana e facilitar a extração do açúcar.

**Figura 2.5** - Modelo de desfibrador de cana usado pela usina

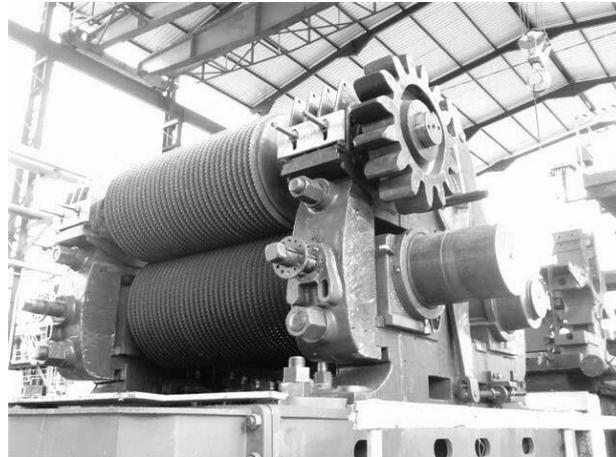


Fonte: Site Simex.<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Disponível em <https://www.simexbrazil.com.br/desfibrador-de-cana-horizontal/>. Acesso em: agosto de 2022.

Em seguida a cana passava pelas moendas, a Santa Maria possuía dois tipos de moendas, uma acionada por motor elétrico e um conjunto de moendas acionado por máquina a vapor, sendo o último já equipado com máquina de lavagem e peneira. Na moagem ocorre a separação do caldo do bagaço da cana.

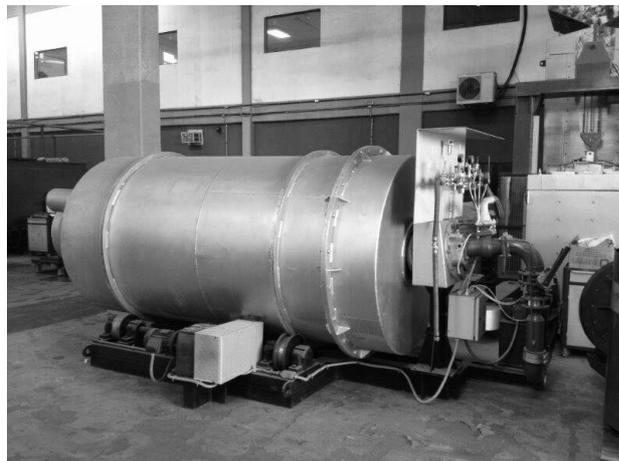
**Figura 2.6 - Moendas de usina**



Fonte: Site Casa e Equipamentos<sup>34</sup>

Em seguida ocorria o processo de tratamento e aquecimento do caldo, para isso a usina possuía uma enxofreira com capacidade de queimar 30 quilos de enxofre por hora acionada por motor elétrico, sendo o enxofre é um insumo utilizado para deixar o açúcar mais branco, possuindo também um clareador e cinco aquecedores.

**Figura 2.7 - Forno rotativo**



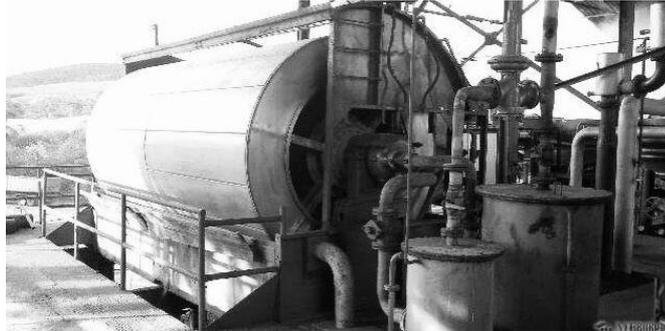
Fonte: Site Dj Fornos<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Disponível em: <https://www.casequipamentos.com.br/moenda-cana-industrial> . Acesso em agosto de 2022.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.djfornos.com.br/forno-rotativo-fundicao> . Acesso em agosto de 2022.

Para o processo de clarificação a usina possuía um clareador acionado por motor elétrico, e uma peneira em aço inox para peneirar o caldo. No processo de filtração, que ocorria após a clarificação, a usina Santa Maria utilizava dois filtros rotativos.

**Figura 2.8** - Modelo de filtro rotativo usado pela usina



Fonte: Site Mfrural.<sup>36</sup>

Após a filtração, ocorria o processo de evaporação, em um aparelho de evaporação que possuía quatro caixas sendo uma de 1.000 m<sup>2</sup>, duas de 550m<sup>2</sup> e uma de 600 m<sup>2</sup> equipada com condensador barométrico. Em seguida, o caldo passava pelo processo de cozinhamento, a usina possuía quatro aparelhos de cozinhamento a vácuo, sete bombas de ar e duas sementeiras. Após o cozinhamento, começava o processo de cristalização, sendo utilizados dez aparelhos cristalizadores com refrigeração.

Em sequência, iniciava a centrifugação ou turbinação do açúcar, sendo utilizadas cinco turbinas. Em seguida, ocorria o processo de secagem do açúcar, sendo utilizado um secador rotativo com a capacidade de 6.000 sacos de açúcar de 50 quilos, sendo o secador equipado com ensacadeiras, máquina de costura e balanças, fazendo com que logo após a secagem do açúcar o mesmo seria pesado e embalado nos sacos de algodão.

---

<sup>36</sup> Disponível em:

<https://www.mfrural.com.br/detalhe/195278/filtro-rotativo-a-vacu-marca-door-oliver-modelo-8-x-16-area-de-filtragem-37-20-m>. Acesso em agosto de 2022.

**Figura 2.9** - Secador de açúcar rotativo



Site: Casa e Equipamentos.<sup>37</sup>

Além desses equipamentos, a usina também possuía: duas balanças rodoviárias de 60 toneladas, uma prensa hidráulica, um refratômetro, três balanças automáticas, um agitador de cana, destilador marca quimis com capacidade de 5 litros por hora, uma mesa alimentadora com capacidade de moagem de 167 toneladas por hora, uma mesa de lavagem de cana, uma sonda amostradora com capacidade para 22 amostras por hora e dois sacarímetros, equipamento utilizado para medir a sacarose presente na cana.

**Figura 2.10** - Modelo de sacarímetro usado pela usina



Fonte: Seminário regional sobre cana-de-açúcar, Recife, 2013.<sup>38</sup>

A usina possuía quatro caldeiras que eram alimentadas pelo bagaço da cana, através do equipamento de distribuidor de bagaço e um retorno de bagaço, ambos acionados por motor elétrico. As caldeiras da Usina Santa Maria são visíveis na imagem abaixo:

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.casequipamentos.com.br/secador-acucar> . Acesso em agosto de 2022.

<sup>38</sup> Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=sacarimetro+acatec+3.300&sxsrf=ALiCzsY7mka\\_aFuRXkv4uia7L4Uk-WOIsQ:1660660669475&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKewjbpq-Ky8v5AhUgGbkGHZ3qD1cQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1366&bih=649&dpr=1#imgrc=S4S7DtUf8JDUBM](https://www.google.com.br/search?q=sacarimetro+acatec+3.300&sxsrf=ALiCzsY7mka_aFuRXkv4uia7L4Uk-WOIsQ:1660660669475&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKewjbpq-Ky8v5AhUgGbkGHZ3qD1cQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1366&bih=649&dpr=1#imgrc=S4S7DtUf8JDUBM) . Acesso em agosto de 2022.

**Figura 2.11** - Interior da Usina Santa Maria, vista das quatro caldeiras deterioradas em 1999



Fonte: Perícia da usina realizada em 02/04/1999, presente no processo de falência.

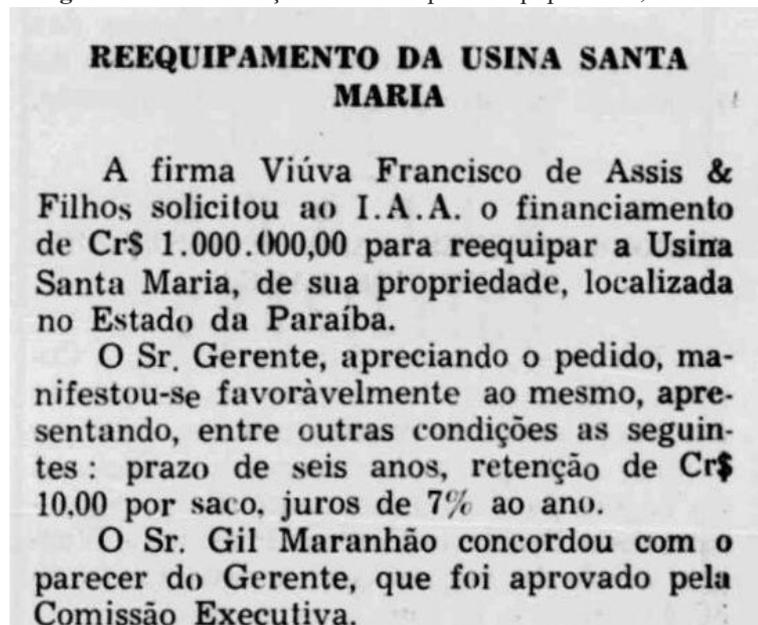
Na imagem acima, podemos ver parte do interior de um dos galpões da Usina Santa Maria, no período após a falência da usina, sendo mostrado as caldeiras da usina, que são

fundamentais para a geração do vapor. Mesmo a imagem retratando um período de falência, ainda é possível visualizarmos a estrutura dos equipamentos e dimensionar parte do parque industrial da usina.

Também fazia parte do conjunto industrial da usina, um laboratório industrial, oficina mecânica, oficina elétrica, almoxarifado, setor de carpintaria, setor de fundição, posto para abastecimento dos veículos, portaria para controle de ponto dos funcionários e escritório. A partir da apresentação do parque industrial da Usina Santa Maria, iremos compreender como ocorreu a expansão do mesmo ao longo dos anos.

Durante os anos 1950, o setor açucareiro passou por um período de crescimento devido ao aumento no consumo interno e ao fato do Brasil retornar ao mercado mundial entre os grandes exportadores de açúcar (SZMRECSÁNYI,1979), particularmente em finais dos 50 com a saída de Cuba do mercado internacional. Nesse contexto, durante a administração da família Pereira de Mello temos o registro da solicitação de crédito da usina para reequipamento industrial, em fevereiro de 1950:

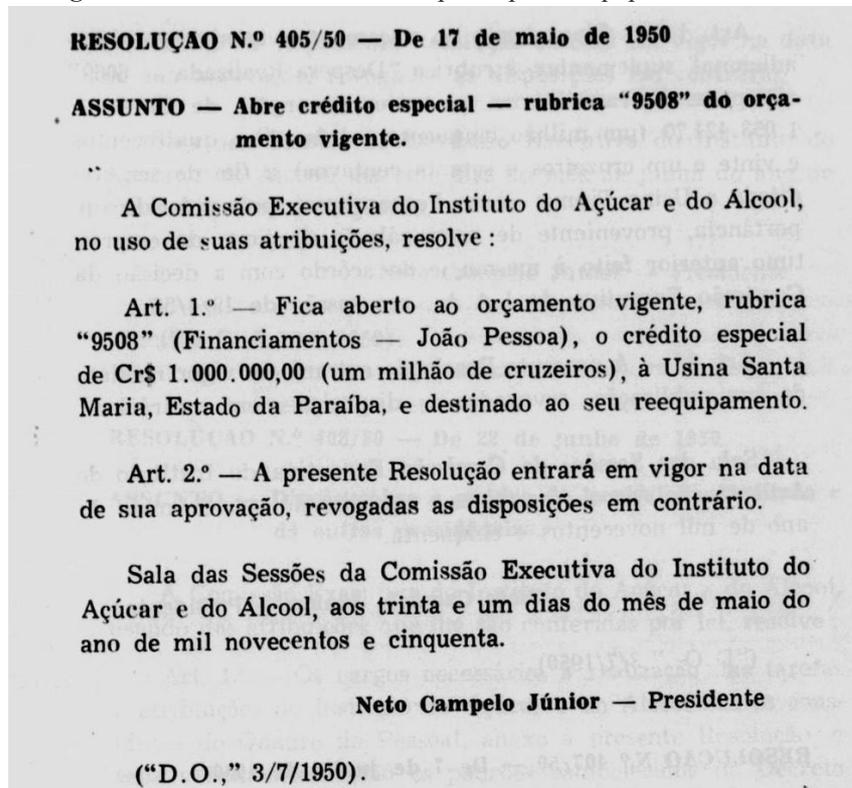
Figura 2.12 - Solicitação de crédito para reequipamento, em 1950



Fonte: *Revista Brasil Açucareiro*, 1950.

Em maio do mesmo ano, o IAA aprovou uma resolução que disponibilizou o valor de um milhão de cruzeiros destinados ao reequipamento da Usina Santa Maria.

Figura 2.13 - Abertura do crédito especial para reequipamento, em 1950



Fonte: *Revista Brasil Açucareiro*, 1950.

Assim, verificamos que nos anos 50 a usina recebeu créditos para reequipamento industrial, único crédito encontrado pela pesquisa durante o controle da família Pereira de Mello.

**Figura 2.14** - Parque industrial da Usina Santa Maria no período da família Pereira de Melo



Fonte: Acervo Geraldo Trajano. Autoria desconhecida.

Na imagem acima podemos identificar que o parque industrial da Santa Maria no período da família Pereira de Mello era semelhante a de um engenho, possuindo um galpão e uma chaminé de alvenaria. Sua estrutura ampliada no período do usineiro Solon Lins, o qual, já nos primeiros anos de comando se candidatou para recebimento de equipamento agrícola através de fomento Agrícola Federal do Ministério da Agricultura a ser repassado via governo do estado da Paraíba, conforme pode ser verificado em notícia publicada no Jornal *O Norte*, em 1953, um ano após a compra da usina:

Figura 2.15 - Candidatura para recebimento de equipamento agrícola, em 1953

**CANDIDATOS INSCRITOS PARA RECEBIMENTO DE EQUIPAMENTO AGRICOLA**

Divulgamos abaixo, a relação dos agricultores e proprietários inscritos na secção do Fomento Agrícola Federal, nesta cidade, para recebimento de equipamentos agrícolas, que o Ministério da Agricultura remeterá a este Estado, de acôrdo com o plano do empréstimo de 18 milhões de dólares.

Nilô Moreira Leal, Dumont de Sá, Isidro Gomes, Aluizio Gomes, Manoel Maroja, Severino Bezerra Cabral, Luiz Antonio de Medeiros, Joaqué Guedes Pereira, Arthur Ferreira Tavares, Segismundo Guedes Pereira Neto, Albertino Miranda Leite, Amélio Miranda Leite, Isaura E. de Melo, Joana E. de Melo, Cesar Fernandes Cartaxo, Clovis Façanha de Sá, Benjamim Rosas de Vasconcelos, José Duré, Carlos Fernando Mendonça, Antonio Ribeiro Coitinho, Jacinto Dantas, Paulo Dantas C. de Góis, Máriô Cavalcanti de Albuquerque, Lourenço Bezerra, Evandro C. Ribeiro, Cassiano Ribeiro Coitinho, José Martins de Arzuda, Francisco Cavalcanti de Melo, Manoel Florentino, José Ribeiro de Farias, Aristarco Dias, José Martins Beltrão, João Assis Pena de Melo, Edson Amancio Ramalho, Arnóbio Maroja, Severino Cordeiro, João Rodrigues Alves, Henrique Vieira de Albuquerque Melo, Pedro Luiz Vieira de Melo, José Ramalho Xavier, Adauto Xavier da Silva, Jeminiano Crispim de Farias, Raimundo Ramalho Xavier, Anaxilio Pereira de Melo, Severino Ismael de Oliveira, Soares de Oliveira, Hermano Axel Lundgren, Praxedes da Silva Pitanga, Francisco Pereira Frazão, José Jorge de Sant-Anã, Ulysses Almeida Souto, Paulo Soares de Oliveira, Pedro Tavares de Melo Cavalcanti, Edmundo Guedes Pereira, Associação Rural de Mamanguape, Moacir Nóbrega Montenegro, João Franca Filho, Hermes Maia de Carvalho, Waldemar Bezerra Soares Londres, José de Paiva Pimentel, Severino Meneses Lyra, Aristides Bezerra de Farias, Raimundo S. de Linhares, Américo Maia de Vasconcelos, Flávio Ribeiro Coitinho, João Minervino de Araújo, **Solon Lins**, José Inácio da Silva, Silvio Borges, Luiz Bezerra Cavalcanti, Ernesto de Oliveira, Abel Cavalcanti de Albuquerque, Cicero Honorato Leite, Agostinho Fernandes de Oliveira, Manoel Torres Filho e Carlos da Silva Azevedo.

**MACARRÃO**  
**"NEBRAN"**  
**SABOROSÍSSIMO**

Fonte: Jornal *O Norte*, 1953.

Segundo o *Brasil Açucareiro*, em 30 de junho de 1954, foi aprovado o pedido de reequipamento industrial da Usina Santa Maria. Tais créditos concedidos durante os anos 50 contribuíam para a expansão do parque industrial, como vemos na figura 2.16 a seguir:

**Figura 2.16** - Parque industrial da Usina Santa Maria em 1959



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Trajano, autoria desconhecida.

Na imagem acima podemos identificar a presença de três novos galpões, visíveis na parte externa, galpões construídos com estrutura de metal, diferente da construção de alvenaria que a usina possuía anteriormente. Após essa ampliação do parque industrial nos anos 1950, se comparamos a safra de 1949/50 com a de 1958/59, vemos que a quantidade de sacos de açúcar produzidos cresceu cerca de 74%, sendo tal crescimento consequência do aumento na quantidade de cana moída, que cresceu aproximadamente 80% e não resultado de um aumento na produção em consequência da melhoria nos equipamentos, pois o rendimento<sup>39</sup> da Usina Santa Maria em 1949/50 era de cerca de 83 kg de açúcar por tonelada de cana moída (TM) e em 1958/59 reduziu para 80kg/TM.

Como descrito por Szmrecsányi (1979), em 1962, o presidente do IAA, Barbosa da Silva, elaborou um anteprojeto, no qual planejava diversos programas, entre eles o Plano de Expansão, no qual envolvia os setores agrícolas, industriais e de comercialização. Para o plano ser formulado foi realizado um diagnóstico dos problemas do subsetor que foi iniciado em 1962. O diagnóstico constatou a elevação do consumo interno de açúcar, e previa que na safra de 1970/1971 o consumo interno demandaria quase 80 milhões de sacos de açúcar, o que gerou esforços para o reaparelhamento e expansão do parque industrial nacional. Segundo o diagnóstico,

---

<sup>39</sup> Garcia Jr. (1989) constatou que o rendimento industrial das usinas paraibanas era inferiores cerca de 5% a 30% em relação ao rendimento de usinas de outros estados do Nordeste, e de 10% a 50% inferior às usinas do Centro-Sul.

Neste momento [dizia o diagnóstico] receamos que a presença do Brasil no mercado mundial de açúcar esteja comprometida a curto prazo ... a partir da safra de 1965/66, caso não se venha a lograr uma pronta recuperação dos níveis de produção. E o estará em definitivo, se não forem empreendidos esforços efetivos no sentido de tornar possível o reaparelhamento e a expansão do parque açucareiro nacional, na medida e com a amplitude que se fazem necessárias (apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.385).

Foi, portanto, nesse período que foi concebido o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional, resoluções 1761 e 1762 do ano de 1963, que referia-se ao reaparelhamento das usinas já existentes e quotas para a construção de novas usinas, tendo como meta principal a produção de 100 milhões de sacos de açúcar por safra, meta atingida no início dos anos 70, dentro do prazo previsto (SZMRECSÁNYI, 1979). O investimento era de 7.000,00 cruzeiros para os projetos de reaparelhamento, desse valor cerca de 52% deveriam ser investidos em máquinas e equipamentos e 27% em instalações industriais (SZMRECSÁNYI, 1979).

Em setembro de 1963, foi aprovado pelo IAA o financiamento para reaparelhamento industrial da Usina Santa Maria, como vemos:

**Figura 2.17** - Ata da 103ª da Comissão Executiva do IAA, sessão ordinária, realizada em 4 de setembro de 1963

**—Aprova-se financiamento  
para reaparelhamento indus-  
trial da Usina Santa Maria,  
de Solon Lyra Lins, Paraíba.  
Relator: Sr. Carlos Dé Carli  
Filho.**

Fonte: Revista *Brasil Açucareiro*, janeiro/fevereiro 1964, p.23.

De acordo com Szmrecsányi (1979), o Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional estipulou como meta de produtividade o rendimento de 100 kg de açúcar por tonelada moída, uma meta bastante ambiciosa para a média nacional da época de 94kg/TM. No caso da Usina Santa Maria, seu rendimento estava longe da média nacional, registrando na safra de 1963/64 o rendimento de 84kg/TM. A média do rendimento industrial nos anos 60 foi de 88kg/TM, uma média superior aos anos 50 que era de 79kg/TM, na safra de 1965/66 a usina registrou um rendimento de 90kg/TM e, em 1969/70, 92 kg/TM, chegando perto da média nacional.

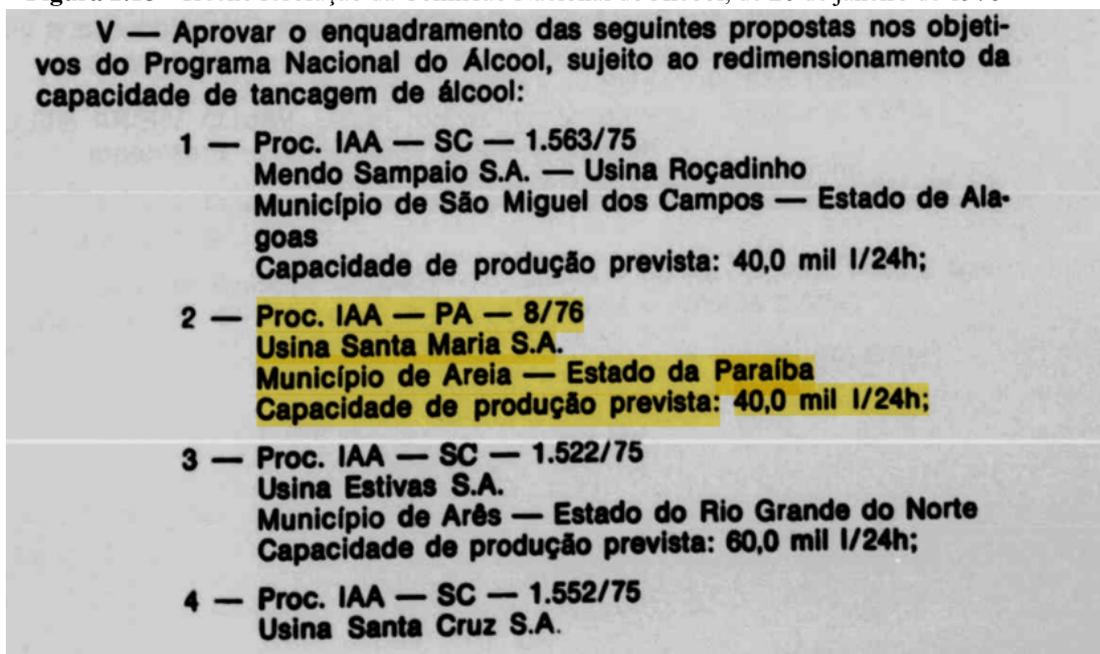
Foi a partir da década de 1970, especificamente após o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) que o parque industrial da Usina Santa Maria atingiu dimensões inalcançadas até

então. O Proálcool foi instituído pelo decreto n. 76.593, em 14 de novembro de 1975, tendo o objetivo de, segundo a Exposição de Motivos e Conjunta, “expandir rapidamente a produção do [álcool] e viabilizar o seu uso progressivo como combustível, através de crescentes proporções de mistura, e como matéria-prima para a indústria química, além de assegurar o [seu] fornecimento para outros usos” (apud SZMRECSÁNYI, 1979, p.436). Os autores Aragão e Pakman (1991) explicam que a partir de 1975, ocorre uma retração na demanda internacional de açúcar e, no mesmo período, a crise do petróleo impactava negativamente na economia do país, assim, esses dois fatores foram essenciais para a implementação do Proálcool que, de um lado, salvava a indústria sucroalcooleira da crise e, de outro, criava o álcool como alternativa para abastecer os veículos automotores.

Diferente dos outros programas mencionados até aqui, o Proálcool foi institucionalizado de uma nova forma, não sendo subordinado ao IAA, sendo coordenado pela Comissão Nacional do Álcool, criada junto com o programa e composta por representantes dos Ministérios da Fazenda, Agricultura, Indústria e Comércio, Minas e Energia, e Interior, ficando o IAA apenas como uma assessoria técnica ao programa e com o controle do mercado do açúcar e do álcool (SZMRECSÁNYI, 1979).

De acordo com a pesquisa documental, segundo a Comissão Nacional do Álcool, temos que a Usina Santa Maria foi enquadrada no Proálcool em janeiro de 1976, como vemos na figura 2.18:

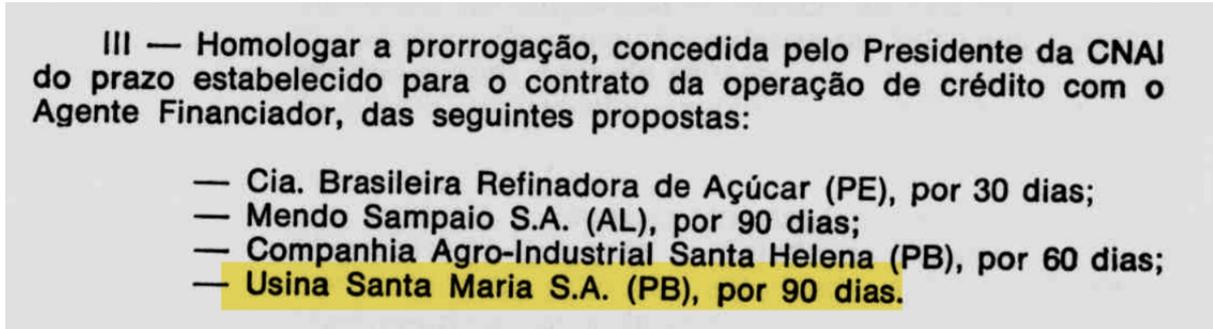
**Figura 2.18** - Trecho resolução da Comissão Nacional do Álcool, de 20 de janeiro de 1976



Fonte: Revista *Brasil Açucareiro* (1976).

Após a aprovação da Usina Santa Maria no Proálcool em 1976, temos o registro da prorrogação da operação de crédito entre a Usina Santa Maria e o agente financiador, em agosto do mesmo ano.

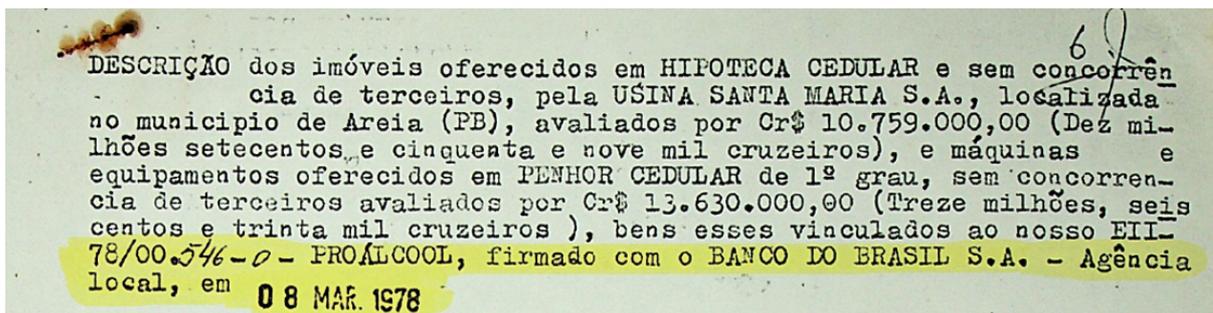
**Figura 2.19** - Trecho resolução da Comissão Nacional do Álcool de 20 de agosto de 1976



Fonte: Revista *Brasil Açucareiro* (1976).

Em agosto de 1976, foi aprovada a prorrogação da operação de crédito da Usina Santa Maria com o agente financiador do Proálcool por 90 dias, ou seja, a usina teria até novembro para realizar a operação. Um importante documento do Acervo Documental da Usina Santa Maria é uma descrição dos imóveis da usina oferecidos em hipoteca vinculada ao Proálcool, hipoteca realizada em oito de março de 1978, como vemos a seguir:

**Figura 2.20** - Trecho do documento que descreve os imóveis da Usina Santa Maria oferecidos em hipoteca vinculada ao Proálcool



Fonte: Acervo Documental Usina Santa Maria.

Desse modo, se registra que a Usina Santa Maria foi financiada pelo Proálcool, sendo enquadrada no programa em 1976 e, posteriormente, em 1978, realizou sua operação de crédito, tendo como agente financiador o Banco do Brasil. Um dado que devemos destacar neste documento é que o valor de 10.759.000,00 cruzeiros corresponde ao valor de nove imóveis, totalizando cerca de 2.129 hectares, sendo que, até 1977, a usina possuía cerca de 4.348,65 hectares de terras próprias, o que significa que não foram todas as propriedades hipotecadas, logo o valor do patrimônio fundiário da usina era superior, talvez duas vezes

superior, ao apresentado na hipoteca. As máquinas e equipamentos foram oferecidos em penhor censual no valor de 13.630.000,00 cruzeiros, um valor superior ao dos imóveis hipotecados, mas, considerando que não foram todos os imóveis hipotecados, supõe-se que antes dos recursos do Proálcool chegarem, na usina, o patrimônio fundiário era superior ao industrial. Tal situação é invertida após o Proálcool, com vemos:

**Tabela 2.3** - Patrimônio ativo permanente imobilizado da Usina Santa Maria, em cruzeiros

| <b>Patrimônio permanente</b>     | <b>1988</b>         | <b>(%)</b> | <b>1989</b>          | <b>(%)</b> | <b>1990</b>           | <b>(%)</b> |
|----------------------------------|---------------------|------------|----------------------|------------|-----------------------|------------|
| Máquinas e equipamentos          | 3.455.892,34        | 73,69      | 55.661.694,27        | 79,53      | 527.095.441,92        | 76,87      |
| Equipamentos de transporte       | 1.164.085,09        | 24,82      | 19.288.952,86        | 27,56      | 191.441.119,84        | 27,92      |
| Propriedade imobiliárias         | 850.501,43          | 18,14      | 15.968.963,98        | 22,82      | 143.816.389,90        | 20,98      |
| Imobilizações técnicas           | 762.037,05          | 16,25      | 12.198.747,51        | 17,43      | 131.457.561,47        | 19,17      |
| Imobilizações em formação        | 164.506,31          | 3,51       | 249.624,87           | 0,36       | 3.521.003,01          | 0,51       |
| Imobilizações Assistência Social | --                  | 0,00       | --                   | 0,00       | 8.564.125,75          | 1,25       |
| Depreciações acumuladas (-)      | -1.707.325,62       | -36,41     | -33.382.767,02       | -47,70     | -320.239.665,77       | -46,71     |
| <b>Total</b>                     | <b>4.689.696,60</b> | <b>100</b> | <b>69.985.216,47</b> | <b>100</b> | <b>685.655.976,12</b> | <b>100</b> |

Fonte: Balanço Patrimonial no Processo de Falência e edições de Caterine Soffiati.

Após o Proálcool o valor do patrimônio industrial da usina aumentou se tornando superior ao patrimônio fundiário, como identificado na tabela 2.3 as máquinas e equipamentos da usina ocupavam mais da metade do patrimônio imobilizado da usina em 1989, e os equipamentos de transporte ficavam em segundo lugar, superior às propriedades imobiliárias que ocupavam quase um quarto do patrimônio. Tal investimento no parque industrial pode ser visualizado na imagem abaixo, que retrata a Usina Santa Maria após o Proálcool:

**Figura 2.21** - Usina Santa Maria no auge de sua produção, após o Proálcool



Fonte: Acervo pessoal de Geraldo Trajano, autoria desconhecida.

Na imagem acima é possível visualizarmos a fumaça saindo das chaminés, o que significa que a usina estava em pleno período de moagem. Do lado esquerdo da foto estão os quatro tanques de armazenamento de álcool e mel residual, instalados após o Proálcool. Na parte inferior, do lado direito, é possível visualizar a feira da usina e a presença de alguns caminhões. Se compararmos essa imagem, com a figura 2.16 de 1959, é visível o aumento na quantidade de chaminés de uma para quatro, a ampliação na quantidade de galpões, na figura de quatro para seis, e os tanques de armazenamento que não aparecem em nenhuma fotografia antes do período do Proálcool.

Como o Proálcool, o objetivo de expandir rapidamente a produção de álcool do país ocorreu “através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produtividade agrícola, de modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas” (SZMRECSÁNYI, 1979, p.438). Nesse contexto, em 1978, é inaugurada a destilaria anexa da Usina Santa Maria, intitulada de Santa Maria, como identificado no n. 29/78, publicado pelo IAA no dia três de agosto de 1978.

Figura 2.22 - Destilaria anexa Santa Maria, em agosto de 1978

| Unidades da Federação e Destilarias Anexas e Autônomas | Municípios           | PRODUÇÃO AUTORIZADA |             |            |
|--|----------------------|---------------------|-------------|------------|
|  |                      | ÁLCOOL (ℓ)          |             |            |
|  |                      | Álcool              | Anidro      | Hidratado  |
| <b>Não Cooperada</b>                                   |                      |                     |             |            |
| 1. Estivas .....                                       | Arês .....           | 10 800 000          | 9 000 000   | 1 800 000  |
| <b>Autônoma</b>  |                      |                     |             |            |
| 1. Baía Formosa .....                                  | Baía Formosa .....   | 4 200 000           | 4 000 000   | 200 000    |
| <b>PARAÍBA</b>   |                      | 52 300 000          | 48 000 000  | 4 300 000  |
| <b>Filiada à Cooperativa de Pernambuco.</b>            |                      |                     |             |            |
| 1. Santa Helena .....                                  | Sapê .....           | 7 300 000           | 7 000 000   | 300 000    |
| <b>Não Cooperadas</b>                                  |                      | 17 400 000          | 13 400 000  | 4 000 000  |
| 1. Santa Maria .....                                   | Areia .....          | 6 000 000           | 5 000 000   | 1 000 000  |
| 2. Santana .....                                       | Santa Rita .....     | 4 000 000           | 3 000 000   | 1 000 000  |
| 3. Santa Rita .....                                    | Santa Rita .....     | 1 400 000           | 1 000 000   | 400 000    |
| 4. São João .....                                      | Santa Rita .....     | 6 000 000           | 4 400 000   | 1 600 000  |
| <b>Autônomas</b>                                       |                      | 27 600 000          | 27 600 000  | -          |
| 1. Arthur Tavares .....                                | Pedras de Pogo ..... | 12 600 000          | 12 600 000  | -          |
| 2. Camaratuba .....                                    | Mataraca .....       | 10 800 000          | 10 800 000  | -          |
| 3. Miriri .....  | Sapê .....           | 4 200 000           | 4 200 000   | -          |
|  |                      | 219 440 000         | 159 600 000 | 59 840 000 |

Fonte: *Brasil Açucareiro* (1978).

A partir da construção da destilaria de álcool, a Usina Santa Maria iniciou sua produção de álcool anidro, pois para sua fabricação é necessário o processo de destilação.

Figura 2.23 - Destilaria de álcool da Usina Santa Maria



Fonte: Acervo pessoal Geraldo Trajano. Autoria desconhecida.

Na imagem acima vemos a destilaria de álcool da usina, os tanques de armazenamento de álcool e parte do galpão que era utilizado para produção do açúcar.

Para o funcionamento de uma usina de açúcar é fundamental a presença de água, no caso da Usina Santa Maria a parte industrial era abastecida pelo rio Mercês, e por um açude que foi construído junto à usina.

**Figura 2.24** - Usina Santa Maria e seu açude



Fonte: Acervo pessoal Geraldo Trajano. Autoria desconhecida.

Em pesquisa de campo na usina nos anos 1950, Andrade (1997) constatou que apesar da usina em 1957 realizar o aproveitamento da calda, ainda assim, o restante da calda era despejado no rio Mercês. Tal prática ocorria também em outras usinas e ocasionava consequências<sup>40</sup> para as populações ribeirinhas e dos próprios engenhos, por prejudicar suas condições sanitárias e de alimentação (ANDRADE, 1997).

Como vimos na tabela 2.1, os equipamentos de transporte da usina ocupavam um lugar importante no patrimônio permanente em 1989, com um valor superior aos imóveis da usina, o que evidencia a importância dos veículos para o funcionamento da usina. De acordo com Andrade (1997), a Santa Maria possuía em 1957 o total de dez caminhões, um número alto em relação a usinas da Zona da Mata que de acordo com Osório de Andrade (1997)

---

<sup>40</sup> Para mais informações sobre as consequências socioambientais provocadas pela produção das usinas de açúcar, consulte a obra “Nordeste” de Gilberto Freyre.

possuíam em média um caminhão, pois possuíam como principal meio de transporte a ferrovia. Como a Santa Maria não possuía ferrovia, os veículos como caminhões e tratores eram majoritariamente utilizados. Segundo o inventário dos veículos da usina, em 1993, a usina possuía 8 caminhões, 8 tratores, 6 carregadeiras, 3 carrinhos de reboque, 22 carroções, mas cabe ressaltar que esse levantamento foi realizado durante o processo de falência, sendo provável que alguns veículos tenham sido vendidos ou retirados da usina antes do levantamento. Um dos caminhões que pertencia a usina foi localizado em pesquisa de campo, como vemos na imagem abaixo, dentro do galpão de alvenaria da usina.

**Figura 2.25** - Caminhão que pertencia à Usina Santa Maria



Fonte: Foto tirada em maio de 2022. Autoria: Caterine Soffiati.

Além dos veículos, como citou Andrade (1997), os muares “são largamente usados no transporte das canas dos partidos para os pontos onde chegam os caminhões, os tratores e a estrada de ferro” (p.51). Segundo o autor, em 1957, a Usina Santa Maria possuía 60 muares. Com a expansão territorial e produtiva da usina, a quantidade de muares, que são um importante meio de produção, também aumentou.

Figura 2.26 - Parte do inventário dos animais da Usina Santa Maria

R E L A Ç Ã O   D E   A N I M A I S

1.703  
7

| Nº  | COR               | SEXO      | CARACTERISTICA  | VERMIFUGO |
|-----|-------------------|-----------|-----------------|-----------|
| 001 | CARDÃO            | MASCULINO | CAVALO          | O.K.      |
| 002 | CASTANHO          | FEMEA     | 4 PÉS PRETOS    | O.K.      |
| 003 | CARDÃ             | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 004 | MELADA            | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 005 | CARDÃ             | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 006 | LAZÃ              | FEMEA     | CRINA AMARELA   | O.K.      |
| 007 | PRETO FUBENTO     | MACHO     | NORMAL          | O.K.      |
| 008 | CÔR DE RATO       | MACHO     | NORMAL          | O.K.      |
| 009 | CARDÃ             | FEMEA     | PAPO NO VAZIO   | O.K.      |
| 010 | COR DE RATO CLARA | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 011 | CASTANHO ESCURO   | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 012 | CASTANHO CLARO    | MACHO     | COR DE RATO     | O.K.      |
| 013 | CASTANHA          | FEMEA     | COR DE RATO     | O.K.      |
| 014 | CARDÃO            | MACHO     | CAMPO (EDMUNDO) | O.K.      |
| 015 | CASTANHA          | FEMEA     | CANELAS PRETAS  | O.K.      |
| 016 | CASTANHA AMARELA  | FEMEA     | CANELAS PRETAS  | O.K.      |
| 017 | CASTANHA          | FEMEA     | JUMENTEIRA      | O.K.      |
| 018 | LAZÃ              | FEMEA     | PEITO BRANCO    | O.K.      |
| 019 | PRETA             | FEMEA     | BOCADO BRANCO   | O.K.      |
| 020 | CASTANHO          | MACHO     | COR DE RATO     | O.K.      |
| 021 | LAZÃO             | MACHO     | RUSEL           | O.K.      |
| 022 | CASTANHO          | MACHO     | NORMAL          | O.K.      |
| 023 | CASTANHO          | MACHO     | CANELA PRETA    | O.K.      |
| 024 | CASTANHO          | MACHO     | NORMAL          | O.K.      |
| 025 | CASTANHA CLARA    | FEMEA     | MANHOSA         | O.K.      |
| 026 | LAZÃ              | FEMEA     | VERMELHA        | O.K.      |
| 027 | CASTANHO ESCURO   | MACHO     | AZOGADO         | O.K.      |
| 028 | CASTANHA          | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 029 | PRETA             | FEMEA     | POLPEIRA        | O.K.      |
| 030 | CASTANHA ESCURA   | FEMEA     | ARREPIADA       | O.K.      |
| 031 | CASTANHA          | FEMEA     | COR DE RATO     | O.K.      |
| 032 | CARDÃ             | FEMEA     | PEDREZ          | O.K.      |
| 033 | CASTANHA          | FEMEA     | NORMAL          | O.K.      |
| 034 | CARDÃO            | MACHO     | BRANCO          | O.K.      |
| 035 | CASTANHA          | FEMEA     | COR DE RATO     | O.K.      |

Fonte: Processo de Falência da Usina Santa Maria.

Segundo o inventário dos animais, a Usina Santa Maria possuía no ano de 1993 um total de 231 animais<sup>41</sup>. Segundo o entrevistado E. S<sup>42</sup>, durante o período da entressafra os burros da usina eram transportados para o sertão, para se alimentarem, e retornavam mais gordos e fortes para a usina no período de safra. O grande uso de muares no transporte da cana nos revela três fatos: o primeiro é a falta de estradas ou ferrovias nas terras da usina, o segundo é a própria topografia íngreme na qual estava localizada as terras da usina, o que dificultava o processo de mecanização da lavoura e, além disso, o uso dos muares remete a práticas do passado, como descreveu Mansfield (1861) em sua viagem ao Pernambuco em

<sup>41</sup> Desse total, 14 animais estavam mortos. Cabe destacar que nos documentos do Acervo Documental da Usina Santa Maria existem laudos de morte de burros, durante o período da massa falida da usina, que contém informações como o local e motivo da morte. Esses laudos evidenciam a importância dos burros para a produção da usina.

<sup>42</sup> Ex-cortador de cana e chefe de campo da Usina Santa Maria, iniciou o trabalho na usina com 11 anos de idade. Entrevista realizada em abril de 2022.

1852 e 1853, o açúcar era transportado por animais pois, “exceto nas estradas reais em certas direções, as coisas denominadas caminhos, pelas quais os produtos são exportados das fazendas, são absolutamente intransitáveis para os veículos de roda” (p.9). Freyre (2013) descreveu que diferente dos cavalos, que eram utilizados como animais do senhor-de-engenho, os muares eram utilizados como animais de trabalho:

no transporte das canas dos partidos para os engenhos e do açúcar e da aguardente dos engenhos e da destilação até os portos fluviais ou aos armazéns dos exportadores. Neste trabalho eram muito utilizados também os burros, muares – híbridos de cavalos com os jumentos –, animais muito fortes e resistentes às grandes caminhadas (n.p.).

Ora, ao mesmo tempo em que se modernizava o parque industrial da Usina Santa Maria, a principal forma de transporte utilizada eram os muares, utilizados para a mesma função nos engenhos pernambucanos em meados de 1800. Tal fato evidencia que, diferente do que alguns autores defendem, a chegada da usina não significou a ruptura por completo das práticas do sistema engenho.

Como vimos no capítulo anterior, os usineiros possuíam as disposições necessárias para acessar os créditos industriais concedidos pelo Estado, e nesse capítulo apresentamos os créditos que foram utilizados na Usina Santa Maria, tanto os de reaparelhamento industrial como os do Proálcool. Mas ter a disposição necessária para acessar o crédito não significa ter a disposição necessária para administrar o volume dos investimentos, um exemplo são os próprios créditos de reaparelhamento industrial recebidos pela usina que não cumpriram o objetivo de aumentar o rendimento industrial, além disso, como identificado no documento de confissão de dívida da Usina Santa Maria com o Banco do Brasil (presente no processo de falência) a usina recebeu créditos industriais de 1986 a 1990 no valor total de 113.863.847.367,76 cruzeiros, sendo que no balanço patrimonial da usina de 1990 o total do patrimônio ativo era de 1.164.974.525,70 cruzeiros.

A partir do entendimento do modelo de modernização vigente, e do processo de expansão do parque industrial da Usina Santa Maria, podemos analisar os significados das práticas adotadas pelo Solon Lins para a produção do açúcar e do álcool.

## **2.2 A produção de açúcar e álcool da Usina Santa Maria**

### **2.2.1 A produção de açúcar na usina: de 1931 a 1993**

A Usina Santa Maria durante seu funcionamento, em todas as safras produziu açúcar

e, em algumas safras, produziu álcool hidratado, álcool anidro e mel residual. O açúcar era produto de destaque da usina, sendo produzido açúcar do tipo cristal.

**Tabela 2.4** - Produção de açúcar cristal da Usina Santa Maria e procedência da cana moída, por safra, de 1931 a 1993

| Safra   | Produção Açúcar<br>(Sacos de 60 kg até safra<br>1979/80, posteriormente<br>saco de 50kg) | Procedência da cana |      |                             |     | Total<br>cana<br>esmagada<br>(t) |
|---------|--|---------------------|------|-----------------------------|-----|----------------------------------|
|         |  | Cana Própria<br>(t) | %    | Cana<br>Fornecedores<br>(t) | %   |                                  |
| 1931/32 | 5.487  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1932/33 | 4.367  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1933/34 | 7.664  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1934/35 | 7.180  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | 4.558                            |
| 1935/36 | 8.015  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1936/37 | 5.788  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1937/38 | 4.824  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1938/39 | 5.000  | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1939/40 | 15.092   | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1940/41 | 12.641   | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1941/42 | 11.082   | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1942/43 | 15.670   | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1943/44 | 12.808   | S/D                 | S/D  | S/D                         | S/D | S/D                              |
| 1944/45 | 14.882   | 10.112              | 100% | 0                           | 0%  | 10.112                           |
| 1945/46 | 21.368   | 13.224              | 100% | 0                           | 0%  | 13.224                           |
| 1946/47 | 17.807   | 11.416              | 100% | 0                           | 0%  | 11.416                           |
| 1947/48 | 13.590   | 9.139               | 100% | 0                           | 0%  | 9.139                            |
| 1948/49 | 20.868   | 12.050              | 85%  | 2.191                       | 15% | 14.241                           |
| 1949/50 | 11.450   | 6.116               | 74%  | 2.149                       | 26% | 8.265                            |
| 1950/51 | 8.440  | 5.345               | 81%  | 1.242                       | 19% | 6.587                            |
| 1951/52 | 5.095  | 3.810               | 92%  | 335                         | 8%  | 4.145                            |
| 1952/53 | 11.172   | 5.161               | 64%  | 2.878                       | 36% | 8.039                            |
| 1953/54 | 13.840   | 3.185               | 29%  | 7.895                       | 71% | 11.080                           |
| 1954/55 | 16.000   | 6.400               | 53%  | 5.757                       | 47% | 12.157                           |
| 1955/56 | 13.910   | 6.623               | 60%  | 4.379                       | 40% | 11.002                           |
| 1956/57 | 27.715   | 15.847              | 74%  | 5.434                       | 26% | 21.281                           |
| 1957/58 | 21.883   | 12.016              | 71%  | 4.892                       | 29% | 16.908                           |
| 1958/59 | 20.032   | 9.014               | 61%  | 5.871                       | 39% | 14.885                           |

|          |         |         |     |         |     |         |
|----------|---------|---------|-----|---------|-----|---------|
| 1959/60  | 34.852  | 14.284  | 59% | 9.989   | 41% | 24.273  |
| 1960/61  | 47.630  | 22.176  | 66% | 11.206  | 34% | 33.382  |
| 1961/62  | 76.656  | 33.355  | 65% | 17.752  | 35% | 51.107  |
| 1962/63  | 58.180  | 29.815  | 77% | 9.052   | 23% | 38.867  |
| 1963/64  | 62.000  | 32.769  | 74% | 11.485  | 26% | 44.254  |
| 1964/65  | 94.420  | 38.872  | 60% | 25.638  | 40% | 64.510  |
| 1965/66  | 76.645  | 29.032  | 57% | 22.017  | 43% | 51.049  |
| 1966/67  | 93.535  | 30.874  | 48% | 33.251  | 52% | 64.125  |
| 1967/68  | 85.845  | 32.512  | 53% | 28.880  | 47% | 61.392  |
| 1968/69  | 70.000  | 16.536  | 35% | 30.655  | 65% | 47.191  |
| 1969/70  | 101.720 | 31.558  | 48% | 34.068  | 52% | 65.626  |
| 1970/71  | 101.100 | 28.574  | 41% | 40.357  | 59% | 68.931  |
| 1971/72  | 154.285 | 18.010  | 16% | 92.981  | 84% | 110.991 |
| 1972/73  | 135.885 | 21.391  | 20% | 86.453  | 80% | 107.844 |
| 1973/74  | 182.850 | 26.368  | 17% | 125.929 | 83% | 152.296 |
| 1974/75  | 232.530 | 73.239  | 41% | 106.868 | 59% | 180.107 |
| 1975/76  | 184.870 | 52.223  | 37% | 88.790  | 63% | 141.013 |
| 1976/77  | 281.250 | 60.795  | 31% | 133.421 | 69% | 194.216 |
| 1977/78  | 430.830 | 15.228  | 5%  | 307.762 | 95% | 322.990 |
| 1978/79* | 438.000 | 16.598  | 5%  | 321.372 | 95% | 337.970 |
| 1979/80* | 447.840 | 26.662  | 9%  | 284.361 | 91% | 311.023 |
| 1980/81* | 555.290 | S/D     | S/D | S/D     | S/D | S/D     |
| 1981/82* | 457.433 | S/D     | S/D | S/D     | S/D | S/D     |
| 1982/83  | 618.777 | 86.428  | 19% | 369.588 | 81% | 456.016 |
| 1983/84  | 571.890 | 82.256  | 21% | 317.988 | 79% | 400.244 |
| 1984/85  | 546.380 | 161.466 | 37% | 278.006 | 63% | 439.472 |
| 1985/86  | 434.630 | 202.695 | 50% | 206.258 | 50% | 408.953 |
| 1986/87  | 250.125 | 175.724 | 50% | 177.711 | 50% | 353.435 |
| 1987/88  | 350.010 | 204.974 | 60% | 137.806 | 40% | 342.780 |
| 1988/89  | 383.570 | 245.931 | 71% | 101.694 | 29% | 347.625 |
| 1989/90  | 325.330 | 219.112 | 70% | 95.962  | 30% | 315.074 |
| 1990/91  | 325.339 | 174.862 | 76% | 54.736  | 24% | 229.598 |
| 1991/92  | 4.200   | 47.743  | 91% | 4.636   | 9%  | 52.379  |
| 1992/93  | 42.900  | 54.232  | 73% | 20.256  | 27% | 74.488  |

\*Dados divergentes nessas safras<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> Nessas safras os dados apresentados no diário de cana da usina, que está disponível no processo de falência da Usina Santa Maria não correspondem aos dados apresentados por Garcia Jr. (1989), assim, priorizou-se os dados

Fonte: Das safras de 1931 a 1964 *Anuário Açucareiro* (edições: 1936, 1939, 1943, 1948, 1949, 1952, 1955, 1961 e 1967). Das safras de 1965 a 1982 Garcia Jr. (1989). Das safras de 1983 a 1993 Processo falência da Usina Santa Maria, diário de cana da usina. S/D significa sem dados.

A produção da Usina Santa Maria nos primeiros anos sob o comando do Solon Lyra Lins apresentou um aumento na quantidade de açúcar produzido em relação à quantidade de açúcar produzido durante o controle do Francisco de Assis e sua família. A safra de 1945/46 foi a que registrou a maior produção da usina sob o controle da família Assis, produzindo um total de 21.368 sacos de açúcar. Após 10 anos da usina sob o controle do Solon Lyra Lins, na safra de 1961/1962, a usina produziu 76.656 sacos de açúcar, o que representa um aumento de cerca de 258% em relação à maior produção de açúcar durante a gestão da família Assis (safra de 1945/46). O aumento na produção é equivalente ao aumento na quantidade de cana moída provinda de fornecedores, que na safra de 1961/1962 aumentaram cerca de 58,41% em relação à safra anterior. Portanto, o aumento da produção nesse período ocorre pelo aumento na quantidade de cana fornecida e não por canas da própria usina. Em pesquisa documental, nesse período não há registro de compras ou arrendamentos de propriedades da usina, como detalharemos no capítulo seguinte.

Tal crescimento da usina sob o controle do Solon Lyra Lins é visível no próprio espaço físico quando se olha a chaminé da usina. Segundo o entrevistado Geraldo Trajano<sup>44</sup>, a chaminé foi construída em 14 de novembro de 1945, período de comando da família Assis, e a altura da chaminé era até o primeiro anel. Após a compra da usina, no período do Solon Lyra Lins a chaminé cresceu mais três anéis, aumentando cerca de 10 metros, simbolizando a superioridade do novo usineiro.

---

de Garcia Jr. por serem embasados no IAA. Segundo o diário de cana da usina, nas safras de 1978/79, 1979/80 e 1981/82 não houve produção de açúcar. Na safra de 1980/81 os dados apresentados por Garcia Jr. (1989) divergem dos dados apresentados por Lima e Aragão (1999), que estão embasados nos relatórios da Associação de Plantadores de Cana da Paraíba (ASPLAN) colocam que nessa safra a usina produziu 535.290 sacos de açúcar.

<sup>44</sup> Geraldo Trajano trabalhou na Usina Santa Maria, atualmente é um dos proprietários da área do parque industrial da usina, guarda tanto fotos da usina como móveis do Solon Lins. Entrevista realizada em maio de 2022.

**Figura 2.27** - Chaminé de alvenaria da Usina Santa Maria



Fonte: Acervo do projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social no Brejo Paraibano no século XXI”.  
Autoria: Caterine Soffiati. Foto tirada em maio de 2022.

Os anéis são essa estrutura de ferro, que circula a chaminé, na foto podemos visualizar cinco anéis. Se a foto for ampliada é possível visualizar que o material utilizado não é o mesmo, até o primeiro anel foi utilizado um tipo de tijolo diferente do utilizado nos últimos anéis. Posteriormente, além da chaminé de alvenaria, foram construídas mais três chaminés metálicas com ventiladores e exaustores.

Além do aumento na produção de açúcar sob o comando do Solon Lyra Lins, os primeiros anos do novo proprietário também são caracterizados pelo registro de infrações da usina, ao comercializar açúcar clandestino, como vemos:

Figura 2.28 - Descrição do ato de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1953

|  |  |
|--|--|
| <p>Autuada — USINA SANTA MARIA — Viúva Francisco de Assis &amp; Filhos.<br/> Autuantes — ELSON BRAGA e outros.<br/> Processo — A. I. 149/53 — Estado da Paraíba.<br/> <i>Auto de infração</i> — Arts. 25, 26, 144, 145 e 146 do Dec.-lei nº 3.855, de 21/11/1941.</p> <p><b>A C Ó R D A O N.º 2.557</b></p> <p>Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é autuada a Usina Santa Maria, de propriedade da Viúva Francisco de Assis &amp; Filhos, localizada no município de Areia, Estado da Paraíba, por infração aos arts. 25, 26, 144, 145 e 146, do Decreto-lei nº 1.831, de 4/12/39, e autuantes os fiscais deste Instituto, Elson Braga e outros, a Primeira Turma de Julgamento da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool,</p> <p>Considerando que está provada a infração pelas diversas peças do presente processo;</p> <p>Considerando que a própria autuada confessa, a sua culpa na defesa autuada em separado, por ter</p> | <p>sido apresentada fora do prazo legal e sem forma nem figura de juízo;</p> <p>Considerando ser a infratora primária,</p> <p>acorda, por unanimidade, em julgar procedente o auto, para o fim de condenar a Usina Santa Maria ao pagamento da multa de Cr\$ 1.000,00 (artigo 26 do Dec.-lei nº 3.855, de 21/11/41), e mais a multa de ..... Cr\$ 11.164,70 (art. 146 do mesmo diploma legal), dôbro da quantia indevidamente retida, além do recolhimento da taxa sonogada.</p> <p>Intime-se, registre-se e cumpra-se.<br/> Comissão Executiva, 25 dem aio de 1955.<br/> <i>Castro Azevedo</i> — Presidente; <i>José Vieira de Melo</i> — Relator; <i>Válter de Andrade</i>.<br/> Fui presente — <i>J. Mota Maia</i> — 1º Subprocurador Geral.<br/> ("D. O.", 26/7/55.)</p> |
|--|--|

Fonte: Revista Brasil Açucareiro (1955).

No ano de 1953, a Usina Santa Maria foi autuada pelo IAA por infringir o Decreto-Lei n. 3.855 de 1941, o Estatuto da Lavoura Canavieira de 1943. A Usina Santa Maria foi autuada por infringir os artigos 25, 26, 144, 145 e 146 do Estatuto da Lavoura Canavieira, que são apresentados a seguir:

Art. 25. Ficam as usinas e destilarias obrigadas a manter um livro, segundo modelo organizado pelo Instituto, no qual lançarão diariamente as quantidades de canas recebidas dos seus fornecedores.

Parágrafo único. A obrigação consignada neste artigo é extensiva a quaisquer intermediários que recebam canas de lavradores para entregar às usinas ou destilarias.

Art. 26. A falta do livro a que alude o artigo anterior será punida com multa de 1:000\$0 a 10:000\$0.

Art. 144º Fica instituída, para o financiamento dos fornecedores, a taxa de 1\$0 por tonelada, de cana que incidirá sobre toda a produção efetivamente entregue pelos fornecedores às usinas ou destilarias.

Parágrafo único. A taxa a que se refere este artigo entrará em vigor na data da publicação da Resolução da Comissão executiva regulamentando a respectiva cobrança, arrecadação e financiamento e será devida pelos fornecedores na ocasião da entrega das canas.

Art. 145º O receptor de cana é obrigado a deduzir da importância ser paga ao fornecedor a quantia correspondente à taxa pôr este devida, recolhendo-a, quinzenal ou mensalmente, aos cofres do Instituto.

Art. 146º O receptor que deixar de recolher, nos prazos e formas regulamentares, as taxas devidas pelos seus fornecedores, ficará sujeito ao pagamento de multa

correspondente ao dobro da quantia indevidamente retida, além do recolhimento da taxa (BRASIL, 1941).

Como identificado na figura 25 a usina foi autuada em 1953<sup>45</sup> pela fiscalização do IAA e em 1955 a comissão executiva do IAA realizou o julgamento, no qual a usina deveria pagar no total uma taxa de doze mil, cento e sessenta e quatro e setenta centavos, em cruzeiros (12.164,70). Em 1960, a usina foi autuada novamente.

**Figura 2.29** - Descrição do ato de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1960

**Autuado: SOLON LYRA LINS (USINA SANTA MARIA)**  
**Autuante: ADEILDO ROSA DE LIMA**  
**Processo: A. I. 652/60—Estado da Paraíba.**

**Julga-se procedente o auto quando comprovada a referência, em nota de remessa, a guia de recolhimento inexistente.**

**ACÓRDÃO Nº 5.879**

ACORDA, por unanimidade, em julgar procedente, em parte, o auto, condenada a Usina infratora ao pagamento da multa de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), grau mínimo do art. 39 do Decreto-lei 1.831, de 4.12.39, sobre cada uma das quatro notas de remessa emitidas com referência a guia de recolhimento inexistente, excluída a de fls. 30, datada de 5.1.60 e improcedente quanto à capitulação dos arts. 64 e 65, visto que a figura da sonegação não mais existia quando na lavratura do presente auto, recorrendo-se "ex-officio" para a instância superior.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.  
 Comissão Executiva, 14 de Fevereiro de 1962.

*Hélio Cruz de Oliveira—Presidente.  
 Domingos José Aldrovandi—Relator.  
 Gustavo Fernandes de Lima Fui presente: Rodrigo de Queiroz Lima—Procurador.*

("D. O.", 10-5-62).

Fonte: *Brasil Açucareiro* (1962).

<sup>45</sup> Lembrando que em 1953 a Usina Santa Maria no cadastro do IAA ainda estava no nome da viúva do Francisco de Assis e filhos, mas que na prática nesse período a usina já estava sob o comando do Solon Lira Lins.

Figura 2.30 - Descrição dos atos de infração cometido pela Usina Santa Maria, em 1960

Autuado: SOLON LYRA  
LINS (USINA SANTA  
MARIA)  
Autuantes: ADEILDO ROSA  
DE LIMA e Outro  
Processo: A. I. 656/60—Es-  
tado da Paraíba.

Constitui infração ao De-  
creto-lei 1831, de 4-12-39, o  
não recolhimento da taxa  
de defesa, bem como fazer  
referência à guia de reco-  
lhimento inexistente.

ACÓRDÃO Nº 7 160

ACORDA, por unanimidade,  
em julgar procedente o auto,  
para o fim de condenar o au-  
tuado ao pagamento da multa  
de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cru-  
zeiros) por nota de remessa  
em que fez referência a guia  
de recolhimento inexistente,  
em número de onze e no mon-  
tante de Cr\$ 22.000,00 (vinte  
e dois mil cruzeiros), mais a  
multa de Cr\$ 10,00 (dez cru-  
zeiros) por saco de açúcar so-  
negado à tributação, sobre  
795 sacos, na importância de  
Cr\$ 7.950,00 (sete mil nove-  
centos e cinquenta cruzeiros),  
totalizando as multas Cr\$...  
29.950,00 (vinte e nove mil  
novecentos e cinquenta cru-  
zeiros), na forma dos arts.  
39 e 65, respectivamente, do  
Decreto-lei 1.831, de 4 de de-  
zembro de 1939.

Intime-se, registre-se e cum-  
pra-se.

Comissão Executiva, 7 de  
abril de 1964.

Fonte: Brasil Açucareiro (1964).

As duas autuações da Usina Santa Maria no ano de 1960 são de infrações do Decreto-Lei n. 1.831 de 1939, decreto que antecedeu o Estatuto da Lavoura Canavieira. Segundo Szmrecsányi:

O decreto-lei proibia às usinas e engenhos a estocagem e a comercialização de açúcar a granel. Toda a produção deveria ser imediatamente acondicionada em sacos de 60 kg, nos quais deveriam estar registrados em tinta indelével o nome da usina ou do engenho de origem, e a data de fabricação do produto (1979, p.199).

Na primeira infração de 1960, o julgamento ocorreu em 1962, no valor de dois mil cruzeiros (2.000,00) a serem pagos pela usina por não apresentar nota de remessa e guia de recolhimento. A segunda infração, foi julgada em 1964, totalizando vinte e nove mil cruzeiros (29.000,00) por fazer referência a guia de recolhimento e nota de remessa inexistente, e por sonegar impostos da produção de açúcar, penalidades definidas nos artigos 39 e 65 do Decreto- Lei n. 1.831 de 1939:

Art. 39. O fabricante, que lançar na nota de remessa a referência a uma guia de pagamento de taxa inexistente, ou cujo valor em sacos não mais comporte, total ou parcialmente, as quantidades constantes da nota de remessa, ou que deixar de anotar, na guia de pagamento da taxa, a nota de remessa que lhe fizer referência, incorrerá em multa de 2:000\$0 a 10:000\$0, tratando-se de usina, ou de 50\$0 a 500\$0, se engenho, além das penalidades que no caso couberem por sonegação da taxa de defesa.

Art. 65. A sonegação das taxas de defesa, relativas ao açúcar produzido dentro da limitação, além da cobrança da taxa devida, acarretará a multa de 10\$0 por saco de açúcar sonegado à tributação (BRASIL,1939).

Importante pontuar que a Revista *Brasil Açucareiro* durante seus anos de publicação, passou por diversas modificações. Logo, não são todas as edições que possuem uma parte destinada aos ‘Julgamentos da Comissão Executiva do IAA’, portanto podem ter ocorridos outras autuações, mas não temos acesso aos registros. A comercialização de açúcar clandestino, além de constar nos registros documentais, é relembada pelo entrevistado João Evangelista<sup>46</sup>, que descreve em detalhe as práticas fraudulentas:

eu me lembro, eu trabalhava lá e me lembro, tinha uma peça de metal assim que o cara que trabalhava no armazém quando saia, ele batia no saco "assim". Quando deixava de registrar, de carimbar esse logotipo da usina, porque era o saco de algodão, né? [...] Era saco de algodão e era sessenta quilos. Então eles pegavam o saco, já fazia na hora e ia enchendo. Quando eles deixava de carimbar, que eles não queria pagar imposto, tal. Porque o IAA, ele cobra o imposto, o IAA cobrava o imposto como se fosse o IPI de qualquer outra indústria. A usina pagava IAA. Então eles iam pela numeração, tá certo? Então eles quando não queria, eles não carimbava o saco, aí a gente chamava o saco "bucho branco", que não tinha o emblema. Aí o outro dizia "esse caminhão vai sair agora pra Arara com cem sacos de açúcar e é bucho branco". Aí tinha que pegar um motor e botar de dez horas da noite, onze, às vezes saía até armado, porque se encontrasse um guarda fiscal, era capaz de matar, mas tinha que passar.

---

<sup>46</sup> Idem rodapé 22.

Como contou o entrevistado, o açúcar clandestino, nomeado de “bucho branco” justamente por não conter a logomarca da usina e a numeração, era uma estratégia utilizada pelo usineiro para comercializar o produto sem pagar os impostos estabelecidos pelo IAA. Tal fato, além de revelar uma forma de corrupção, evidencia que os dados de produção de açúcar presentes nos relatórios do IAA, que são utilizados nesta dissertação, englobam somente os de açúcar devidamente registrados.

As infrações cometidas pelo usineiro significam mais do que isso, elas revelam a falta de disposições necessárias para seguir as regras burocráticas impostas pela nova ordem, tanto o livro do balanço das entradas de cana como a embalagem numerada dos sacos de açúcar, fazem parte dessa nova lógica de contabilidade, que difere da contabilidade de um engenho por exemplo. O descompasso entre o *habitus* do usineiro e a estrutura econômica também foram apresentados na fala de um dos entrevistados, que contou que o Solon Lins contratou um contador para a usina e o mesmo solicitou que o financeiro da usina fosse organizado de determinada maneira, mas seu Solon Lins alegou que por ele ser o dono, a forma como ele mandasse, era pra ser obedecida.

Outra forma para impulsionar a produção era a seleção de sementes de cana-de-açúcar de alto padrão, como confirma a figura 29 reproduzida abaixo:

**Figura 2.31** - A Usina Santa Maria recebeu sementes do IAA em 1965

**PARAÍBA RECEBEU SEMENTES**

**Cento e quarenta mil quilos de sementes de cana-de-açúcar, de elevado rendimento agrícola já chegaram a João Pessoa, como parte de um plano de desenvolvimento da agroindústria açucareira da Paraíba, elaborado pelo I.A.A. em colaboração com as autoridades paraibanas. Inicialmente, será beneficiada a Usina Santa Maria, no Município de Areia.**

Fonte: Brasil Açucareiro (1965).

Nesse período temos o registro do IAA distribuindo sementes de cana-de-açúcar de elevado rendimento agrícola para a Usina Santa Maria, para aumentar a sua produção. Cabe pontuar que a iniciativa foi das autoridades paraibanas em conjunto com o IAA, e que a Usina Santa Maria foi a primeira a ser beneficiada, sendo que as sementes chegaram em João Pessoa

e existiam usinas mais próximas a capital do que o município de Areia. A escolha da Usina Santa Maria como a primeira usina a receber as sementes de elevado rendimento agrícola revela as ligações políticas com o governo do estado, o qual, no ano de 1965, tinha como governador, Pedro Gondim, que como já mencionado, possuía uma relação próxima com a família Lyra Lins.

Posteriormente, em 1971, o IAA desenvolveu um programa específico sobre o tema, o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar, conhecido como PLANALSUCAR, que visava uma rápida expansão do setor através do melhoramento da cana-de-açúcar, buscando variedades de cana com poder genético mais forte, de elevada produção e mais resistentes a pragas, para, assim, o Brasil atingir a condição de maior produtor de açúcar mundial (SZMRECSÁNYI, 1979). Nos documentos encontramos registros da Usina Santa Maria vinculada ao PLANALSUCAR. No caso, um questionário do programa que era enviado para ser preenchido nas usinas ou destilarias, para realizar o levantamento das safras, para possibilitar a formulação do Plano Safra.

**Figura 2.32** - Documento do PLANALSUCAR preenchido pela Usina Santa Maria

PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA CANA DE-AÇÚCAR

CONOR / NREI

2ª ESTIMATIVA DA SAFRA 1988/89

REGIÃO NORTE/NORDESTE I

USINA/DESTILARIA: USINA SANTA MARIA S/A

MUNICÍPIO : AREIA ESTADO: PARAÍBA

1 - SETOR AGRÍCOLA: Tomar por base os dados até 15.11.88

1.1. CANAS PRÓPRIAS E/OU DE ACIONISTAS

a) ÁREA DE CORTE PARA SAFRA 1988/89

| DISCRIMINAÇÃO | ÁREA (ha)    |              |              | PRODUÇÃO (t)       |                    |                    |
|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|               | COLHIDA      | A COLHER     | TOTAL        | MOIDA              | A MOER             | TOTAL              |
| Cana 1ª Corte | 710          | 200          | 910          | 2.600.000          | 2.000.000          | 4.600.000          |
| 2ª Corte      | 650          | 80           | 730          | 35.750.000         | 4.400.000          | 40.150.000         |
| 3ª Corte      | 1.217        | 2.664        | 3.881        | 8.690.400          | 106.559.600        | 115.250.000        |
| Outras (*)    | -            | -            | -            | -                  | -                  | -                  |
| <b>TOTAL</b>  | <b>2.577</b> | <b>2.944</b> | <b>5.521</b> | <b>127.040.400</b> | <b>122.959.600</b> | <b>250.000.000</b> |

(\*) Com mais de 3 Cortes

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

O questionário possui quatro páginas, divididas em três partes. A primeira parte coleta informações sobre o setor agrícola, como podemos visualizar na figura, envolvendo a área colhida, a produção, cortes, cana dos fornecedores e variedades das canas. A segunda parte é sobre o setor industrial, com informações sobre a produção de açúcar e álcool. A terceira envolve o comportamento técnico da safra, com dados sobre o período de moagem, horas de moagem e capacidade de produção. Este documento evidencia que a Usina Santa Maria participou do PLANALSUCAR, e que o aumento na produção de açúcar da usina pode se relacionar com o programa, mas cabe destacar que a utilização das novas variedades realmente eficientes para cada região poderiam demorar cerca de 10 anos segundo o relatório Mangelsdorf<sup>47</sup> (SZMRECSÁNYI, 1979), o que significa que os impactos do PLANALSUCAR não são evidentes na produção dos anos 1970.

Nos anos 1970, a produção de açúcar da usina atingiu um novo índice de produção, na safra de 1969/70 foram produzidos 101.720 sacos de açúcar, uma quantidade superior a todas as outras safras anteriores. Aproximadamente a cada safra, nos anos 1970, a usina superou a produção das safras anteriores, atingindo a cada safra um novo recorde de produção, chegando a produzir na safra de 1979/80 o total de 447.840 sacos de açúcar, uma produção cerca de 340% superior à da safra de 1969/70.

O expressivo aumento na produção de açúcar da Usina Santa Maria está relacionado tanto ao seu auge de expansão territorial ocorrido no final dos anos 1970, como ao aumento na quantidade de cana proveniente dos fornecedores. Como destacado por Garcia Jr.:

É apenas durante a década de 1970 que a produção é multiplicada por 4,5 vezes, assim chegando perto da média nacional. A cana esmagada cresce no mesmo período em igual proporção. Não parece ter havido progressos notáveis na produtividade agrícola por hectare, e assim este crescimento da cana esmagada provém de um crescimento proporcional da área cultivada de cana-de-açúcar (1989, p.217).

Segundo os dados do IAA, na safra de 1970/71 a Usina Santa Maria moeu 68.931 toneladas de cana, na safra seguinte a usina teve um aumento de cerca de 61% na quantidade de cana esmagada, esmagando no total 110.991 toneladas. A safra de 1978/79 foi a que a usina esmagou a maior quantidade de cana nos anos 70, esmagando no total 337.970 toneladas, o que representou um aumento de cerca de 390% em relação à cana esmagada na safra de 1970/71.

No início dos anos 80, a usina atingiu um novo recorde de produção, sendo produzidos na safra de 1980/81 o total de 555.290 sacos de açúcar de cinquenta quilos. Após dois anos,

---

<sup>47</sup> Relatório escrito por Albert J. Mangelsdorf, que foi divulgado pelo IAA em 1967, no qual o autor apontava os requisitos básicos para um programa de melhoramento da cana ser eficiente (SZMRECSÁNYI, 1979).

na safra de 1982/83 a usina registrou um novo aumento, produzindo 618.777 sacos de açúcar, que foi a maior produção de açúcar da sua história. Na mesma safra, a usina esmagou a maior quantidade de cana da sua história, moendo um total de 456.016 toneladas de cana, desse total, 88% foi destinado à produção de açúcar. Importante destacar que na safra de 1982/83 a cana provinda da própria usina foi de 86.428 toneladas, a maior quantidade registrada em relação às safras anteriores, o que representa um aumento de cerca de 224% em relação à safra de 1979/80, na qual foram esmagadas 26.662 toneladas de canas próprias, um aumento extremamente superior ao aumento ocorrido na cana fornecida no mesmo período, que foi de 29%. A cana provinda dos fornecedores na safra de 1982/83 foi a maior da história da usina, sendo fornecidas 369.588 toneladas.

Na safra de 1986/87 ocorreu uma queda na produção de açúcar, sendo produzidos 250.125 sacos, o que representa uma queda de cerca de 42% em relação à safra anterior. Tal queda é justificável pela utilização de cerca de 58% da cana moída para a produção de álcool, ocupando nessa safra o açúcar um local secundário.

No final dos anos 80 ocorre uma mudança significativa em relação à origem da cana moída na usina. Na safra de 1985/86, 50% da cana provinha da própria usina, na safra de 1987/88 a maioria da cana moída era da própria usina, cerca de 60%, proporções que anteriormente aos anos 80 só ocorreram nos anos 1960. Na safra de 1988/89 é registrado um total de 245.931 toneladas de cana moída provinda da própria usina, que representa um aumento de cerca de 822% em relação à safra de 1979/80, na qual foram moídas 26.662 toneladas de cana da própria usina. Tal aumento está diretamente relacionado aos contratos de arrendamentos realizados pela usina nesse período, no qual foram arrendados no total 1.910 hectares, como será descrito posteriormente.

Ressalta-se que enquanto a cana provinda da própria usina aumentava, a quantidade de cana fornecida diminuía. Na safra de 1988/89 foram fornecidas 101.694 toneladas, o que representa uma diminuição de cerca de 72% em relação à safra de 1982/83, que registrou o fornecimento de 369.588 toneladas. Comparando as mesmas safras, temos que ocorreu uma queda de 23% na quantidade total de cana moída pela usina.

### **2.2.2 A produção de álcool na Usina Santa Maria: de 1955 a 1993**

A produção de álcool hidratado, segundo o *Anuário Açucareiro*, pela Usina Santa Maria começou a partir de 1955, tendo a primeira produção o total de 7.600 litros, uma quantidade irrisória.

**Tabela 2.5** - Produção de álcool hidratado da Usina Santa Maria, por ano, de 1955 a 1965<sup>48</sup>

| <b>Ano</b> | <b>Produção álcool da Usina Santa Maria (L)</b> | <b>Produção em relação a Paraíba (%)</b> |
|------------|---|--|
| 1955       | 7.600   | 0,77%                                    |
| 1956       | 5.000   | 0,35%                                    |
| 1957       | 27.200  | 1,61%                                    |
| 1958       | 27.772  | 1,45%                                    |
| 1959       | 27.688  | 1,31%                                    |
| 1960       | 28.400  | 0,87%                                    |
| 1961       | 44.500  | 1,83%                                    |
| 1962       | 47.400  | 1,55%                                    |
| 1963       | 39.600  | 1,41%                                    |
| 1964       | 31.600  | 0,77%                                    |
| 1965       | 34.000  | 1,02%                                    |

Fonte: Anuário Açucareiro (1953, 1960 e 1967).

A maior produção de álcool na Usina Santa Maria nos anos 50 ocorreu no ano de 1958, quando a usina produziu 27.772 litros. Nos anos 1960, a usina apresenta um crescimento na quantidade de álcool produzido, sendo que, no ano de 1962, por exemplo, a usina produziu 47.400 litros de álcool, quantidade 70% superior à do ano de 1958.

A produção de álcool na Usina Santa Maria se torna mais significativa após o Proálcool, especialmente após 1978 quando a destilaria Santa Maria já estava construída e estava autorizada a produzir 6 milhões de litros de álcool, sendo 5 milhões de álcool anidro e 1 milhão de álcool hidratado. Nos registros anteriores a 1978 a produção de álcool da usina Santa Maria era restrita a apenas álcool hidratado, a partir da implementação da destilaria anexa é que inicia-se a produção de álcool anidro. A diferenciação entre os dois tipos de álcool é em relação a quantidade de água presente,

Os dois tipos de álcool seguem o mesmo processo de fabricação até eles serem fermentados. Da fermentação, surge o álcool hidratado, com uma taxa de aproximadamente 95% de etanol. Para se obter o álcool anidro é preciso passar o etanol pelo processo de desidratação, que ocorre com a destilação fracionada, em que se evapora a água após separá-la do álcool (NOVA CANA, 2012).

<sup>48</sup> Os dados de produção de álcool da Usina Santa Maria não foram encontrados em sua totalidade, como os do açúcar. O primeiro recorte de produção de álcool encontrado é de 1955 a 1965, depois somente a partir do ano de 1978 são encontrados novos dados da produção alcooleira. Assim, esta dissertação não contém dados de cerca de 11 anos da produção de álcool da usina (de 1966 a 1977), mas contempla o período do Proálcool.

**Tabela 2.6-** Produção de álcool hidratado e anidro da Usina Santa Maria, em litros, após o Proálcool

| <b>Safra</b> | <b>Produção de álcool (litros)</b> | <b>Cana moída para a produção de álcool (%)</b> | <b>Cana moída para a produção de açúcar (%)</b> |
|--------------|------------------------------------|---|---|
| 1978/79      | 1.744.700                          | S/D   | S/D   |
| 1979/80      | 6.830.180                          | 10%   | 90%   |
| 1980/81      | 2.640.000 (*)                      | S/D   | S/D   |
| 1981/82      | 1.600.300                          | S/D   | S/D   |
| 1982/83      | 5.003.900                          | 12%   | 88%   |
| 1983/84      | 4.720.000                          | 14%   | 86%   |
| 1984/85      | 7.596.578                          | 26%   | 74%   |
| 1985/86      | 10.798.600                         | 40%   | 60%   |
| 1986/87      | 12.483.000                         | 58%   | 42%   |
| 1987/88      | 9.421.400                          | 40%   | 60%   |
| 1988/89      | 10.276.000                         | 40%   | 60%   |
| 1989/90      | 7.564.000                          | 40%   | 60%   |
| 1990/91      | 1.819.850                          | 12%   | 88%   |
| 1991/92      | 2.530.000                          | 83%   | 17%   |
| 1992/93      | 2.400.000                          | 58%   | 42%   |

Fonte: Processo falência da Usina Santa Maria (livro de produção diária). Safra 1980/81: Garcia Jr. (1989). S/D significa sem dados.

Segundo Garcia Jr. (1989), na safra de 1980/81 não houve cana esmagada para a produção de álcool, sendo a produção resultado de mel comprado de outra usina. Segundo os documentos, nas safras de 1978/79 e 1981/82 a usina produziu álcool, mas não houve cana moída, nos documentos não constam explicações da procedência do produto usado na fabricação do álcool nessas safras.

Considerando o contexto do Proálcool, as vantagens oferecidas para a fabricação do produto e o cenário economicamente favorável para a comercialização do álcool, inclusive sendo carros movidos a álcool fabricados no país, a Usina Santa Maria continuou a concentrar sua atividade produtiva no açúcar. Na tabela é possível visualizarmos que na Usina Santa Maria, na maioria das safras, a maior parte da cana moída era destinada à fabricação de açúcar.

A escolha do usineiro em dar ênfase a produção açucareira, quando os outros usineiros estavam substituindo o açúcar pelo álcool e sem a concorrência local para a comercialização do produto, afinal, a principal concorrente regional, a Usina Tanques, não possuía destilaria de álcool, pode nos indicar a falta de disposições necessárias para a fabricação do álcool.

Apenas em três safras, a maior parte da cana moída foi destinada a produção alcooleira, em 1986/87, quando a usina registrou a sua maior produção de álcool, produzindo 12.483.000 litros, período no qual a produção açucareira da usina estava começando a declinar, comparando a produção açucareira na safra de 1982/83 com a produção da safra de 1985/86 ocorreu uma queda de 30%, assim evidenciando que o favorecimento da produção de álcool ocorreu em período de dificuldades na produção de açúcar. Nas safras de 1991/92 e 1992/93, a maior parte da cana moída também foi destinada a produção de álcool, nesse período a usina estava nos seus últimos anos de funcionamento, já com falência decretada e no ano de 1992 estava sob o controle da empresa AGROENGE Agropecuária e Engenharia Ltda, que possuía sede em Brasília.

Como vimos na parte inicial do capítulo, o Estado teve um papel central na expansão do parque industrial da Usina Santa Maria, através dos programas do IAA e do Proálcool, mesmo com acesso a tais investimentos a usina durante seu período de funcionamento continuou a ocupar um local periférico tanto na produção de açúcar, como na de álcool. O que nos faz reafirmar as contestações de Garcia Jr. (1989, p.227), de que a reprodução das condições sociais de produção da Usina Santa Maria ocorreu através do Estado “servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante”.

### **CAPÍTULO 3**

#### **A EXPANSÃO TERRITORIAL E A ACUMULAÇÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO DA USINA SANTA MARIA**

Ainda que uma usina não precise necessariamente de terras para funcionar, afinal sua matéria prima, a cana-de-açúcar, pode ser adquirida através dos fornecedores, como pontuou Andrade (1986), as usinas querem além do lucro industrial, o agrícola. Tal constatação faz com que, não raro, expandam seus domínios de terras, chegando a ter, alguns casos, imensas áreas como propriedades próprias ou arrendadas. Todavia, como mostraremos neste capítulo, o que nos chama a atenção no caso da expansão territorial da Usina Santa Maria foi o fato de ter expandido suas terras exatamente em períodos de vigência de programas públicos específicos para o desenvolvimento e ampliação do setor industrial sucroalcooleiro.

No trabalho de levantamento realizado junto ao acervo da usina Santa Maria, chamou-nos a atenção a própria forma como os documentos referentes às propriedades da Usina Santa Maria foram acumulados e organizados. Cientes de que a acumulação dos documentos ocorre de acordo com o interesse de quem os organiza (SORÁ,2015), todos os documentos de propriedades da usina estavam organizados em pastas devidamente nomeadas e, na maioria dos casos, uma mesma propriedade possuía mais de um documento alegando sua existência, o que difere dos documentos relacionados ao patrimônio industrial da usina, pouco acumulado pela administração.

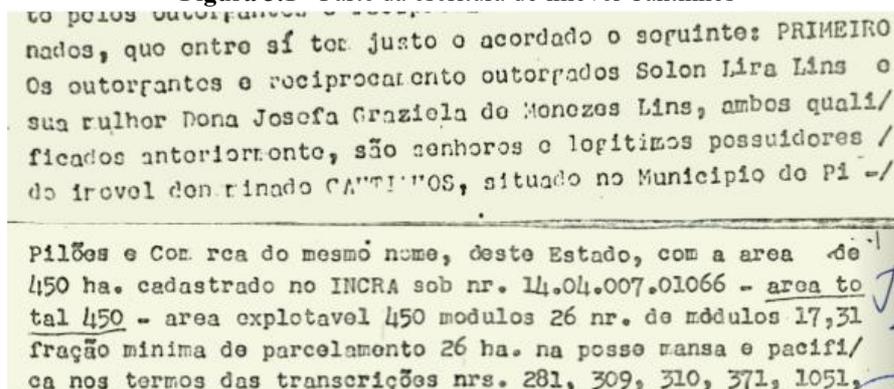
Outro aspecto que deve ser ressaltado inicialmente é que em tais pastas das certidões de propriedade da usina existem tanto documentos de propriedades em nome da usina, quanto de propriedades em nome de seu segundo e último proprietário, Solon Lins. Conforme demonstrou a pesquisa, as propriedades registradas em nome do Solon Lins são utilizadas pela usina e, por este motivo, são consideradas na análise de todas as propriedades. De fato, nesse sentido, a existência de documentos de propriedades do Solon Lins na sede administrativa da usina demonstra a ausência de separação entre o patrimônio particular do dono com o da empresa, o que fere, – e nesse sentido aponta para ausência de disposições mais recentes de gerenciamento-, um dos princípios da contabilidade moderna quando prega, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade de 1981, que “o patrimônio da entidade não se confunde com o dos seus sócios ou acionistas, ou proprietário individual”.

### 3.1 O início da expansão territorial da Usina Santa Maria

Em 1957, o geógrafo Manuel Correia de Andrade, acompanhado de um grupo de pesquisadores, realizou uma expedição pelas usinas localizadas no vale do Rio Mamanguape e, entre elas, estava a Usina Santa Maria, visitada no dia 18 de agosto daquele ano. A partir de sua pesquisa, Andrade (1997) constatou que a Usina Santa Maria iniciou sua expansão territorial após 1952, quando foi adquirida por Solon Lyra Lins, que já era proprietário dos engenhos Cantinhos, Rio do Braz e Tabocal, que somando com os hectares dos três engenhos, Mofumbo, Mofumbinho e Grutãosinho, onde ficava o parque industrial, totalizavam mais de mil hectares. Sendo assim, além de expandir a quantidade de terras, a compra da usina permitiu a expansão da usina para além do Município de Areia, pois as propriedades de Solon Lins eram localizadas no município vizinho, Pilões. Portanto, temos que o primeiro movimento de expansão da usina ocorreu com a utilização de terras que pertenciam previamente ao novo proprietário.

A propriedade Cantinhos possuía 450 hectares e foi registrada no nome do Solon Lyra Lins no dia quinze de janeiro de 1942. Ao norte da propriedade ficava o rio Pinturas, que era o marco divisório entre a propriedade e o Engenho Pinturas, pertencente a outro proprietário.

**Figura 3.1** - Parte da escritura do imóvel Cantinhos



Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Segundo o entrevistado João Evangelista<sup>49</sup>, a propriedade Cantinhos pertencia ao tio, Pedro Belizário, que cuidou do Solon Lyra Lins e do José Lyra Lins quando ficaram órfãos de pai, local onde Solon Lins passou sua infância, e após a morte do tio a propriedade ficou de herança para os dois sobrinhos. Não foram detectados documentos da propriedade Rio do Braz, mas em entrevista João Evangelista<sup>50</sup> comenta que a propriedade foi vendida no início

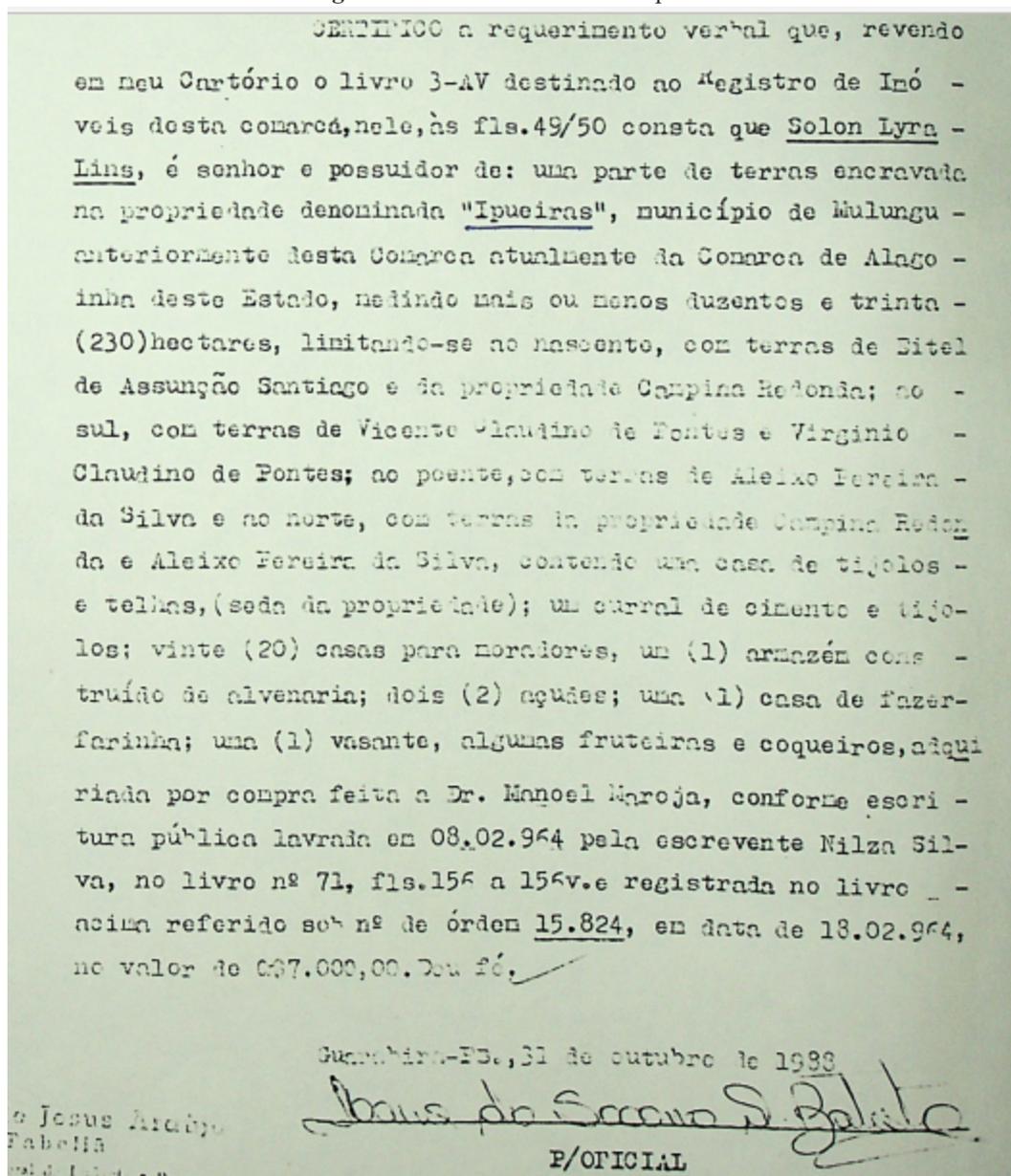
<sup>49</sup> Idem rodapé 22.

<sup>50</sup> Idem rodapé 22.

dos anos 1970, e que a propriedade Tabocal foi vendida na mesma época, mas a usina posteriormente a compra novamente como veremos aqui.

Após a compra da usina em 1952, os primeiros registros documentais de compra de propriedade são durante a década de 1960. A primeira propriedade comprada foi a Ipueiras, localizada no município de Mulungu, com uma área de 230 hectares, comprada no dia dezoito de fevereiro de 1964, como identificado na certidão abaixo:

Figura 3.2 - Certidão do imóvel Ipueira



Fonte: Acervo Documental Usina Santa Maria.

O entrevistado João Evangelista<sup>51</sup>, ao relembrar da propriedade Ipueira, conta que:

<sup>51</sup> Idem rodapé 22.

[...] houve um movimento aqui na Paraíba chamado as Ligas Camponesas, então muitas propriedades eram atacadas por esses trabalhadores...esses camponeses como eles chamavam. E esses camponeses era uma briga, ameaçava mesmo o proprietário. Dizia que vai amarrar e colocar um chocalho no proprietário. Era assim. e então, doutor Aguinaldo, que era dono da usina Tanques, eles tinham muita raiva. Doutor Aguinaldo tinha muita raiva deles, tanto é que é envolvido em um crime que mandou assassinar um líder político. Mas seu Solon, apesar de ter muitas terras e tudo, ele era um pacato e os camponeses, a Liga Camponesa não tinha raiva dele. E esse pessoal da fazenda Ipueira tinha muita briga com os camponeses, ele se sentiu ameaçado e seu Solon aproveitou e comprou a propriedade.”

A fala do entrevistado refere-se ao período no qual as Ligas Camponesas estavam se implantando na Paraíba e Pernambuco e se difundindo pelo Nordeste do país, em finais dos anos 50. No caso da Paraíba, os conflitos estavam cada vez mais intensos, principalmente após o assassinato de João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé em 1962, encomendado por Aguinaldo Borges, proprietário da Usina Tanques, e após a Tragedia de Mari<sup>52</sup>, em janeiro de 1964 (TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011). Esse contexto de grande instabilidade na região possibilitou a compra da propriedade Ipueira, segundo o entrevistado, a preço “de banana”, uma referência ao valor baixo da aquisição.

O entrevistado acrescenta que a propriedade Ipueira ficava na beira da estrada que liga Guarabira a Mari, e que tinha como finalidade principal a criação de búfalos, mas que também se plantava cana-de-açúcar em pequenas quantidades. De fato, a relação da propriedade Ipueira com a Usina Santa Maria pode ser identificada nas fichas de registro de empregado onde constam trabalhadores residindo na propriedade, como o caso da ficha de registro nº 1.584 abaixo.

---

<sup>52</sup> No município de Mari, vizinho ao município de Mulungu, em janeiro de 1964 ocorreu o episódio que levou à morte de 14 pessoas, “nesse conflito foi assassinado Antônio Galdino da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari, dois agricultores, o gerente da Usina São João, dois sargentos responsáveis pela segurança das usinas, três administradores e soldados” (RAMOS, 1989, apud TARGINO; MOREIRA; MENEZES, 2011).

Figura 3.3- Ficha de registro de empregado na propriedade Ipueira, em Mulungu

**REGISTRO DE EMPREGADOS** N.º 1584

FIRMA: USINA SANTA MARIA S/A. Kna: DISTRITO DE SANTA MARIA N.º S/N  
 CIDADE: AREIA ESTADO: PB. C.G.C. 08.711.210/0001-08 N.S.C. ESTADUAL 16.006.442-2

Data do Registro: 31/12/84

NOME: IVANISE FERNANDES DOS SANTOS

FILIAÇÃO: Pai: \*\*\*\*\*  
 Mãe: MINERVINA MENDES FERNANDES

CARTEIRAS: Profissional: 92.003 Série: 560  
 Reservista: \_\_\_\_\_ Identidade: \_\_\_\_\_  
 Estrangeiro: \_\_\_\_\_  
 Instituto: 1370/94

Sindicato a que pertence: \_\_\_\_\_ Matricula N.º \_\_\_\_\_

Estado Civil: CASADA Grau de Instrução: ANALFABETA Idade: 53 anos

Data do nascimento: 29 / 3 / 31 Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: MULUNGU-PB.

Lugar onde resid.: PAZ. IMPOEIRA Data da admissão: 02 / 95 / 84

Função: TRAB. DA CUIT. DA CANA-DE-ACUCAR Salário: VIDE VERSO Forma de pagamento: SEMANAL

Quando Estrangeiro: Data que chegou: \_\_\_\_\_ É naturalizado? \_\_\_\_\_ É casado com brasileira? \_\_\_\_\_ Tem filhos brasileiros? \_\_\_\_\_

Teve emprego antes — SIM  NÃO  F.G.T.S. - Optante? \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Retratado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Banco Depositário: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_ Horário de trabalho: Das 7:00 às 17:00 horas  
 com o intervalo de 02 horas para refeição e descanso e aos Sábados das 7:00 às 17:00 horas num total de 48 horas semanais — Beneficiários: ESPOSO E FILHOS.

|      |        |      |        |      |        |      |        |
|------|--------|------|--------|------|--------|------|--------|
| JAN. | 40,00  | FEV. | 40,00  | MAR. | 40,00  | ABR. | 70,00  |
| MAI. | 70,00  | JUN. | 80,00  | JUL. | 80,00  | AGO. | 80,00  |
| SET. | 100,00 | OUT. | 100,00 | NOV. | 120,00 | DEZ. | 120,00 |

Assinatura do Empregado: \_\_\_\_\_ Dispensado em: 29 / 04 / 93

Data: 02 / 05 / 84 TOTAL: 940,00

Papearia Rocha - Fone: 321-4952 - Ref. 112

POLEGAR DIREITO

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Segundo os documentos, a propriedade Ipueira possuía: uma casa sede (construída de tijolos e telhas), um curral (construído de cimento e tijolos), vinte casas para moradores, um armazém de alvenaria, dois açudes, uma casa de fazer farinha, algumas árvores frutíferas e coqueiros. De acordo com o entrevistado João Evangelista<sup>53</sup>, a propriedade Ipueira era muito bonita e estava localizada em um terreno plano, diferente das outras propriedades da usina e de Solon. Acrescentando ainda que a mesma possuía uma casa, sob os cuidados de um administrador e um caseiro, que deixavam sempre de portas abertas para os amigos de Solon, e que no local ocorriam frequentemente festas, e entre os convidados estavam os gerentes de banco, que possuíam uma relação de proximidade com Solon.

Após a compra de Ipueira, Solon adquiriu as propriedades Mercês e Gogó em 1965, mas, para compreender o contexto de compra dessas propriedades, precisamos voltar um pouco no tempo. Segundo o entrevistado João Evangelista<sup>54</sup>, em fevereiro de 1962, ocorreu um crime bárbaro no centro da cidade de Areia durante a feira que de longa data ocorria aos sábados. A vítima era o ex-genro do proprietário dos imóveis Mercês e Gogó, sendo o mandante do crime o seu ex-sogro, que era da família Pereira de Melo. Após o crime, o dono dos imóveis Mercês e Gogó recebeu um mandado de prisão, mas, logo em seguida, fugiu e

<sup>53</sup> Idem rodapé 22.

<sup>54</sup> Idem rodapé 22.

pensou em vender as propriedades. João Evangelista<sup>55</sup> explica que Solon tinha muito interesse em comprar a propriedade Mercês, pois a mesma ficava entre as propriedades do Solon Lins, a usina e Cantinhos, além de possuir um engenho moderno com caldeira e esteira e ser banhada pelo rio Mercês, que poderia abastecer a usina.

Figura 3.4 - Certidão do imóvel Mercês

HOSANA GALDINO DOS SANTOS, Escrevente Compromissada do Cartório do Único Ofício da Comarca de Pilões, Estado da Paraíba, na forma da lei, etc.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Estado da Paraíba - Comarca de Pilões  
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO  
JOSE SALES  
TEREZINHA  
OSIRES FERREIRA SALES  
Escreventes

**CERTIDÃO**

CERTIFICO, a requerimento verbal de parte interessada, que revendo o arquivo deste Cartório, ao meu cargo, constatei às fls. 96, sob nr.de ordem 343, do Livro 3-4 datado de 23.03.65, do Registro Geral de Imóveis desta Comarca de Pilões, Estado da Paraíba, ser o cidadão SOLON LINS legítimo e possuidor do imóvel denominado Propriedade agro-industrial Mercês - antiga Caipora, composta de casa de engenho, com maquinismos e demais pertences, casa de residência de tijolos e telhas e demais benfeitorias e acessórios, com uma área de 300 hectares (aproximada), sendo convenionada pelos limites seguintes: ao Nascente com terras das propriedades Riacho de Facas e Manga do Fradé; ao Sul, com ditas de Gravatá e Usina Santa Maria, ao Poente, ainda com ditas da Usina Santa Maria e o Sítio Fechado, ao Noroeste, com ditas de Cantinhos e um Sítio pertencente a Rafael Balbino; ditanda ainda, esta propriedade, com parte pertencente, no Município e Comarca de Areia e parte neste Município e Comarca de Pilões, divididas essas entidades administrativas pelo rio de nome Mercês; havida por compra a João, digo, João Batista Pereira de Melo e sua mulher, consoante escritura pública de compra e venda lavrada em Notas do Cartório do 2º Ofício da Comarca de Areia/PB, em 12.02.65. O certificado é verdadeiro; dou fé. Pilões, 01 de novembro de 1983. Eu, Hosana Galdino dos Santos, que fiz esta e assino.

*Hosana Galdino dos Santos*

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

<sup>55</sup> Idem rodapé 22.

Ainda segundo o depoente, um dos sobrinhos do proprietário de Mercês começou a cuidar das propriedades, enquanto outro sobrinho se aproximou de Solon Lins dizendo que conseguiria fazer com que as propriedades Mercês e Gogó fossem vendidas, desde que, em troca, Solon desse a ele um caminhão e trabalho na propriedade. Assim, esse sobrinho e seus capangas começaram a queimar partidos de cana nas propriedades e fazer até ataques aos moradores. O cenário de insegurança nas propriedades culminou nas vendas das mesmas posteriormente.

Nesse contexto, temos nos registros documentais, que as propriedades Mercês e Gogó possuem uma única escritura pública de compra e venda, ocorrida no dia doze de fevereiro de 1965. A propriedade Mercês possuía 300 hectares, fazendo divisa com as terras da usina, localizada na divisa entre os municípios de Pilões e Areia. A propriedade foi comprada no valor de trinta milhões de cruzeiros (Cr\$ 30.000.000,00). Já a propriedade Gogó possuía 200 hectares, localizada em Areia, comprada no valor de dez milhões de cruzeiros (Cr\$ 10.000.000,00), tendo como benfeitoria uma casa construída de tijolos e telhas. A propriedade São José I foi adquirida no dia vinte e quatro de abril de 1966, com 120 hectares, localizada no município de Mulungu, fazendo divisa com a propriedade Ipueira. Desse modo, temos que na década de 1960 a usina adquiriu 850 hectares, distribuídos em 4 propriedades, localizadas nos municípios de Areia, Pilões e Mulungu.

Diferente de outras regiões do país, como já evidenciado por Garcia Jr. (1989), a gestão da Usina Santa Maria não incrementou de imediato a concorrência por terras entre engenho e usina. Tal fato também é perceptível na história das propriedades adquiridas na década de 60, afinal, seus proprietários anteriores venderam suas terras para a Santa Maria por motivos de conflitos em que se viam envolvidos, tendo o usineiro se aproveitado desses momentos para adquirir propriedades de forma vantajosa. Mesmo as duas propriedades adquiridas em Mulungu não eram engenhos e não eram utilizadas como plantação de cana-de-açúcar por seus donos anteriores.

O fato central até aqui é destacarmos que, até a década de 1960, a presença da Usina Santa Maria não significou grandes modificações na estrutura fundiária da região, mas sim, podemos dizer que gerou impactos na hierarquia social da sociedade agrária, tornando o usineiro uma “espécie de senhor de engenho mais forte” (GARCIA JR., 1989, p.214). Isto porque, como já abordado por Gadiel Perruci (1978), em sua obra “*A república das usinas*”, o início da tentativa de modernização do setor, marcado pela implementação dos Engenhos Centrais a partir de 1875, gerou impactos na estrutura social, reduzindo os antigos senhores-de-engenho a simples plantadores de cana. O autor explica que:

Renunciado à produção industrial, o antigo senhor de engenho é rejeitado do setor mais dinâmico e moderno da economia regional; com o tempo, isto representa uma queda certa na hierarquia social e uma perda de influência política e econômica. Assim, nos anos de 1950, os antigos senhores de engenho ou, simplesmente, os fornecedores de cana formam apenas um setor secundário da classe dirigente da região (PERRUCCI, 1978, p.115).

Desse modo, Perruci (1978) constata que a implementação dos Engenhos Centrais levaram ao declínio dos antigos engenhos. Após a falência dos Engenhos Centrais, se inicia o período de instalação e expansão das usinas de açúcar. A chegada da usina também gerou modificações na estrutura da sociedade rural. Como descrito por Garcia Jr. (1989) se baseando em Manuel Correia de Andrade, a reorganização da produção açucareira levou os antigos engenhos à condição de fogo morto, expressão tornada célebre por ser título de um dos romances mais apreciados de José Lins do Rego, utilizada para se referir a um engenho em que a chaminé não expele mais fumaça, abandonadas as instalações de transformação da cana. O romancista explora o momento em que os antigos senhores de engenhos são transformados em simples fornecedores de cana para usina, incapazes de resistir à concorrência no mercado do açúcar.

No caso da Usina Santa Maria, segundo o *Anuário Açucareiro*, o primeiro registro de transações com fornecedores de cana foi na safra de 1948/1949, na qual foram fornecidas 2.191 toneladas de cana, o que representava 15% do total de cana moída pela usina. Nos anos 1950, a safra com a maior quantidade de cana fornecida foi a de 1953/54, sendo fornecidas 7.895 toneladas, que representavam 71% da cana esmagada, destacando que, somente nesta safra da década de 50 a cana dos fornecedores foi superior à da usina. Nos anos 1960, a usina continuou provendo a maior parte da cana moída, mas no final daquela década, especificamente na safra de 1968/69, 30.655 toneladas de cana moída provinha dos fornecedores, cerca de 65% da cana moída. O aumento na quantidade de cana provinda dos fornecedores, evidência que a partir do final dos anos 1960 se acentua na região o declínio de senhores-de-engenho reduzidos a fornecedores de cana, deixando-os em situação de *sujeição* ao usineiro, de quem muitos dependiam diretamente para reprodução econômica. A tabela referente a procedência da cana esmagada está no capítulo 2, na parte 2.2.1. A morfologia dos grupos dirigentes se altera de modo significativo passando o usineiro a dispor de poderes superiores a tudo que era corrente no passado. O ciclo de romances de José Lins do Rego editado pela José Olympio, onde ganhou o título coletivo de “ciclo da cana de açúcar”, detalha de grande diversidade de pontos de vista esse momento histórico da agroindústria do

açúcar na Paraíba (a região de referência é a Várzea) e as modalidades de experiências subjetivas do que acarreta tal processo.

### 3.2 O auge da expansão territorial: anos 1970

Durante toda a década de 1970, a quantidade de cana moída na Usina Santa Maria provinha, em sua maioria, dos fornecedores, chegando na safra de 1978/79, a serem fornecidos 321.372 toneladas de cana, cerca de 95% da cana moída. Se comparamos a quantidade de toneladas de cana provinda de fornecedores na safra de 1968/69 com a safra de 1978/79, temos o aumento de cerca de 948 %, esse dado evidencia que na década de 70 na região se acentuou a quantidade de engenhos submetidos aos movimentos da usina.

Além disso, a década de 1970 é marcada pelo maior registro de quantidade de propriedades e hectares comprados pela Usina Santa Maria, sendo 20 propriedades adquiridas, totalizando 2.780,29 hectares, o que representa cerca de 51% do total das terras adquiridas ao longo dos cerca de sesenta anos de funcionamento da usina, uma cifra considerável. Cabe destacar que esse avanço territorial é, em sua maioria, sobre terras previamente ocupadas por engenhos, como já percebido por Garcia Jr. (1989) durante sua pesquisa de campo na região na década de 70. O autor constatou que nesse período a concorrência entre engenho e usina por terras havia grandemente se acentuado (GARCIA JR., 1989, capítulo 5). Desse modo, tal década, além de ser um marco de declínio dos senhores-de-engenhos sendo reduzidos a fornecedores, também é marcada por uma outra forma de declínio dos senhores-de-engenho, a venda de suas próprias terras para a usina forçando a busca de reconversão em outras atividades.

Esse período de expansão territorial é relembrado pelo entrevistado João Evangelista<sup>56</sup>, quando esclarece que com a crise da rapadura, a dependência dos fornecedores se amplia e é regida pela ausência do poder de negociação dos preços da cana, pois o valor pago pela tonelada de cana fornecida era regulado pelo IAA:

Ele [Solon Lins] aproveitou o período que não tinha mais como você fazer rapadura, a cana tinha que botar pra usina, cana de usina não era uma cana negociada, eu lhe vendo por tanto, só dou tanto, não, era a tabela do IAA. E aquela tabela se tivesse baixa não tinha o que fazer, senão perdia a cana, se você não colher, não tirar a cana, não sai a soca, entendeu? É preciso você cortar pra sair de novo. Se não cortar ela morre.

A fala do entrevistado registra a dificuldade dos senhores-de-engenho como

---

<sup>56</sup> Idem rodapé 22.

fornecedores de cana por terem que se submeter a preços fixados por deliberações de órgãos oficiais num plantio que não pode passar do momento propício para colheita.

Em 1971, no dia doze de novembro, Solon Lyra Lins comprou a propriedade Grutão e Nossa Senhora de Fátima, que posteriormente passou a ser nomeada como Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, no valor de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00). A propriedade possuía 246,23 hectares e estava localizada no município de Areia, fazendo divisa com outras propriedades da usina, possuindo como benfeitorias: casas de moradias principais, casa de moradores e a presença de riacho. Segundo João Evangelista<sup>57</sup>, para comprar essa propriedade e a propriedade Ipueirinha, a usina vendeu três de suas propriedades, Rio do Braz, Tabocal e São Francisco, que eram propriedades distantes e com difícil acesso para transportar cana para a usina. Tratou-se, portanto, de reordenação de seu patrimônio fundiário para maximizar a proximidade dos locais de produção com as instalações industriais.

Ainda que não tenhamos, até o momento, conseguido documentos que confirmem a versão ouvida em pesquisa de campo, tudo indica que houve apropriação indevida de recursos públicos destinados “oficialmente” à reforma agrária, através do programa PROTERRA. De acordo com Andrade (1986), o PROTERRA era um programa de redistribuição de terras, no qual os excedentes fundiários de grandes propriedades, com terras impróprias para seus cultivos principais, deveriam ser objeto de compra e venda para instalar novos pequenos e médios proprietários, sendo que o valor do hectare “das terras a serem desapropriadas foram estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, com base nas declarações dos proprietários ao responderem ao cadastro no INCRA, o que fez com que eles fossem compensadores para os latifundiários desapropriados” (ANDRADE, 1986, p.99). Como afirmou o entrevistado,: “eles fazem programa para reforma agrária, mas quem se beneficiou foi o dono da usina, tanto para vender terra ruim cara, como para comprar terra boa barata”.

No dia doze de junho de 1972, Solon Lins adquiriu a propriedade Riacho de Facas, com 213 hectares, localizada no município de Areia. João Evangelista<sup>58</sup> conta que a propriedade pertencia a um parente do primeiro dono da usina, da família Pereira de Mello, e que também foi comprada através dos mecanismos do Proterra. Para tanto, como Solon Lins já era proprietário de terras, não podendo se beneficiar deste programa, a propriedade foi comprada no nome dos seus filhos, José Lins Sobrinho e Solon Filho.

Em 1974, no dia vinte e seis de novembro está registrada a venda da propriedade

---

<sup>57</sup> Idem rodapé 22.

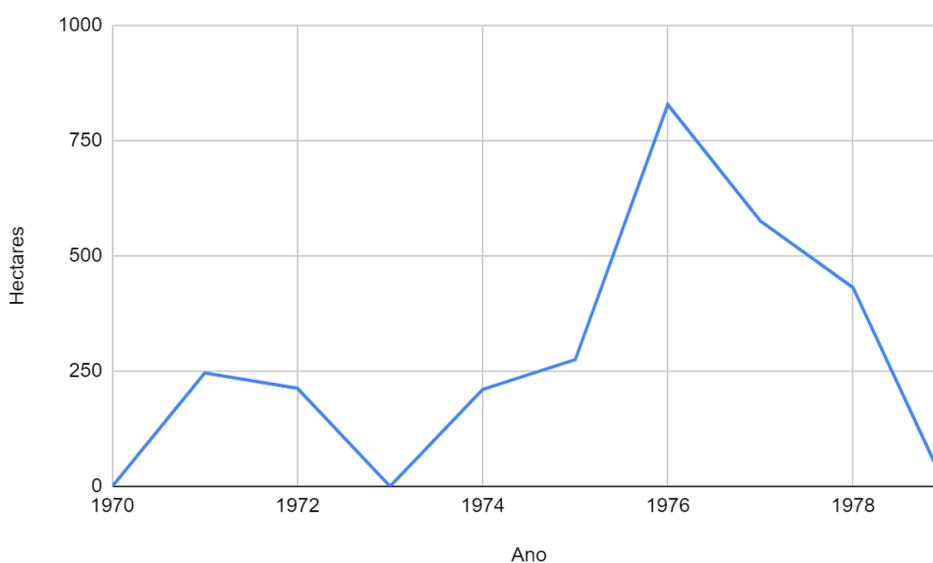
<sup>58</sup> Idem rodapé 22.

Ipuerinha do Solon Lyra Lins para a usina, no valor de novecentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 950.000,00), possuindo 210,22 hectares, com casa de moradia principal, trinta e cinco casas para colonos e engenho para fabricar rapadura. Localizada no município de Areia e próxima a outras propriedades da usina.

Em 1975, no dia seis de outubro foi registrada a compra da propriedade São Francisco, com 275 hectares, localizada em Pilões e que fazia divisa com terras do Solon. De 1971 a 1975 a usina adquiriu terras em seu entorno, adquirindo propriedades com uma média de 230 hectares. A expansão inicial na década de 70 evidencia que os primeiros engenhos a sofrerem a cobiça por terras por parte da usina foram os que estavam localizados próximos à sede da mesma e de suas instalações industriais. O que sugere que essa acumulação patrimonial também tinha por objetivo reduzir os custos do transporte de cana até os locais de seu esmagamento.

Após 1975, ocorre o auge da expansão territorial da usina, como vemos no gráfico 3.1. a seguir:

**Figura 3.5** - Quantidade de hectares adquiridos por ano, durante a década de 70



Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria. Org.: Caterine Soffiati.

É visível no gráfico um aumento expressivo na quantidade de hectares comprados em 1976, 1977 e 1978, sendo 1976, o ano em que a Usina Santa Maria adquiriu a maior quantidade de terras, comprando 828,55 hectares, distribuídos em 6 propriedades. Diferente da primeira parte da década de 70, marcada por uma expansão para terras vizinhas, os últimos anos da década de 70, além das terras vizinhas, as propriedades adquiridas alcançaram

também terras mais distantes, estendendo o domínio da usina para o município de Serraria, distante um pouco mais que 30 quilômetros do município de Areia, sede da usina

Considerando esses três anos do período auge de expansão, temos que a usina adquiriu 1.835,84 hectares, o que representa cerca de 33,70% das terras da usina adquiridas ao longo de sua história, e 16 propriedades que são aproximadamente 47,06% do total de propriedades adquiridas desde sua instalação até sua falência, o que significa que, naquele curto período de tempo, a usina adquiriu quase metade de suas propriedades.

Tal expansão territorial está atrelada ao contexto vivenciado no país e aos incentivos governamentais. Como já descrito por alguns autores, a expansão territorial das plantações de cana-de-açúcar na Paraíba a partir de 1975 está estreitamente entrelaçada com o Programa Nacional do Alcool, conhecido como Proálcool. (ARAGÃO; PAKMAN, 1991; MOREIRA; TARGINO, 1997). Segundo Aragão e Pakman (1991), a primeira fase do Proálcool ocorreu de 1975 a 80, na qual "expandem-se consideravelmente as plantações de cana-de-açúcar, com direcionamento para áreas sem tradição" (p.117). De acordo com os autores, os municípios de Pilões e Serraria foram classificados no grupo dos municípios tradicionalmente<sup>59</sup> canavieiros que tiveram expansão significativa na atividade canavieira após o Proálcool. O município de Areia foi classificado no grupo de municípios tradicionalmente canavieiros que mantiveram seu nível de atividade canavieira. Já o município de Mulungu ficou no grupo dos municípios não canavieiros ou de baixa atividade canavieira que não registaram mudanças na atividade canavieira.

As constatações apresentadas por Aragão e Pakman (1991) são percebidas no caso da Usina Santa Maria quando relacionamos ao auge da expansão por município. Durante o auge da expansão, de 76 a 78, temos o registro da usina adquirindo terras em Serraria, município que até então não era ocupado pela mesma. Nesse período, o município de Serraria foi o de maior amplitude por relação a quantidade de hectares adquiridos, incorporando 697,35 hectares, o município de Pilões ficou em segundo lugar adquirindo 659,47 hectares, em terceiro, o município de Areia com 359 hectares e, em último, o município de Mulungu com 120 hectares.

No ano de 1976, foram compradas 3 propriedades no município de Serraria. A primeira foi o Engenho Cajazeiras, no dia vinte e seis de fevereiro de 1976, no valor de oitocentos e vinte mil cruzeiros (Cr\$820.000,00), com 216 hectares, tendo como benfeitoria

---

<sup>59</sup> Município tradicionalmente canavieiro entendido pelos autores como um município com produção anterior ao Proálcool, tendo o "coeficiente de intensidade da atividade canavieira superior a 10% da área total do município colhida com cana-de-açúcar" (ARAGÃO; PAKMAN, 1991, p.125).

registrada: implementos para a fabricação de rapadura, três armazéns (construídos em alvenaria de tijolos, telhas e piso de cimento), oito casas populares de trabalhadores (construídas de tijolos e telhas). Essa propriedade não fazia divisa com outras propriedades da usina ou Solon. Poucos meses depois, no dia oito de junho, foi comprada a propriedade Grotá, com 151,4 hectares, no valor de duzentos e oitenta e nove mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 289.500,00). No mesmo mês de junho, no dia vinte e cinco de junho, a usina registra a compra da propriedade denominada Engenho Velho, com 129,95 hectares, no valor de trezentos e noventa mil cruzeiros (Cr\$390.000,00).

Ainda no ano de 1976, foram compradas mais duas propriedades no município de Pilões. A primeira no dia dezesseis de agosto, intitulada Tabocal II, com setenta e cinco hectares, comprada no valor de duzentos e vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$225.000,00). Alguns meses depois, no dia dezesseis de dezembro, foi registrada a compra do imóvel Tabocal I, com 93,2 hectares. No mesmo ano, foi comprada uma propriedade no município de Areia, Engenho Barra do Coaty, com 163 hectares, localizada ao sul da propriedade Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima.

No ano de 1977, no dia treze de março, a usina comprou a propriedade Almecega, com 106 hectares, no município de Areia. No mesmo ano, em Serraria, no dia vinte de abril, foi comprada a propriedade Engenho Campo Verde, com 200 hectares. Neste ano, em Pilões, foram compradas três propriedades, a primeira no dia dezenove de julho, denominada de São Bento, possuindo 130,65 hectares. A segunda, intitulada de Labirinto I, 83,73 hectares, e posteriormente, no dia onze de agosto, foi adquirida a propriedade Labirinto II com 55,27 hectares.

No ano de 1978, no município de Areia foi adquirida a propriedade Carrapato com 90 hectares. Em Pilões, foram compradas duas propriedades, a Sítio Cantinhos com 20 hectares, com compra registrada no dia quatro de abril, e a Engenho Veneza com 201,62 hectares, no dia dezoito de abril. O Engenho Veneza foi comprado no valor de três milhões de cruzeiros (3.000.000,00) e possuía a seguinte descrição das benfeitorias: casa sede (construída de tijolos e telhas), vinte casas para colonos, culturas de cana de açúcar, matas e capoeirões, culturas de agave e linha elétrica de baixa tensão. O entrevistado João Evangelista<sup>60</sup> relembra o processo de compra do Engenho Veneza,

Ele Zé [proprietário Engenho Veneza] tinha a mesma idade de seu Solon, mais velho um pouco que seu Solon, e esse povo se tratava tudo por compadre. Aí ele chegou uma vez e

---

<sup>60</sup> Idem rodapé 21.

“cumpadre me compra aquela propriedade?”. Ai ele disse [Solon Lins]: "Você vai vender a Veneza?". Ai ele disse "Vou! Não tá dando mais não, me compre?". Ai ele fazia: "Mas Zé, pra que eu quero terra, Zé? Eu tenho tanta terra ai, quero não Zé". Ai não sei o quê, ai "Você está pedindo quanto?". Ai ele dizia: “eu tô pedindo tanto” [...]. Ai ele [Solon Lins] comprava assim: "Ah eu tô devendo, não tenho dinheiro...Se você quiser me vender pra quando a usina moer eu pagar, eu lhe compro! Ai eu dou tanto nessa safra e, na outra, eu dou tanto”.

De fato, no caso da propriedade Engenho Veneza, o pagamento não foi realizado integralmente na hora da compra, segundo os documentos, foi pago em moeda no ato da compra o valor de 2.360.000,00 cruzeiros, o restante do valor que era 640.000,00 cruzeiros, foi pago com uma nota promissória com validade até 31 de dezembro. Os detalhes sobre a forma de pagamento das propriedades também retratam o declínio dos engenhos, visto que, os senhores-de-engenho se sujeitavam à forma que a usina poderia pagar. O entrevistado João Evangelista<sup>61</sup>, talvez para sublinhar a fragilidade dos senhores de engenho que se dispuseram a vender suas terras, destaca que em alguns casos o pagamento poderia ser semanal, em quantia apenas suficiente para garantir a alimentação da família, “muitos dele é a feira, você me dá tanto por semana, enquanto eu vou fazer minha feira, depois você dá o resto, pronto. A inflação come logo tudo, e eles ficaram tudo pobre”.

Em 1978, também foi comprada a propriedade São José II, com 120 hectares, em Mulungu. No mesmo ano, temos o registro da usina comprando uma casa popular no município de Bayeux, próximo a capital João Pessoa. A casa possuía a medida de dez por vinte metros, e foi comprada no valor de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), no dia trinta e um de janeiro. O que chama atenção no caso dessa propriedade é que no dia anterior, no dia trinta de janeiro de 1978, a mesma propriedade possui uma escritura pública de compra e venda, tendo como vendedor a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), e foi comprada no valor de doze mil trezentos e vinte cinco cruzeiros e noventa e oito centavos (Cr\$ 12.325,98).

Importante destacar que alguns meses após a hipoteca vinculada ao Proálcool ser lavrada (detalhada no subtópico de produção), a Usina Santa Maria, pelo o que indicam os documentos analisados, comprou uma propriedade que estava em nome de Solon Lyra Lins de maneira superfaturada. A propriedade em questão é a denominada Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, comprada por Solon Lins em novembro de 1971, no valor de trezentos mil cruzeiros (300.000,00).

---

<sup>61</sup> Idem rodapé 22.

Figura 3.6 - Trecho da escritura pública de compra e venda da propriedade Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, em 1971

com benfeitorias constituídas de casas de moradia principais e de moradores, servidas por riachos perene; cadastradas no INCRA sob numeros: 14.04.002.50479 (Grutão) com a area de 80,0 \* modulo 20 - nr. de modulos 4,00 - e fração minima de parcela - mento de 20,0 -; e 14.04.002.50478 (N.S.de Fatima) com a area\* total de 150 - modulo 41, nr. de mddulos 3,66 e fração minima de parcelamento de 40; que, achando-se ditas propriedades no seu todo acima descrito e confrontadas, livres de ônus ou responsabilidades de quaisquer especie, impostos e taxas de qual quer natureza, ônus reais ou convencionais, inclusive hipotecas mesmo legais, responsabilidades judiciais, extrajudiciais ou pessoais, resolveram vendê-las como de fato vendido têm ao outorgado comprador no inicio qualificado, sr. SOLON LIRA LINS pela quantia certa e ajustada de ₹ 300.000,00 (tresentos mil \* cruzeiros) recebida neste ato das mãos do mesmo comprador em moeda boa, corrente e legal do Pais que contaram e acharam exa

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Como descrito no documento, a propriedade possuía como benfeitorias casas de moradias principais e de moradores, que eram servidas por riachos perenes. Em agosto de 1978 Solon Lyra Lins, vendeu esse imóvel para a própria Usina Santa Maria, no valor de três milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros (3.750.000,00).

Figura 3.7 - Trecho da escritura pública de compra e venda da propriedade Fazendas Reunidas Nossa Senhora de Fátima, em 1978

constituídas de casas de moradia principais e de moradores, todas de tijolos e telhas; havida por riachos perenes; que, achando-se dita propriedade acima descrita e confrontada que constituíram as propriedades "Grutão" e "N. Senhora de Fátima", livres de ônus ou responsabilidades de quaisquer espécie, impostos e taxas de qualquer natureza, ônus reais ou convencionais, inclusive hipotecas, mesmo legal, ' responsabilidades judiciais, extra-judiciais ou pessoas, resolveram' vender como de fato vendida tem-n'a a outorgada compradora - Usina ' Santa Maria S/A - pela quantia certa e ajustada de ₹ 3.750.000,00 (três milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), recebido neste ato das, aliás, da compradora em moeda boa, corrente e legal do País contada e achada exa e da qual dão pleha, geral e irrevogável quita ção de pagos e satisfeitos para não mais repetir; transferindo desde

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Tal transação registrada em cartório de imóveis mostra que, em apenas seis anos de intervalo entre as duas compras, o valor pago pela Usina Santa Maria foi cerca de 1.150% superior ao valor pago em 1971. Destacando que a descrição das benfeitorias da propriedade não foi modificada, o que significa que não houve melhorias na propriedade que pudessem justificar o aumento<sup>62</sup> de seu valor. Para servir de comparação, no ano de 1978, o conjunto industrial da Usina Santa Maria foi avaliado em quatro milhões e duzentos mil cruzeiros (4.200.000,00), tendo a propriedade 600 hectares e diversas benfeitorias. Assim, evidencia-se que a compra realizada em 1978 foi com um valor extremamente superior ao que a propriedade realmente valia.

Os dados do período auge de expansão fundiária da Usina Santa Maria expressam que, naquele período, a usina adquiriu mais terras, em locais mais distantes e propriedades menores. De 1976 a 78, as propriedades adquiridas possuíam em média 114 hectares, um tamanho cerca de 51% inferior às propriedades adquiridas de 1971 a 1975. Tal fato, demonstra que no período auge de expansão, se amplia a área de concorrência de terras entre engenho e usina, e que, até pequenas propriedades que não necessariamente eram do interesse da usina, entram na disputa.

Como vimos no capítulo anterior, o financiamento do Proálcool era destinado ao setor industrial, mais especificamente à montagem de destilarias, e não ao setor agrícola, mas justamente nesse período de modernizar as usinas e aumentar a produção alcooleira, a Usina Santa Maria teve seu maior registro de compra de propriedades. Nesse cenário podemos supor que tal aquisição de terras poderia ser utilizada para aumentar a quantidade de cana própria esmagada pela usina, e assim aumentar a produção, mas, de acordo com os dados temos que, no final dos anos 70, a quantidade de cana moída provinda da própria usina diminuiu em relação à safra de 1974/1975, chegando a usina a moer na safra de 1978/79 o total de 16.598 toneladas de cana própria, total que se aproxima do que a usina moeu na safra de 1956/57, quando a mesma possuía uma quantidade extremamente inferior de hectares. Ora, se as terras adquiridas não contribuíram com a produção da usina, o que justificaria tal investimento?

Sobre essa questão, temos duas hipóteses. De acordo com Graziano da Silva (1982) a terra além de ser uma reserva de valor também permite o acesso a outras riquezas, como os créditos rurais e incentivos fiscais (apud PALMEIRA, 1989). Borges (1985) descreve que no Brasil a maioria dos créditos rurais são alicerçados mediante garantia real, que são aquelas

---

<sup>62</sup> Levando em consideração que nesse período o Brasil enfrentava um período de alta na inflação, utilizei a calculadora do cidadão, no site do Banco Central do Brasil, para corrigir o valor de 300.000,00 cruzeiros em 1971 para agosto de 1978, com a correção monetária o valor seria de 1.847.370,36 cruzeiros, um valor inferior ao apresentado na compra da propriedade em 78.

que vinculam um bem ao acordo realizado, se materializando por exemplo em hipotecas (para bens imóveis) e penhores (para bens móveis).

No caso da Usina Santa Maria, em diversas certidões de imóveis as propriedades aparecem vinculadas a hipotecas e penhores, como vemos:

**Tabela 3.1** - Propriedades da Usina Santa Maria e Solon Lins com registro de hipoteca

| <b>Propriedade</b>                | <b>Grau da hipoteca</b> | <b>Banco</b>    | <b>Emissão</b> | <b>Vencimento</b> |
|-----------------------------------|-------------------------|-----------------|----------------|-------------------|
| Mofumbo, Mofumbinho e Grutaosinho | 5                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Engenho Barra do Coati            | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Engenho Cajazeiras                | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Tabocal II                        | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Grota                             | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Velho                             | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Engenho Campo Verde               | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| São Francisco                     | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| Ipueirinha                        | 1                       | Banco do Brasil | 08/03/1978     | S/D               |
| São Bento                         | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 12/04/1991        |
| Sítio São Francisco               | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 12/04/1991        |
| Engenho São Francisco             | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 12/04/1991        |
| Tabocal I                         | 2                       | Banco do Brasil | S/D            | 30/04/1985        |
| Engenho Veneza                    | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | 30/04/1990        |
| Labirinto II                      | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 12/04/1991        |
| Cantinhos                         | 2                       | Banco Itaú      | S/D            | 01/02/1984        |
| Cantinhos                         | 2                       | Banco Itaú      | S/D            | 01/02/1984        |
| Cantinhos                         | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 01/02/1984        |
| Cantinhos                         | 3                       | Banco do Brasil | S/D            | 30/04/1987        |
| Cantinhos                         | 4                       | Banco do Brasil | S/D            | 30/04/1987        |
| Cantinhos                         | 7                       | Banco do Brasil | S/D            | S/D               |
| Cantinhos                         | 8                       | Banco do Brasil | S/D            | 25/01/1991        |
| Engenho Triunfo                   | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | após 1990         |
| Mazagão                           | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | após 1988         |
| Engenho Campo Verde               | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | após 1988         |
| Grota                             | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | após 1988         |
| Engenho Velho                     | S/D                     | Banco do Brasil | S/D            | após 1988         |
| Labirinto I                       | 1                       | Banco Itaú      | S/D            | 12/04/1991        |

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Foram encontrados registros de 19 propriedades da usina/Solon Lins hipotecadas no Banco do Brasil ou Banco Itaú, ressaltando que uma mesma propriedade poderia ser hipotecada mais de uma vez, como por exemplo a propriedade Cantinhos que no seu registro de imóvel possuía sete hipotecas distintas. Destaca-se que os primeiros registros de hipotecas encontrados foram a partir de 1978, ano em que a usina realizou a operação de crédito do Proálcool com o Banco do Brasil. Algumas das propriedades hipotecadas também estavam vinculadas a penhores agrícolas, que é colocar sua cultura agrícola como garantia de uma obrigação, como vemos:

**Tabela 3.2** - Propriedades da Usina Santa Maria com registro de penhor agrícola

| <b>Propriedade</b> | <b>Grau do Penhor</b> | <b>Banco</b>    | <b>Período/Safra</b> |
|--------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|
| São Francisco      | 1                     | Banco do Brasil | 86/88                |
| Tabocal I          | 1                     | Banco do Brasil | 86/88                |
| Tabocal I          | 1                     | Banco do Brasil | 88/89                |
| Tabocal I          | 3                     | Banco do Brasil | 88/89                |
| Tabocal II         | 1                     | Banco do Brasil | 86/88                |
| Tabocal II         | 3                     | Banco do Brasil | 88/89                |
| Engenho Veneza     | 1                     | Itaú e Brasil   | 88/89                |
| Engenho Veneza     | 2                     | Itaú e Brasil   | 87/88                |
| Engenho Veneza     | 1                     | Itaú e Brasil   | 88/89                |
| Engenho Veneza     | 3                     | Itaú e Brasil   | 88/89                |
| Engenho Veneza     | 5                     | Itaú e Brasil   | 88/89                |

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

Além desses penhores, em entrevista, João Evangelista conta que Solon Lins também havia penhorado alguns bens móveis na justiça como garantia de débitos, tendo inclusive chegado a ser preso pela venda de bens hipotecados. Disse-nos o entrevistado:

Hipotecou tudo!Solon chegou a vender um trator que estava hipotecado e foi preso. Foi preso várias vezes por isso!Porque venderam caminhão... Você tem um débito, aí a justiça lhe convida, tem um prazo para pagar o débito ou apresentar um bem de garantia. Você vai e apresenta esse celular [diz apontando para celular que gravava a entrevista sobre a mesa], aí o celular fica de garantia. Geralmente as pessoas não fazem cálculo na hora se vale ou não. Aí ela me dá o celular como garantia e na mesma hora pede ao juiz para ficar como fiel depositário, quer dizer, ela fica usando. De repente ela vende! Aí eu vou lá: "cadê o celular?". "Eu vendi.". Quer dizer, é uma coisa que você se comprometeu com a justiça, não é?

No caso narrado acima, refere-se a penhores que Solon Lins realizou ficando como fiel depositário, sendo responsável por guardar um bem durante o processo judicial. O ato de vender esse bem configura uma fraude, se tornando depositário infiel, que de acordo com a Constituição Federal de 1988 configurava como prisão<sup>63</sup> civil por dívida.

Além das 19 propriedades hipotecadas apresentadas na tabela 3.1, o sítio Cantinhos aparece na documentação como onerado no Banco do Brasil e mais duas propriedades presentes nos documentos de falência estavam vinculadas a hipotecas, totalizando assim 22 propriedades hipotecadas, sendo que quatro dessas propriedades também possuíam penhores. Considerando que a usina e Solon Lins possuíam 32 propriedades, temos o registro de cerca de 69% das propriedades da usina/Solon Lins vinculadas a hipotecas, evidenciando a importância da terra para garantir acesso aos créditos rurais e também para os créditos industriais, como previsto no decreto lei nº413 de 1969, o qual definiu que o crédito industrial deverá ser concedido mediante garantia real, podendo ser por hipoteca cedular, penhor cedular ou alienação fiduciária.

Desse modo, podemos considerar que o aumento na aquisição de terras a partir de 1976 se relaciona com o enquadramento da Usina Santa Maria no Proálcool, pois a partir desse momento a terra seria necessária como garantia real para as operações de créditos realizadas em 1978, justificando o auge de expansão de terras de 1976 a 1978, inclusive das nove propriedades hipotecadas para o Proálcool, seis foram compradas após 1975. A partir disso podemos compreender porquê as terras adquiridas nesse período, terras mais distantes do parque industrial e em alguns casos de difícil acesso ocorreram.

Ao mesmo tempo uma propriedade hipotecada não restringe outras formas de obter riquezas com a terra, como, por exemplo, a propriedade São Bento localizada em Pilões. Pertencente ao Solon Lins possuía hipoteca e um contrato de arrendamento com terceiros.

Em contrapartida, seria um equívoco associar a compra de terras somente a razões econômicas e, sendo assim, eis nossa segunda hipótese. Considerando que uma propriedade hipotecada continua na posse de seu proprietário, o mesmo além de detentor das vantagens econômicas da terra detém também o poder social a ela atrelado. Como vimos, na década de 1970 na região se acentuava a disputa de terras entre engenhos e usina, e que tal disputa possuía implicações na estrutura social, rebaixando senhores-de-engenho para fornecedores de cana para usina, ou como ocorreu no Engenho Barra do Coaty, senhor-de-engenho vendendo suas próprias terras, como vemos:

---

<sup>63</sup> Em 2009 foi aprovada a súmula vinculante número 25, que proibiu a prisão civil de depositário infiel.

**Figura 3.8** - Descrição das benfeitorias do Engenho Barra do Coaty

**Benfeitorias:** 01 casa construída em alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento; 02 prédios (antigo engenho), utilizados como armazéns, de tijolos e telhas, piso de cimento; 01 casas populares, de trabalhadores, construídas em alvenaria de tijolos e telhas, piso de cimento.

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria.

A descrição das benfeitorias dessa propriedade revelam que no momento em que a usina comprou esse engenho, no ano de 1976, o mesmo estava de fogo morto, sendo a grande potência do engenho no passado, reduzido a um simples armazém. Nesse contexto de declínio dos engenhos, a alternativa encontrada por esse proprietário foi a venda de suas terras.

Nesse cenário de reordenamento agrário a aquisição de terras por parte do usineiro também pode significar uma estratégia de manutenção ou elevação do poder social local, mostrando sua superioridade frente aos senhores-de-engenho e ao mesmo tempo aumentando a sua clientela de *moradores*, pois as terras compradas pela usina já possuíam casas para moradores, das quinze propriedades compradas de 1976 a 1978, oito possuem na descrição das benfeitorias a quantidade de casas, que juntas totalizavam cerca de 134 casas para moradores. Dessa forma a acumulação de terras poderia dar acesso à riqueza materializada em recursos monetários obtidos através de empréstimos vinculados a taxas de juros negativas, e igualmente a ampliação do poder tradicional obtido com clientela de dependentes.

Além dos senhores-de-engenho sujeitos aos movimentos da usina (como fornecedores) e da compra de terras que pertenciam anteriormente a engenhos, a superioridade do usineiro também poderia ser identificada nos contratos de arrendamentos com terceiros, como veremos no próximo tópico.

### 3.3 A redução na compra de terras e intensificação dos arrendamentos: anos 1980

Na década de 1980, a usina continuou o movimento de compra de terras de maneira mais tímida do que na década anterior. No dia vinte de outubro de 1980, a usina adquiriu o Engenho Mazagão, localizado no município de Serraria, que possuía 41 hectares e tinha como benfeitoria o direito da produção de aguardente e rapadura. A propriedade foi comprada no valor de um milhão, setecentos e cinquenta mil cruzeiros (1.750.000,00).

Em maio de 1982, foi comprada a propriedade Cajazeiras, em Serraria, com 92 hectares, no valor de onze milhões e quinhentos mil cruzeiros (11.500.000,00). Na escritura

pública dessa propriedade consta que o dono anterior comprou a propriedade em março de 1972, pagando um valor de oitenta e cinco mil cruzeiros (85.000,00).

Em 1985, no dia treze de fevereiro, foi comprado o imóvel Engenho Santa Helena, com 23,68 hectares, em Areia, o valor de dez milhões de cruzeiros (10.000.000,00). No ano de 1986, a usina comprou duas propriedades em Pilões, o Sítio São Francisco com 60 hectares e o Engenho São Francisco com 115 hectares. No caso do Engenho São Francisco, o entrevistado João Evangelista<sup>64</sup>, conta que a propriedade pertencia a usina, mas foi vendida nos anos 70 para a aquisição de outras propriedades, vendida para ele, João Evangelista<sup>65</sup>, e seu pai, José de Castro, mas que, posteriormente, a usina compra a propriedade novamente. Para explicar os acontecimentos envolvendo a propriedade São Francisco, o entrevistado relembra de outra propriedade, a Gogó, que apresentava no contrato o tamanho inferior ao constatado pelo topógrafo:

O Brasil é um país que, infelizmente, eles, geralmente eles, quando tem esse dinheiro, você só vê como um povo honesto, mas são um engano muito grande. Eles, o quê que eles fizeram? Essa propriedade aqui chamada Gogó...Essa propriedade foi, quando a usina comprou era uma propriedade muito ruim [...]. Quando foi em 71, como ele ficava distante e a terra era muito ruim ele quis vender também e vendeu. Então ele escolheu lá um camarada que era administrador da propriedade lá, e passou pro próprio morador e o administrador. Aí ficou o morador e dois filhos, e mais outro morador de outra propriedade que ela tinha. A propriedade tinha 300 hectares, então se dividia em 4 lotes de 75. Chamaram um topógrafo, esse G. F. era estudante e gerente lá na época, trouxe um topógrafo colega dele chamado J. D., que também era concluinte. J.D. era estudante, então além de fazer as coisas certas, J.D. demorava mais a apresentar o resultado, "aí, não quero J. D., porque não sei o que". Aí trouxeram, nesse tempo chamava o agrimensor, o profissional que mede terra. Aí trouxeram esse agrimensor de Cuité, aí esse cara chegou e em dois dias ele fazia tudo o que tinha que fazer, então pegou essa propriedade Gogó, 300 hectares, dividiu em quatro lotes [...]. Depois houve uma denúncia ao banco, e o banco recebeu a denúncia, contratou um topógrafo de fora e mandou remedir as propriedades. Quando mediu a propriedade de Gogó, ela não tinha a área toda, só tinha 150 hectares, dos 300 que dizia! [...] Então a usina teve que devolver aquele dinheiro referente ao que recebeu pela venda.

No caso da propriedade Gogó, a usina teve que desfazer o negócio com duas pessoas, e as outras duas permaneceram nas terras. No caso da propriedade São Francisco adquirida por seu pai e ele, o entrevistado conta que sua própria família foi instada a dar declarações falsas em benefício de Solon Lins:

No caso de papai, 75 pro papai e 37 minha: 112 hectares. Quando foram remedir, a de papai só deu 58, aí disse [referindo-se a Solon Lins]: "Você assina um documento dizendo que sabia que era 58 só, mas você aceitou". Ai papai: "Eu não fiz isso não!Inclusive eu duvidei que a propriedade...", já foi com o Zé Lins, "Eu duvidei Zé que a propriedade não tinha os

---

<sup>64</sup> Idem rodapé 22.

<sup>65</sup> Idem rodapé 22.

75 hectares, [...] eu não vou assinar nada!". Aí o banco deu um prazo para ele devolver o dinheiro todinho para não abrir um processo.

Nesse contexto, a usina comprou novamente a propriedade São Francisco, em 1986. O entrevistado acrescenta que o ocorrido foi uma confusão e que "o gerente [do Banco do Brasil], teve que sair daqui, de qualquer forma eles não admitiam que o gerente não tivesse conhecimento de um negócio desse". Essas falas além de evidenciarem características da elite agrária brasileira, também nos fazem questionar sobre o próprio processo de fabricação desses documentos, lembrando que os arquivos, como pontuado por Sorá (2015, p.17), devem ser observados "não como uma coleção de documentos, mas como um espaço social".

Em 1988, temos o registro das últimas propriedades compradas. No dia treze de janeiro, a usina adquiriu a propriedade Engenho Triunfo, localizada em Serraria, com 200 hectares e casas para colonos, casa sede construídas de tijolos e telhas, barragem e culturas, no valor de quatro milhões e oitocentos mil cruzados (4.800.000,00). Também no município de Serraria, no dia oito de maio de 1988, foi adquirida a propriedade Fechado, com 103,58 hectares, no valor de três mil e noventa cruzados (3.090,00).

A última compra de propriedade registrada nos documentos foi no dia vinte e três de setembro de 1988, a compra da Morada Nova, localizada em Areia, com 32,5 hectares, adquirida pelo valor de um milhão e quinhentos mil cruzados (1.500.000,00).

### **3.3.1 Os contratos de arrendamento rural**

Como contextualizado anteriormente, percebemos que a análise da quantidade de canas fornecidas e da aquisição de propriedades da Usina Santa Maria evidenciam o declínio do sistema engenho nas décadas anteriores. Na década de 1980, ocorre uma redução na quantidade de terras compradas pela usina, mas, ao mesmo tempo, se acentuam os registros de uma outra forma de declínio dos senhores-de-engenho, o arrendamento de suas terras.

Mesmo o contrato de arrendamento sendo um símbolo de declínio do senhor-de-engenho, devemos atentar para o fato que esse declínio não atinge todos os engenhos da mesma forma. O senhor-de-engenho que vendeu suas propriedades é rebaixado socialmente, perdendo seu status de proprietário de terras, já o senhor-de-engenho que arrenda suas terras não perde seu título de proprietário, perde apenas durante determinado período o direito de usufruí-la.

Ressalta-se que os senhores-de-engenho que arrendaram suas terras puderam utilizar

essa estratégia justamente por sua melhor posição na hierarquia social. Como evidenciado na pesquisa arquivística, as propriedades arrendadas eram grandes engenhos, tendo em média trezentos hectares e possuíam diversas benfeitorias. Nos documentos temos o registro de 7 contratos de arrendamento rural, da usina como arrendatária de terras de terceiros. Os contratos encontrados são os seguintes:

**Tabela 3.3** - Contratos de arrendamento da usina como arrendatária

| <b>Propriedades</b> | <b>Município da propriedade</b> | <b>Tamanho (hectares)</b> | <b>Ano do arrendamento</b> | <b>Duração do contrato</b> |
|---------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Várzea              | Pilões                          | 450                       | 1976                       | 6 anos                     |
| Poções              | Pilões                          | 450                       | 1984                       | 8 anos                     |
| Gameleira           | Areia                           | 100                       | 1985                       | 8 anos                     |
| Baixa Verde         | Serraria                        | 501                       | 1985                       | 10 anos                    |
| Várzea do Coaty     | Areia                           | 200                       | 1985                       | 8 anos                     |
| Gravatá Assú        | Areia                           | 209                       | 1987                       | 10 anos                    |
| Várzea do Coaty     | Areia                           | 200                       | 1990                       | 8 anos                     |

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria e Processo de Falência. Org.: Catherine Soffiati.

Os contratos de arrendamentos existentes evidenciam que os contratos eram de duração de, em média, 8 anos, e que eles poderiam ser renovados, como é o caso da propriedade Várzea do Coaty, que foi arrendada pela usina duas vezes, a primeira em 1985 e a segunda em 1990. Desse modo, temos que, durante os anos 80, os contratos de arrendamentos vigentes possibilitaram a expansão da usina, sendo arrendadas no total 1.910 hectares, em propriedades que já possuíam a cultura da cana de açúcar. Somando as propriedades compradas com as arrendadas, temos que, durante os anos 80 a usina dispunha de aproximadamente 7.358 hectares de terras de cultivo, o que impactou diretamente em sua produção de açúcar.

O aumento na quantidade de propriedades arrendadas, principalmente após 1985, afetou diretamente o percentual de canas próprias esmagadas pela usina, uma porcentagem que na safra de 1982/83 girava em torno de 19% cresceu para 60% na safra de 1987/88, e chegou a 76% na safra de 1990/91, como identificado na tabela 2.4 do capítulo 2.

Em contrapartida, as escrituras de arrendamento, que são documentos que possuem mais elementos diplomáticos<sup>66</sup>, existem outros documentos no acervo que tratam sobre as propriedades arrendadas, por exemplo uma lista de propriedades escrita pelo engenheiro

<sup>66</sup> Elemento diplomático é um termo da arquivologia para designar elementos que dão veracidade aos documentos, como a estrutura jurídica do texto, assinaturas, carimbo e outros (BELLOTTO, 2008).

agrônomo Nivaldo Timóteo de Arruda, em 03 de junho de 1988, na qual são apresentadas no total 31 propriedades, sendo 15 em nome da usina, 05 no nome do Solon Lyra Lins, 10 arrendadas para diferentes pessoas e 01 sem informações. Essa lista está na pasta intitulada “Fazenda área HC dados do B. Brasil Cezario Gomes de Souza ano 1988”, nessa lista o nome da propriedade e os hectares estão digitados, mas o nome dos proprietários está escrito à mão. Entre as propriedades arrendadas aparecem: Várzea do Coaty, Gogó, Gravatá, Bom Retiro, Várzea de Pilões, Santa Cruz, Poções, Santo Antônio, Baixa Verde, Boa Esperança. Das 11 propriedades da lista arrendadas, só existem escrituras públicas de arrendamento de 5 propriedades. Das outras 6 propriedades listadas, mas que não possuem contratos de arrendamento, temos que duas propriedades aparecem nas fichas de registro de empregado na parte de local de residência do trabalhador, o que evidencia que em determinado período a propriedade pode ter sido arrendada. A propriedade Fazenda Santa Cruz foi registrada como local de residência de trabalhadores admitidos de 1985 a 1986, e a propriedade Fazenda Bom Retiro apareceu nos registros de trabalhadores admitidos entre 1956 a 1962. As outras propriedades não apareceram nas fichas de registro de empregado, mas elas ainda podem aparecer, pois a tabulação de fichas de registro de empregados ainda não foi finalizada. Tal fato elucida que as escrituras públicas de arrendamento rural existentes no Acervo Documental da Usina Santa Maria representam apenas parte dos contratos realizados pela usina, o que precisa os limites da pesquisa arquivística aqui considerada.

Cabe destacar que em todos os contratos de arrendamentos existentes, as propriedades eram engenhos, como podemos analisar na descrição das benfeitorias. A propriedade Baixa Verde possui as seguintes benfeitorias no ato do contrato evidenciando a riqueza de seus proprietários no passado: duas casas assobradadas, uma capela, um quarto dos fundos, um prédio de engenho (com dois portões de ferro e duas cocheiras), um conjunto de armazéns (com três garagens), duas casas residenciais, cinco quartos de depósito, nove casas de moradores, duas caixas d’água, instalação elétrica, dois açudes, uma casa de fabricar farinha e duas casas de bagaço.

A propriedade Poções possuía: casa de moradia principal, casa de engenho para fabricar rapadura, casas para moradores. Já a propriedade Várzea tinha: casa sede (construída de tijolos e coberta de telhas), trinta e oito casas de moradores, casa de engenho, cocheiras (todas construídas de tijolos e telhas), maquinismos para engenho de fabricar rapadura com todos os seus acessórios e cercados.

Na propriedade Gravatá Assú são registradas as seguintes benfeitorias, uma casa de tijolos e telhas com máquinas para fabrico de rapadura, uma casa residencial com garagem

para caminhão, com armazém, uma casa para comércio, trinta e três casas para moradores, uma casa para fabrico de farinha de mandioca completa, e um prédio para escola.

Os contratos de arrendamento das propriedades Várzea do Coaty e Gameleira estão na mesma escritura, além de ser o mesmo proprietário, essas propriedades eram vizinhas. Tendo a propriedade Várzea do Coaty, casa de moradia-principal-barracão; casa para administrador; casa para depósito e escola todas construídas de tijolos e telhas, e casa para colonos. Já a propriedade Gameleira, possuía as seguintes benfeitorias, casa de moradia, casa de fabricar farinha e engenho. Destaca-se que o proprietário do imóvel Gameleira não arrendou uma área de 12 hectares e a casa de moradia, pois o mesmo durante o contrato de arrendamento continuou residindo na propriedade. Assim, um senhor-de-engenho que administrava suas terras foi reduzido a um residente, podendo usufruir de apenas 12 hectares de suas terras.

A descrição das benfeitorias dessas propriedades documenta bem como as terras cultivadas pela usina eram no passado usadas por engenhos, alguns de certa imponência. Registra ainda sistema de morada típico das plantations canavieiras do Nordeste do país, no qual os moradores se sujeitavam ao senhor-de-engenho por morarem dentro do seu domínio, destacando que, como descreveu Palmeira (1977) o termo *morar* nesse sistema implica em obrigações de trabalho ao senhor, embora não especifique uma modalidade única de trabalho como dia de serviço, arrendamento em produto ou a dinheiro, mas obrigações de ordem diversas. O antropólogo Afrânio Garcia Jr, em sua obra já clássica, “*O Sul: caminhos do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*”, explica que, normalmente o chefe de família pedia morada ao senhor-de-engenho, e que o ato de pedir morada possuía um forte significado simbólico:

A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao senhor-de-engenho não pedia trabalho, pedia uma morada. Entre as obrigações que a morada acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não é a questão básica: é o que distinguia o morador de um pequeno proprietário das vizinhanças, saber que podia vir apenas verificar se havia trabalho no engenho. Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter escolha melhor, para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os fornecesse, ou mesmo que a organizasse para si (GARCIA JR., 1989,p. 38 e 39).

Garcia Jr. (1989) descreve que o morador tinha em média a obrigação de trabalhar cinco dias por semana para o proprietário e que o morador, e que além da casa de morada, poderia usufruir também de um roçado. O autor destaca que o roçado era propositalmente de tamanho insuficiente para as necessidades da família, levando as famílias a trabalharem para o proprietário e consumirem nos barracões de engenho, estrutura que aparece na descrição da

propriedade Várzea do Coaty.

O *barracão* era um armazém localizado dentro do engenho, que era essencial nesse sistema de dependência, no qual os moradores podiam comprar fiado e não precisavam se deslocar até a cidade mais próxima para consumir os produtos de necessidade primária, o que contribuiu diretamente ao isolamento<sup>67</sup> e imobilização dessas famílias. É importante pontuar que o barracão vendia por preços mais elevados que os praticados nas cidade, e servia como um local de endividamento para os trabalhadores (LINHART,1981, p.15), e através deste endividamento os moradores eram induzidos a trabalhar mais nos campos coletivos (GARCIA JR., 1989). Note-se que os pagamentos semanais a quem trabalhou nos canaviais era sempre realizado no interior dos *barracões*, que disto tiravam proveito para cobrar as dívidas feitas entre um pagamento coletivo e outro.

Garcia Jr. (1989) explica que os senhores-de-engenho utilizavam seus patrimônios fundiários para acumular e assegurar um poder social específico, “tanto material, pelo número de braços à disposição, quanto simbólico, pelo número dos que os reconheciam como senhores” (p.39). Tal explicação evidencia que o senhor-de-engenho da propriedade arrendada pela usina, Poções, acumulava grande poder social com os 450 hectares de sua propriedade e um total de trinta e oito casas de moradores, sendo que o Engenho Baixa Verde, também arrendado pela usina, possuía o mesmo tamanho, mas tinha apenas nove casas de moradores, o que mostra que reter famílias de *moradores* não era mais a única estratégia de recrutamento de mão de obra utilizada pelos senhores de engenho.

Os contratos de arrendamento possuíam em média 15 cláusulas, que tratavam sobre o início e fim do contrato, obrigações e responsabilidades da arrendatária, e multas caso ocorra a quebra de contrato. A usina fica como responsável por qualquer tributo que recai nas propriedades ou na produção durante o período do arrendamento. A usina também é responsável pela plantação de cana, que deve ser de alto teor de sacarose e pureza, e também é responsável pela manutenção do solo, utilizando fertilizantes para evitar a erosão. No contrato de arrendamento da Várzea do Coaty, a terceira cláusula diz, “os bens imóveis encravados na propriedade Várzea do Coaty serão conservados e sob responsabilidade da arrendatária, salvo as casas ocupadas por colonos que a estes caberão zelá-las, salvaguardando, dos responsáveis, os desgastes naturais”, desse modo temos o registro que os colonos<sup>68</sup>/moradores são os

---

<sup>67</sup> Garcia Jr conta que no período da sua pesquisa nos engenhos do Brejo, na década de 70, “encontravam-se ainda membros das famílias dos moradores que nunca haviam saído dos limites da propriedade” (GARCIA. JR., 1989, p. 46).

<sup>68</sup> O termo colono está escrito nos documentos, como também aparece nos recenseamentos do IBGE, mas na literatura temos o uso do termo *colono* voltado sobretudo para se referir aos trabalhadores do Sul e Sudeste do Brasil que trabalhavam nas lavouras de café.

responsáveis por conservar as casas onde moram.

As formas de pagamento variam de acordo com os contratos. No caso da propriedade Poções, o pagamento era fixado no valor de 1.500 toneladas de cana de acordo com o preço estabelecido pelo IAA, e o pagamento deveria ser entregue ao locador no mês de novembro de cada ano. No Engenho Baixa Verde, o acordo era que os proprietários ficariam com 10% da produção e a usina com 90%, e que a divisão ocorreria anualmente no período da colheita. Já na propriedade Várzea o contrato fixa que a usina deve pagar anualmente o valor de 100.000,00 cruzeiros, no dia 23 de abril de cada ano. Na propriedade Várzea do Coaty, no primeiro ano de arrendamento a usina deve pagar ao proprietário 50% da produção, já nos próximos anos o pagamento será no valor de 1.200 toneladas de cana de acordo com o preço estabelecido pelo IAA.

Outro dado que devemos ressaltar é que dos sete contratos de arrendamento encontrados pela pesquisa, apenas um foi finalizado antes do período de falência, os outros seis estavam vigentes quando a usina faliu, o que causaria uma quebra no contrato de arrendamento, sendo que alguns dos contratos possuíam uma cláusula específica para tratar do tema, incluindo pagamento de multa. No caso da propriedade Gravata Assú, que foi arrendada pela usina e com contrato firmado até 1997, temos um documento de confissão de dívida da usina com os proprietários do imóvel referido, sendo obrigada a pagar 1.488 toneladas de cana no prazo de dezembro de 1991 a abril de 1992, o documento foi assinado em dezembro de 1991, mas não temos garantias que o pagamento de fato ocorreu. No caso dos outros contratos de arrendamento não encontramos, até o momento, nenhuma documentação sobre o desfecho da quebra de contrato.

Além dos contratos de arrendamento da usina como arrendatária, existem também registros da usina como arrendadora de suas próprias terras, como vemos a seguir:

---

**Tabela 3.4** - Propriedades da usina/Solon Lins arrendadas

| <b>Propriedades</b> | <b>Município</b> | <b>Ano do contrato de arrendamento</b> | <b>Duração do contrato</b> |
|---------------------|------------------|--|----------------------------|
| Mazagão             | Serraria         | 1980                                   | 8 anos                     |
| São Francisco       | Pilões           | 1981                                   | 7 anos                     |
| Cajazeiras          | Serraria         | 1983                                   | 9 anos                     |
| Tabocal             | Pilões           | 1983                                   | 8 anos                     |
| São Bento           | Pilões           | 1986                                   | 10 anos                    |
| Labirinto I         | Pilões           | 1986                                   | 10 anos                    |
| Labirinto II        | Pilões           | 1986                                   | 10 anos                    |
| Fechado             | Serraria         | 1991                                   | 10 anos                    |

Fonte: Acervo Documental da Usina Santa Maria. Organização Catherine Soffiati.

Como vimos na tabela entre 1980 e 1985 a usina arrendou 8 de suas propriedades, que eram localizadas em Serraria e Pilões. Nenhuma dessas propriedades estavam localizadas próximas à usina, e segundo o entrevistado João Evangelista<sup>69</sup>, as propriedades São Francisco e Tabocal, possuíam baixa fertilidade e o acesso era muito difícil, que inclusive em anos anteriores à falência, a usina havia tentado vender. Tal fato, evidencia que os arrendamentos das terras da usina ocorreram em propriedades distantes e de pouca relevância produtiva para a usina dada a distância do parque industrial.

Assim, identificamos que a expansão territorial da Usina Santa Maria, ao mesmo tempo em que modifica as posições na hierarquia social, realocando senhores-de-engenheiros a fornecedores, arrendadores ou vendedores de suas terras, também era uma garantia para acessar os créditos concedidos ao setor.

<sup>69</sup> Idem rodapé 22.

## CAPÍTULO 4

### CONCLUSÕES E CONTINUIDADES DA PESQUISA

O árduo caminho da pesquisa percorrido até aqui, principalmente através de pesquisa documental, nos permitiu uma série de descobertas, as quais serão reforçadas nesse capítulo. Além disso, considerando que o tema poderá ter maiores aprofundamentos, esse capítulo também apresenta os possíveis caminhos futuros que permitem a continuidade dessa pesquisa.

Como vimos no capítulo um, chamou-nos a atenção o fato da Usina Santa Maria ter sido construída em período de crise do setor açucareiro nacional, quando era inoportuno do ponto de vista econômico investimentos no setor. Até o momento, constatamos que a instalação da usina em 1931 se deu justamente no período em que no Brejo paraibano ocorria a substituição do café pela cana-de-açúcar, em decorrência da crise do café ocorrida em 1920, tendo sido o próprio usineiro, Francisco de Assis P. de Mello, um dos primeiros produtores a realizar tal substituição, tendo em vista a ocorrência da praga, conhecida popularmente como vermelho, em sua lavoura cafeeira.

Identificamos também que Francisco de Assis, primeiro usineiro de Areia, possui a ascendência, tanto materna, quanto paterna, de senhores-de-engenho na região e que, além dos prestígios sociais conferidos a sua família, como vimos nas notícias dos jornais, a família também era detentora de relevante capital cultural, afinal, dos sete filhos de Francisco de Assis, encontramos registros que três deles possuíam diploma do nível superior, inclusive um deles era formado em Engenharia Química no Recife, e se tornou um dos funcionários do IAA especialista, justamente, na instalação de usinas. O aprofundamento sobre as disposições sociais da família Mello poderá trazer maiores informações para compreensão das condições objetivas que permitiram a reconversão de cafeeicultor para usineiro em momento nada propício para implantação de nova usina no país.

Por outro lado, a pesquisa detectou que a família do Solon Lyra Lins, que assumiu o controle da usina em 1952, não era possuidora do mesmo capital cultural. Percebemos, até esse momento que, ainda que Solon Lins e o irmão, José Lins, tenham estudado no Colégio Batista de Recife, local onde estudou Gilberto Freyre e outros personagens que formarão a elite intelectual brasileira, encerram sua trajetória escolar no ensino médio. E seus descendentes também não possuíam investimentos significativos em capital escolar, com exceção de Solon Lins Filho que teve acesso ao curso de nível técnico em administração.

Através de intensa pesquisa arquivística conseguimos apresentar no capítulo dois a produção de açúcar da Usina Santa Maria desde a primeira até a última safra, além de dados da produção alcooleira, ainda que não em sua totalidade. Tivemos acesso a dados no período após o Proálcool quando a produção de álcool da usina ganhou maior importância. Dados que foram fundamentais para compreensão do lugar periférico em relação a produção de açúcar e álcool, tanto na esfera regional, como nacional, ocupado pela Usina Santa Maria durante seus cerca de sessenta anos de funcionamento.

Arelado à posição periférica, ou como uma das causas de tal posição, elaboramos a hipótese de que o usineiro Solon Lins não possuía as disposições necessárias para o exercício de suas funções como exigido pela modernização do setor. Mostramos nesse trabalho que, além da constatação da ausência de capital escolar no ensino superior entre seus descendentes, há uma série de episódios nos quais ele transgride as regras estabelecidas pelo IAA, um instituto que protegia sua classe, como exposto, por exemplo, nas autuações por comercializar açúcar clandestino. Constatamos um descompasso entre as práticas contábeis da usina realizada pela direção de Solon Lins com as exigências da estrutura econômica moderna, como apresentamos no capítulo dois. Ou, como vimos também, a insistência em priorizar a produção do açúcar, durante a vigência do Proálcool quando o mercado exigia investimentos maiores à produção de álcool para suprir demanda orquestrada pelo setor automotivo no país.

Ainda no capítulo dois, detectamos a vinculação da Usina Santa Maria a diversos créditos do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) destinados à expansão do parque industrial. Todavia, mesmo com tais investimentos, identificamos, até aqui, que o patrimônio fundiário da usina era superior ao industrial até meados da década de 70, sendo que tal situação é invertida somente após os investimentos do Proálcool na usina, que chegaram a partir de 1978 através da operação de crédito com o Banco do Brasil. Esperamos acessar tais financiamentos de maneira detalhada no prolongamento dessa pesquisa

No capítulo três indagamos as razões para o significativo acúmulo do patrimônio fundiário. Com a análise documental das certidões de propriedades da usina e/ou do usineiro visualizamos que o auge de expansão territorial da usina, de 1976 a 1978, ocorreu justamente no período após o surgimento do Proálcool, um programa que tinha como objetivo destinar os recursos para o setor industrial e não o agrícola. Além disso, a aquisição de terras próprias não pareceu contribuir para o aumento na produção, de acordo com a tabela 2.4, presente no capítulo 2, temos que no final dos anos 70, após o auge da expansão, a quantidade de cana esmagada da própria usina foi inferior a quantidade esmagada na safra de 1974/75.

Nesse sentido, elaboramos duas hipóteses, a primeira é que a aquisição de terras foi fundamental para o acesso aos créditos industriais, pois elas serviam como forma de garantia para as operações de créditos. Tais garantias eram obrigatórias e, inclusive, detectamos que diversas propriedades da usina estavam hipotecadas ou com penhor agrícola, que são formas de garantia real. E, a segunda hipótese é que ao mesmo tempo em que a terra permitia acesso aos créditos, ela também era utilizada como uma estratégia de manutenção ou elevação da posição do usineiro no espaço social, ao mostrar sua superioridade aos proprietários vizinhos que foram atingidos de diversas formas com a expansão territorial da usina, sendo alguns transformados em mero fornecedores de cana para a usina, enquanto outros arrendaram seus engenhos e outra parcela vendeu suas próprias terras. Além disso, com a aquisição de propriedades, o usineiro também aumentava seu número de clientela através da expansão significativa da quantidade de moradores de condição.

#### **4.1 Das possibilidades futuras de pesquisa**

Embora a pesquisa tenha apresentado diversos dados, algumas questões ainda não estão esgotadas, sendo possível, e necessário, um aprofundamento maior para compreendê-las. A pesquisa atual não conseguiu desvendar ainda quais os capitais econômico, social e político foram utilizados para a instalação da usina. Considerando que para se instalar uma usina era necessário um grande investimento de capital (MELO, 1975) e que a construção de muitas usinas ocorreram com o auxílio do Governo (EISENBERG, 1977), necessitamos desvendarmos as disposições sociais e os respectivos capitais acionados pelo primeiro proprietário ainda nos anos 30.

Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lembrar que, em outubro de 1930, a Paraíba ocupava um local de destaque no levante armado que ocorreu simultaneamente em outros estados, como no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que marcaram o início da “Era Vargas”. No caso da Paraíba, Garcia Jr. (2007) descreve que José Américo de Almeida, nascido no engenho Olho D'Água em Areia, possuía uma carreira política a nível local e, em 1930, ascende para o nível nacional, tornando-se o principal líder paraibano do governo Vargas. Considerando a data de nascimento de José Américo de Almeida (1887-1980) e do primeiro usineiro, Francisco de Assis (1883 -1936), percebemos que os dois personagens areienses viveram no mesmo período e, certamente, o caminhos desses personagens se cruzaram em algum momento de suas vidas. A matéria do jornal abaixo, que apresenta o nome tanto do José Américo de Almeida, como do Francisco de Assis, narra sobre a formação de uma

comissão criada em prol da construção de um colégio de instrução para comemorar o centenário da independência, em 1922, como vemos:

Figura 4.1 - Matéria de Jornal com José Américo de Almeida e Francisco de Assis

**Um exemplo dignificante**

Como o povo areiense cogita de assignalar a passagem do primeiro seculo de nossa Independencia Politica

Sobre a idéa suscitada na cidade de Areia a respeito da construção de um predio collegial assignalando o transcurso do Centenario da Independencia, recebamos a seguinte carta:

Illmo. sr.

A comissão abaixo assignada promotora da construção de um edificio para um Collegio de Instrução nesta cidade, em commemoração ao primeiro Centenario de nossa Independencia, necessitando nomear uma comissão nessa capital, composta de areienses, a fim de trabalhar em beneficio de tão util empreendimento, vem mui respectosamente communicar a V. Sa que a referida sub-comissão está assim constituida: dr. Democrito Almeida, Simão Patricio Netto, dr. Edesio Silva, dr. José Americo de Almeida, e dr. Elpidio de Almeida

Confiantes que V. Sa ao lado de tão distinctos companheiros, empregará o maximo esorço em beneficio do nosso tentamen, em nome de Areia, antecipadamente manifestamos-lhe a nossa eterna gratidão.

Areia, 8 de julho de 1922

Armando Damaso d-Freitas José Targino da Cruz, José Bezerra Dantas, Leonidas Santiago, Francisco de Assis Pereira de Mello, José Patricio de Carvalho, Gutemberg Barreto.

Fonte: Jornal O Norte (PB), 1922.

Na matéria vemos texto de criação da referida comissão promotora da construção do colégio, no qual, José Américo de Almeida é designado um dos membros areienses ao lado de outras personalidades local que deveriam “trabalhar em benefício de tão útil empreendimento”. Tal documento reproduzido pelo jornal “O Norte” foi enviado aos membros da comissão e entre as pessoas que assinam a formação de tal grupo, está o nome de Francisco de Assis Pereira de Mello, primeiro proprietário da usina pouco menos de dez anos depois desse documento de 8 de julho de 1922.

Desse modo, pretendemos ainda investigar qual a relação do Francisco de Assis com José Américo de Almeida e com o levante armado de 1930, a fim de verificarmos se existe alguma relação com a construção da Usina Santa Maria. E, até mesmo, como após a morte de Francisco de Assis, em 1936, seus filhos se posicionaram politicamente e quais os impactos de tais posicionamentos na usina. Em 1950, por exemplo, temos o registro do Francisco de Assis Júnior (filho de Francisco de Assis) e da Usina Santa Maria apoiando a Aliança Republicana, que era a oposição à Coligação Democrática Paraibana, da qual José Américo de Almeida fazia parte. Como vemos na matéria do Jornal do Rio de Janeiro, “A noite”, de 1950, um telegrama é enviado ao, então ministro, Pereira Lira a fim de rebater o discurso de José Américo de Almeida de que teria 90 dos 96 engenhos à favor de sua candidatura ao governo de estado da Paraíba. No telegrama, além de rebaterem a quantidade de engenhos no município de Areia, afirmando serem 90 engenhos e uma usina que pertenciam a 83 proprietários, declaram que 39 engenhos e a usina apoiavam integralmente a campanha do adversário de José Américo, formada por Argemiro Figueiredo e Renato Ribeiro Coutinho para governador e vice do estado da Paraíba (figura 4.2.).

Figura 4.2- Usina Santa Maria em apoio a Aliança Republicana

# POLITICA E POLITICOS

## PROPRIETARIOS DE ENGENHOS QUE APOIAM A ALIANÇA REPUBLICANA

O ministro Pereira Lira recebeu dos senhores de engenho de Areia, Estado da Paraíba, o seguinte telegrama:

"Ministro Pereira Lira. Palácio do Catete. A propósito de notícias propaladas aí pelo senador José Américo sobre a situação política deste município, onde, segundo suas informações em telegrama dirigido ao Sr. Rui Carneiro, existem 96 engenhos, dos quais 90 apoiam a candidatura daquele político ao governo do Estado, aprez-nos informar a V. Ex.<sup>a</sup> que existem 90 engenhos e uma usina neste município pertencente a 83 proprietários, sendo que nós signatários do presente, proprietários de 39 engenhos e da usina Santa Maria e responsáveis pelos seus respectivos eleitorados, apoiamos integralmente a candidatura dos deputados Argemiro Figueiredo e Renato Ribeiro Coutinho aos postos de governador e vice-governador do Estado, respectivamente, bem assim a candidatura de V. Ex.<sup>a</sup> ao Senado Federal. Oito engenhos são absolutamente neutros em face da atual luta política no Estado. Garantimos a V. Ex.<sup>a</sup> que a Aliança Republicana terá vitória esmagadora não apenas neste município, como também no resto do Estado. Atenciosas saudações. (as.) — Cunha Lima Filho, engenhos Mundo Novo e Gito; Antonio Avila Lins, engenhos Ipuêba e Socorro; Ranulfo Cunha, engenho Carrapato; João Lins, engenho Ipuerinha; João Borges, engenho Cipó; João de Carvalho Dias, engenho Freixeiras; Franklin Lira, engenho Santa Teresinha; Antonio Ferreira da Silva, engenho Prainhos; João Alves, engenho Pindobá; José Francisco, engenho Tauá; João Batista Pereira de Melo, engenho Gogô; Pedro Gonçalves de Lima, engenho Imbuá; Waldemar Chianca, engenho Olho D'água; Severino Teixeira de Barros, engenho Gruta Funda; Pedro Feitosa, engenho Fechado; Miguel Valente de Andrade, engenho Lagoinha; Pedro Gonçalves Ribeiro, engenho Genipapo; José Alves Bezerra, engenho Angelim; Josias Pinto, engenho Mazagão D'água; José Ribeiro da Silva, engenho Clana; Atilio Pinto, engenho São Benedito; João Auto de Souza, engenho Guarim; Manoel de Lemos Sobrinho, engenho Carro; Oséas Ribeiro, engenho Bando de Cima; Osvaldo Pina, engenho Ipuêira de Cima; João Menino de Souza, engenho Riachão; Joana Augusta de Souza, engenho Tapuí; Cicero Carneiro, engenho Guarani; Antonio de Andrade, engenho Bando de Baixo; Apolonia Borges de Sales, engenho São Luiz; Antonio Batista, engenho Deserto; Antonio Henrique dos Santos, Alambique Mata Redonda; João José de Lima, Alambique Barra do Camará; Francisco de Assis Pereira Melo Júnior, Usina Santa Maria; Elídio Pereira da Silva, engenho Boa Vista; Juvenal Espindola Franca, engenho Jussara".

Fonte: A Noite (RJ), 1950.

A matéria é do dia 10 de agosto de 1950, dois dias antes das eleições que, de acordo com a matéria abaixo, nos municípios de Remígio e Areia, foram marcadas por atos truculentos, como ataques a sessão eleitoral, pessoas armadas atacando os eleitores, causando pavor entre as pessoas, deixando várias pessoas feridas e uma sem vida, como vemos a seguir:

Figura 4.3- Matéria sobre as eleições em Remigia e Areia em 1950

## CARTAS DA PARAIBA

# O deputado conta o atentado de que foi vítima

## Responsabiliza pessoas ligadas ao governador do Estado

**JOAO PESSOA** — setembro — Causou a mais profunda repercussão em todos os círculos sociais e políticos deste Estado o discurso proferido, na Assembleia Legislativa, pelo deputado Luiz Bronzeado, a propósito da brutal agressão de que foi vítima, por parte de elementos da Polícia Civil e adversários políticos, na vila de Remigia, no dia das eleições municipais. O deputado Bronzeado escapou da agressão, tendo ficado por muitos dias internado num hospital desta cidade.

"Aqui estou para contar a história que todos esperam ouvir, neste momento: a história de um representante do povo, que, num dia de eleições, em sua própria terra natal, foi assaltado a plena luz do dia, por um malta de bandidos, só escapando com vida mercê de um favor da providência divina.

### AUTORIA

É que o atentado de que foi vítima obedeceu a um plano, sendo executado por ordens de pessoas intimamente ligadas ao Governo do Estado.

### E cita:

"José de Almeida Cunha, sobrinho do Governador do Estado, aliciou e recrutou os empreiteiros do festim sangrento: Nabuco de Assis e Nilo de Assis Pereira de Melo, transportaram os bandidos para o seu engenho, denominado Coati, em Areia, onde os hospedaram e os armaram de cádetes, daí os conduzindo, na manhã do domingo, para Remigia.

Outro aspecto grave, no caso em foco, é a participação no crime de elementos ligados à Polícia Civil do Estado e por ela notoriamente prestigiados. Nesta oportunidade, quero fazer que um dos integrantes do bando foi o indivíduo Joventino Galvão, "traque" da Polícia Civil, que se fez acompanhar de dois investigadores do quadro da Polícia e de dois ou três guardas civis.

Foi ele mesmo quem declarou, ao ser preso por meu pai e um meu irmão, na presença dos senhores Armando de Freitas, José Trigueiro e Benoni Serafim Garcia, ser investigador de polícia e encontrar-se em Remigia, com os companheiros, de ordem do Delegado de Trânsito e Vigilância desta Capital, dr. Abel Cavalcanli.

Alas, e vos correntes, nesta cidade, que foi, efetivamente, aquela autoridade, quem designou os elementos acima referidos para irem ao município de Areia, no dia 12 de agosto, sob o pretexto de superintender o policiamento e garantir o pleito naquela comuna.

Mas, como se justifica tão intempestiva providência dessa autoridade subalterna, se, como proclamou o Governo, todo o policiamento, no Estado, para garantia do pleito, estava sob orientação direta do Lamo, Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, de quem recebia ordens até o Chefe de Polícia?"

### DETALHES DO CRIME

"Evidentemente, as provas iniciais da autoria e co-autoria são das mais veementes.

Sabe-se que os bandidos foram levados, de lá capital para Areia, em automóvel de

aluguer, posto à sua disposição, sendo lá hospedados pelos Srs. Nabuco e Nilo Assis, no Engenho Coati, donde foram conduzidos, na manhã do dia 12, para Remigia; sabe-se, ainda, que, no Engenho Coati, os cádetes foram cortados nas matas da propriedade pelo operário de nome Manuel Serafim; sabe-se também que o sicário Joventino Galvão foi preso em flagrante delito, armado com dois revólveres, uma peixeira e um cacete, tendo sido seus companheiros de empreitada reconhecidos como elementos ligados à Polícia Civil; é notório, igualmente, que o senhor Nabuco de Assis atirou contra mim, deflagrando toda a carga do seu revólver, tendo sido observado, nessa atitude, por minha irmã e, a poucos passos de distância, pelo senhor Joaquim Clementim Alves; também é público que os senhores Nabuco e Nilo, após o atentado, conduziram os bandidos, um dos quais baleado, para a residência do seu sogro, senhor Severino Sérgio de Azevedo, em Mata Limpa, onde ficaram escondidos até a madrugada, quando foram transportados para outro destino; e idênticamente, sabido que os principais chefes da Coligação em Areia tinham ciência do plano sinistro, sendo, portanto, coautores com o crime, tanto assim que muitos deles recomendaram aos seus eleitores que votassem antes das 14 horas, pois dessa hora em diante a "coisa não iria prestar em Remigia".

"Já estão desmascarados os autores e co-autores do bárbaro trucidamento, do qual saíram duas pessoas feridas e no

qual uma perdeu a vida. É inútil tentar o deputado Pereira Diniz ilaquear a opinião pública com sofismas e expedientes grosseiros, querendo atribuir a responsabilidade do crime ao Mufil de Jerusalem, quando um dos fascinosas está preso e os outros descobertos. E enquanto o Governador do Estado encara o fato de frente, prometendo severa punição para os culpados, sejam quais forem eles, o deputado Pereira Diniz diz tolices na Câmara Federal, comprometendo a sinceridade de propósitos e a alta responsabilidade do Governo, que pensa defender".

### FAVOR

"E não contente com a selvageria da cena, os facinosos fugiram, deflagrando as suas armas contra tudo e contra todos. Alvejaram residências e seções eleitorais, disparando ainda as suas armas contra o povo que fugia espavorido, em procura dos sítios, Remigia, que, de 1945 para cá, já assistiu, 4 eleições consecutivas e nella votara tranquilamente, se viu transformada, no dia 12 de agosto, num verdadeiro campo de batalha. A partir das 14 horas, não ficou um só eleitor da oposição na localidade, a não ser uns poucos que foram à minha casa levar-me o conforto da sua presença e da sua solidariedade.

Nenhuma seção eleitoral funcionou, a partir daquele momento, inclusive na cidade de Areia, onde o pânico se estabeleceu com a notícia da lamentável ocorrência. Em Remigia, mais de 500 edileiros udenistas deixaram de cumprir o dever cívico: Am Areia, um n.º superior a 500 votantes do meu partido, abandonou as seções eleitorais em demanda dos sítios e residências, ao passo que os eleitores da Coligação votaram em sua totalidade, pois tinham expressa recomendação para votar cedo.

Não sei se sobreviverei a tudo isto. Mas ficaria satisfeito se pudesse ter a certeza de que seria eu a primeira e última das vítimas, nesta tribuna de sangue que se iniciou na vila de Remigia no dia 12 de agosto. Dar-me-ia por feliz se presentisse que a Paraíba não iria se transformar numa nova Alagoas, com o sangue humano a jorrar nos borbótes.

E agora, quero responsabilizar os senhores José de Almeida Cunha, Nabuco Assis e Nilo Assis pelo que vier a me acontecer.

Também o senhor Governador do Estado pode, de certo modo, ser responsabilizado pela minha vida. Porque se antes, Sr. Excia, ignorava a existência da conjura e o nome dos implicados, está agora instruído de todos os pormenores, e possui meios e poderem em mãos para revogar a iniqua sentença de morte que pesa sobre a minha cabeça".

Na matéria acima, publicada em setembro de 1951, Nilo e Nabuco de Assis, filhos do Francisco de Assis, aparecem como empreiteiros contratados por José de Almeida Cunha, então sobrinho do Governador do estado, para tumultuar as eleições em Remígio, no dia 12 de agosto de 1950. Na matéria, Nabuco de Assis é acusado de atirar no deputado da oposição Luiz Bronzeado do partido União Democrática Nacional (UDN). Nabuco e Nilo de Assis também são acusados de abrigar e armar em seu engenho os bandidos responsáveis pelo episódio nas eleições, que de acordo com a matéria foi armado pela Coligação Democrática Paraibana (CDP), a qual José Américo de Almeida fazia parte e concorria nas eleições para governador do estado.

As duas matérias se relacionam com as eleições de 1950, sendo que, na primeira, Francisco de Assis Filho aparece apoiando a Aliança Republicana e, na segunda, Nilo e Nabuco de Assis aparecem apoiando a Coligação Democrática Paraibana, o que significa que os irmãos que controlavam a usina após a morte do pai estavam em oposição. Cabe destacar que, como nos lembra Barbosa (2010), essa não era uma simples oposição, afinal, aquelas eleições foram acirradas com registros de diversos tumultos, confusões e assassinatos, como a Chacina na Praça da Bandeira ocorrida em julho de 1950, em Campina Grande, que deixou onze pessoas baleadas e duas mortas. E, como o caso relatado no jornal (figura 4.3) que, em Remígio, deixou várias pessoas feridas e uma sem vida.

Nesse cenário em 1950, quase dois anos antes da Usina Santa Maria ser vendida para Solon Lins, questionamos se as oposições políticas entre os irmãos influenciaram seus desentendimentos que geraram a venda da usina. Os motivos que levaram a venda da usina podem ser melhor investigados. Como a pesquisa detectou, a família Pereira de Mello era descendente de senhores-de-engenho e possuía capital cultural, com a maioria dos filhos de Francisco de Assis com formação no nível superior. Desse modo, aprofundar as informações sobre essa família, tanto a genealogia, como dados sobre escolaridade, ocupações e movimentos políticos, são fundamentais para avançarmos ainda mais para compreensão do sentido das práticas dos usineiros do Brejo paraibano.

Ao mesmo tempo que os dados encontrados, sobretudo nas pesquisas em jornais, nos permitiram analisar premissas das condições sociais das duas famílias de usineiros, ainda são necessárias maiores informações acerca da genealogia dessas famílias, inclusive sobre os casamentos. Matwychuck (1997), por exemplo, analisou as estratégias de casamentos das famílias de usineiros da Zona da Mata paraibana e constatou que uma preocupação fundamental dessas famílias foi a continuidade da propriedade e da manutenção da posição de elite. O casamento era uma estratégia para tal, afinal, em certa medida, o casamento ainda

dizia respeito sobre propriedade e poder. Sem deixar de lado, a observação do papel das mulheres, afinal, como Matwychuck (1997) apontou, algumas mulheres de usineiros tiveram papel central na ampliação do poder, tanto político, como econômico de suas famílias, mas foram invisibilizadas nos relatos históricos.

Linda Lewin (1993), em seu estudo de caso sobre a oligarquia de base familiar paraibana durante a República Velha, nos mostra a complexidade do estudo do sistema de parentesco, e como tal sistema auxiliava na manutenção do poder político e a capacidade dessas famílias da elite em criarem estratégias para se adaptarem às novas condições, estratégias que, em alguns casos, poderia ser o casamento consanguíneos, para garantir a manutenção da propriedade na família e, em outros, até mesmo casamentos com adversários, na tentativa de aumentar a proteção familiar.

As contribuições das autoras, nos chamam a atenção para a importância de se analisar as estratégias de casamentos<sup>70</sup> das duas famílias de usineiros da Santa Maria, sendo esse um dos caminhos futuros da pesquisa. Ao aprofundarmos as informações sobre as genealogias das famílias dos usineiros e suas estratégias de casamentos, analisando a escolaridade, ocupações e movimentos políticos dos membros dessas famílias poderemos melhor compreender a história social desses usineiros<sup>71</sup> e de parte da elite brasileira. E como demonstra Monique de Saint Martin (1995) sobre a reprodução da elite patronal francesa as estratégias de reprodução social e manutenção social da posição ocupada:

[...] dependem, em larga medida, do estado do sistema dos instrumentos de reprodução (estado das leis de direito sucessório, do mercado de trabalho, do sistema escolar etc.) e do estado (volume e estrutura) dos recursos econômicos, culturais, sociais e simbólicos que os diversos grupos procuram reproduzir; elas dependem ainda da avaliação que é feita das oportunidades de manutenção na posição ocupada e envolvem em elevado grau as disposições e perspectivas em relação ao futuro (SAINT MARTIN, 1995, p. 1.024).

---

<sup>70</sup> Como vimos no capítulo 1, Josefa Graziela, esposa do Solon Lins, na formação da sociedade anônima da Usina Santa Maria, em 1964, possuía o mesmo valor de capital na usina que o marido, ambos com 40% do capital cada. O fato de Josefa Graziela ter ocupado um local de destaque no capital inicial da usina, pode ser um indício da necessidade de nos atentarmos para o seu papel na usina e buscarmos novos dados acerca de sua família.

<sup>71</sup> Para compreendermos essa elite usineira, podemos nos valer de entrevistas com membros dessas famílias, também podemos utilizar a pesquisa arquivística, buscando jornais, registros de nascimento e obtido junto aos cartórios, principalmente dos municípios do Brejo paraibano. Considerando que são famílias que atuaram na política de Areia, Pilões e Serraria novos dados talvez possam ser encontrados nos arquivos das prefeituras e câmaras municipais.

A pesquisa atual tinha como foco o processo de modernização, e talvez algumas constatações possam auxiliar na compreensão do processo de falência da Santa Maria, como a ausência de disposições por parte do usineiro para suas funções e a dependência do IAA. Tais hipóteses podem apenas nos auxiliar, sendo necessário dedicar também mais atenção ao processo de falência, podendo ser um dos caminhos futuros da pesquisa.

Para compreendermos melhor o processo de falência precisamos de mais dados sobre a relação da usina com o IAA, e aprofundar sobre as atuações<sup>72</sup> do instituto em cada período desde sua criação, e também aprofundar os conhecimentos sobre o Proálcool e suas ações, afinal, foi durante a vigência desse programa que a Santa Maria atingiu seu auge de expansão territorial e produtiva.

De acordo com Guilherme Delgado (1985), a política de créditos constitui o principal mecanismo do Estado com os interesses agroindustriais. Em sua pesquisa sobre o financiamento rural de 1969 a 1982, constatou que o grande traço da política de crédito rural era que o volume de crédito concedido possuía sempre taxas de juros abaixo das taxas de inflação vigentes em cada período, o que poderia ser muito lucrativo para os beneficiados por tal política. Nesse sentido, além de documentos do IAA ainda não acessados, também contribuirá com o avanço dessa pesquisa o acesso a documentos completos das operações de créditos<sup>73</sup> realizadas pela usina, que contenham informações das taxas de juros e finalidade de cada volume de crédito concedido.

A partir da pesquisa sobre o declínio da usina Santa Maria, podemos compreender a própria crise do setor no início dos anos 1990, e entendermos como cada usina é atingida nesse contexto, questionando os porquês de algumas usinas falirem e outras não, através de estudos comparativos com pesquisas realizadas em outras usinas do país. Um bom exemplo comparativo é o caso da usina pesquisada por Tereza Menezes (2007), localizada na Zona da Mata Sul de Pernambuco, que foi capaz de superar a crise do setor no Nordeste, investindo na modernização da usina em consonância com práticas que criassem uma imagem de proteção ambiental, para atender as exigências dos mercados internacionais. Além disso, foi buscar o

---

<sup>72</sup> Tais informações podem ser encontradas tanto em trabalhos de pesquisadores sobre o tema, como também diretamente nos documentos do IAA que podem ser encontrados na biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no campus de Araras, a qual contém um acervo específico para o IAA. Também podemos nos valer das revistas *Anuário Açucareiro* e *Brasil Açucareiro*, que possuem algumas edições disponíveis online, as quais utilizamos na construção desta dissertação, mas sabemos que algumas bibliotecas universitárias possuem outras edições impressas, como a biblioteca da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo (USP), campus de Piracicaba, que contém as edições do Brasil Açucareiro de 1934 a 1988. E também o museu Homem do Nordeste, localizado em Recife, que abriga atualmente o acervo pertencente ao Museu do Açúcar, que era vinculado ao IAA.

<sup>73</sup> Considerando que o Banco do Brasil foi o principal agente financiador das operações financeiras da usina, seria imprescindível a consulta dos arquivos deste banco, principalmente da agência localizada em Areia.

modelo de práticas para aumentar a produtividade dos trabalhadores, principalmente dos cortadores de cana, adotadas em usinas do estado de São Paulo, na região Sudeste. Para ampliar a compreensão desse campo das usinas, o estudo comparativo deverá se atentar também ao processo de modernização e expansão das usinas, inclusive de outras regiões do país, como o caso da pesquisa realizada por Amanda Caporrino (2016) sobre uma usina no estado de São Paulo, região que se tornou por volta dos anos 50 a principal potência sucroalcooleira do país.

Do ponto de vista regional, uma pesquisa comparativa também pode ser realizada com a Usina Tanques, também localizada na região do Brejo, através do diálogo com pesquisas já realizadas, como a dissertação de Luanna Rodrigues (2018), e também buscando novos dados<sup>74</sup> da Tanques e, desta maneira, analisarmos as semelhanças e distinções entre os processos de modernização e falência dessas usinas, e a comparação entre as disposições sociais entre os usineiros.

A partir da análise da expansão de terras constatamos que para o usineiro se manter no topo da hierarquia social foi necessário que outros proprietários fossem rebaixados para outras posições, como falamos anteriormente, rebaixados a fornecedores, arrendadores ou até mesmo não proprietários de terras. Pelo fato da dissertação ter como objeto a Usina Santa Maria, esses outros atores sociais rebaixados momentaneamente ou permanentemente foram apenas indicados e não pesquisados de maneira aprofundada. De todo modo, para compreender esse cenário, identificar esses atores através de suas propriedades será de grande importância para posteriormente compreendermos as relações entre os membros da elite e esses rearranjos no espaço social.

Aliado ao levantamento realizado pela pesquisa até aqui poderemos realizar um intenso levantamento de dados das pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o censo demográfico e o censo agropecuário, fontes confiáveis que contém diversos dados, inclusive dados detalhados sobre cada propriedade e sua produção. O acesso a esses dados será fundamental para compreendermos como cada fração dessa elite rural brejeira reagiu às transformações sociais, tanto no período de expansão da Usina Santa Maria, como em sua decadência, e assim contribuirmos para a compreensão das elites brasileiras.

Tal compreensão mais ampla sobre as elites agrárias brasileiras, poderá se somar às contribuições de Marcos Piccin (2012) que, ao analisar as estratégias de reprodução social da

---

<sup>74</sup> Diversas fontes de dados utilizadas para a compreensão da Usina Santa Maria podem ser utilizadas no caso da Tanques, alguns dados inclusive, principalmente os de produção até 1960, já foram obtidos pela pesquisa atual.

elite estancieira, identificou que fazer parte dos estratos superiores do espaço social faz toda diferença no processo de transformação social. Piccin mostra que é através do Estado que as elites brasileiras conseguem reduzir e até mesmo dissolver ao longo das gerações os descompassos entre a estrutura econômica e o *habitus*, diferente dos membros dos estratos inferiores que necessitam reconfigurar suas disposições quase que imediatamente.

Além disso, de acordo com Valdênio Meneses (2020), existem poucos estudos sistemáticos sobre as elites brasileiras por diversas razões que vão, desde a dificuldade de acesso a dados dessas elites, até uma certa ideia propagada de que os pesquisadores devem dar, preferencialmente, vozes aos grupos subalternos. Mas o autor defende que, mesmo com as dificuldades de se pesquisar as elites, os estudos devem ser realizados, pois a elite rural não pode ser enquadrada somente em uma categoria, por exemplo latifundiários, afinal, existem diversas frações nesse mundo dos dominantes e “entender as elites e classes dominantes também é produzir desencantamentos sobre formas profundas de dominação de uma sociedade, efeito esse inerente às melhores tradições de conhecimento das ciências sociais” (MENESES, 2021, p.162).

No mais, aprofundar as pesquisas sobre as elites nos permite ampliar as concepções sobre a própria sociedade a qual estão inseridas. Como mostrou Garcia Jr. (1989) ao estudar as estratégias de reprodução camponesa sem deixar de atentar ao que se passava com “os de cima”. O autor dedicou um dos seus capítulos de sua obra já clássica (cap. VII) a analisar a elite do Brejo paraibano, inclusive associando a decadência dos grandes proprietários de terras a passagem dos ex-moradores de sujeição para libertos, evidenciando que esses atores sociais, mesmo estando em um certo distanciamento social, influenciam-se mutuamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012
- ALMEIDA, Horácio de. *Brejo de Areia: memórias de um município*. 2. ed., João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1980.
- AMARAL, Luís. *História Geral da Agricultura Brasileira: no triplice aspecto político-social-econômico*. 2ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O rio Mamanguape*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 5ªed. São Paulo, Atlas, 1986.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. *O rio Paraíba do Norte*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Conselho Estadual de Cultura, 1997.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia*, Campina Grande, n. 8, p. 113-114, 1991.
- AZEVEDO, Fernando de. *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil: ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do Açúcar*. Rio de Janeiro: IAA, 1948.
- BARBOSA, Jivago Correia. Mobilizações Políticas e a Acirrada Campanha Eleitoral da Paraíba em 1950: José Américo (Coligação Democrática Paraibana) Versus Argemiro de Figueirêdo (Aliança Republicana). In: XIV Encontro Estadual de História - História, Memória e Comemorações, 2010, João Pessoa. *Anais eletrônicos* [...] João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2010. Disponível em: [http://anpuhpb.org/anais\\_14eeh\\_anpuhpb/artigos\\_dos\\_simposios\\_tematicos/ST\\_11\\_Poder\\_pol%C3%ADtica\\_e\\_cultura\\_politica\\_teor%C3%ADa\\_social\\_historia\\_e\\_historiografia/Jivago%20Correia%20Barbosa.pdf](http://anpuhpb.org/anais_14eeh_anpuhpb/artigos_dos_simposios_tematicos/ST_11_Poder_pol%C3%ADtica_e_cultura_politica_teor%C3%ADa_social_historia_e_historiografia/Jivago%20Correia%20Barbosa.pdf) . Acesso em 1 jun. 2022.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Diplomática e tipologia documental em arquivos*. 2. Ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.
- BORGES, Marcos Afonso. CRÉDITO RURAL. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. PRODUTIVIDADE. *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, Goiânia, v. 9, n. 1-2, p. 9-20, 1985.
- BRASIL, LEI No 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm)> Acesso em 13 jul. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

CAPORRINO, Amanda Walter. *NA ERA DAS USINAS: a Usina Monte Alegre e o desenvolvimento da agroindústria canavieira em São Paulo (1930-1964)*. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p.281, 2016.

CARLI, Gileno de. *O açúcar na formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1937.

CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. Paris: EHESS, mimeo. (Thèse présentée à l'Université de Paris), 1973.

COSTA, Maria Cristina Castilho. *Etnografia de arquivos – entre o passado e o presente*. *Matrizes*, Ano 3 – no 2, p. 171-186, jan./jul. 2010.

CUNHA, Olívia. *Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo*. *MANA*, 10(2), p. 287-322, 2004.

DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone/UNICAMP, 1985.

EISENBERG, Peter L.. *Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FREYRE, Gilberto. *NORDESTE: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem no Nordeste do Brasil*. 1. ed. São Paulo:Global, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 49ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FRANCH, Mônica. *Imagine yourself not alone- Reflexões sobre a produção coletiva de conhecimento em antropologia*. *Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*, Recife, 14., 2009.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. 32º ed. Companhia Editorial Nacional, 2005.

GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. – São Paulo, SP: Marco Zero; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989.

GARCIA Jr., Afrânio R.. *Os Vice-Reis do Norte: Reconversão de Elites Agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964)*. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 38, n. 2, p. 73 - 87, 2007.

GIUMBELLI, Emerson. *PARA ALÉM DO “TRABALHO DE CAMPO”:* reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, 2002.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, Memória e Resíduo: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, p. 41-66, 1997.

JULIÃO, Francisco. Que são as ligas camponesas? (1962). In: WELCH, Clifford et.al. (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*, vol. 1. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, p. 271-298, 2009.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa - Omega, 1975.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIMA, Olavo Correia. *Genealogia da família Correia Lima*. [S. l.: s. n.], 2012.

LIMA, Ricardo Ribeiro de; ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Economia*, vol. 156, n. 19, p. 88-100, 1999.

LINHART, Robert. *O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MANSFIELD, Carlos B.. *Ensaio Crítico: sobre a viagem ao Brasil em 1852*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução de Rubens Enderle. Boitempo: 2013.

MATWYCHUCK, Margo L. Estratégias de Casamento, História de Mulheres, e Experiências de Mulheres Entre Famílias de Usineiros em Paraíba, Brasil. *Cadernos Pagu*, n.8, p. 211-247, 1997.

MELO, Mário Lacerda de. *O açúcar e o homem: problemas sociais e econômicos do Nordeste canavieiro*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1975.

MELO, Mário Lacerda de. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Recife: Cepe, 2012.

MENESES, Valdênio Freitas. “Aos barões”: o lugar das elites e classes dominantes nos “Estudos Rurais” do Brasil. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, online. *Anais eletrônicos* [...] 2020. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt45/12510-aos-baroes-o-lugar-das-elites-e-classes-dominantes-nos-estudos-rurais-do-brasil?format=html> . Acesso em 1 set. 2022.

MENESES, Valdenio Freitas. Olhai para “os ricos do campo”: o lugar das elites e classes dominantes nos Estudos Rurais do Brasil. *Revista Antropológica*, Niterói, n.53, p. 140-166, 2021.

MENEZES, M.; MALAGODI, E; MOREIRA, E. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2, p. 332-358, 2013.

MENEZES, Thereza . Uma usina-símbolo: novas formas de gestão e proteção nas usinas pernambucanas. *Ruris*, Campinas, v. 2, 2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1996.

MOREIRA, Emília. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. Textos UFPB / NDIHR N° 24 set/1990. Disponível em: [http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo\\_de\\_ocupacao.html](http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html) . Acesso em: 24 de jun. de 2022.

NOVA CANA. Anidro ou hidratado: diferenças. 2012. Disponível em: <https://www.novacana.com/etanol/anidro-hidratado-diferencas#:~:text=A%20diferen%C3%A7a%20entre%20os%20dois,%2C6%25%20de%20gradua%C3%A7%C3%A3o%20alco%C3%B3lica>. Acesso em 22 de jun. de 2022.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto* (Rio de Janeiro), v.2,n.2, 1977.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos Avançados*, 3(7), 87-108, 1989.

PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do nordeste 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PICCIN, Marcos Botton. *Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, p. 458, 2012.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RAMIRO, Patrícia Alves. Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America. *Sociologias* (UFRGS.IMPRESSO), v. 23, p. 460-466, 2021.

RAMIRO, Patrícia Alves; SOFFIATI, Caterine. Arquivos de etnografias & etnografia de arquivo: discussões iniciais a partir da construção do arquivo da agroindústria açucareira na Paraíba. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, online. Grupo de Trabalho 31: Objetos, coleções, heranças e memórias. online: *Anais*, 2020.

RAMIRO, Patrícia Alves. O declínio da agroindústria açucareira no Nordeste: perspectivas de pesquisas sobre o caso do Brejo paraibano. 44. *Encontro Anual da ANPOCS*, 2020.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. *Terra que brota margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano*. Orientador: Marco Antonio Mitidiero Junior. 447. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2018.

SAINT MARTIN, Monique. Reconversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. *Análise Social*, v. xxx (134), 1995.

SORÁ, Gustavo. Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina. *Fontes*, no 3, p. 15-28, 2015.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil: (1930-1975)*. Série Teses e Pesquisas. Hucitec – Unicamp: Campinas, 1979.

SZMRECSÁNYI, Tamás; MOREIRA, Eduardo Pestana. O Desenvolvimento da Agroindústria Canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, vol. 5, 1991

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; MENEZES, M. . As ligas camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas. *RURIS*, Campinas, vol. 5, n. 1, p. 83 - 117, mar. 2011.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas; CORRENTE, Katty. Meios de Difusão de Informações Setoriais no Complexo Agroindustrial Canavieiro Nacional: Um Estudo Prospectivo e uma Agenda de Pesquisa. *Heera: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, vol. 12, n. 2, 2007.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WEBER. Florence. Une pédagogie collective de l'enquête de terrain. *Bulletin de l'Association française des anthropologues, L'ethnologue et son terrain*, n°31, Tome II, p.95-107, Janvier-Mars 1988.